



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JAQUELINE LEANDRO FERREIRA

A ATUAÇÃO DE DOM JOSÉ MARIA PIRES E DO CENTRO DE DEFESA DOS
DIREITOS HUMANOS (CDDH) NA PARAÍBA: lugar de poder e práticas de
resistência (1965-1980)

RECIFE
2023

JAQUELINE LEANDRO FERREIRA

A ATUAÇÃO DE DOM JOSÉ MARIA PIRES E DO CENTRO DE DEFESA DOS
DIREITOS HUMANOS (CDDH) NA PARAÍBA: lugar de poder e práticas de
resistência (1965-1980)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para o título de Doutora em História. **Área de concentração:** Sociedades, Culturas e Poderes, Linha de Pesquisa Cultura e Memória.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro

RECIFE
2023

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

F383a Ferreira, Jaqueline Leandro.
A atuação de Dom José Maria Pires e do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) na Paraíba : lugar de poder e práticas de resistência (1965-1980) / Jaqueline Leandro Ferreira. – 2023.
169 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2023.
Inclui referências e anexo.

1. Brasil - História. 2. Ditadura militar. 3. Centro de Defesa dos Direitos Humanos. 4. Igreja Católica. Arquidiocese da Paraíba. Arcebispo (1965-1995 : José Maria Pires). I. Montenegro, Antonio Torres (Orientador). II. Título.

981.063 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2023-180)

JAQUELINE LEANDRO FERREIRA

**A ATUAÇÃO DE DOM JOSÉ MARIA PIRES E DO CENTRO DE DEFESA DOS
DIREITOS HUMANOS (CDDH) NA PARAÍBA: lugar de poder e práticas de
resistência (1965-1980)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Doutora em História.

Área de concentração: Sociedades, Culturas e Poderes, Linha de Pesquisa Cultura e Memória.

Aprovada em: 18/08/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro (PPGH-UFPE — Presidente e Orientador)

Prof.^a Dra. Regina Beatriz Guimarães Neto (PPGH-UFPE - Examinadora Interna)

Prof. Dr. Márcio Ananias Ferreira Vilela (UFPE — Examinador Externo)

Prof. Dr. Pablo Francisco de Andrade Porfírio (PPGH - UFPE — Examinador Interno)

Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes (PPGH - UFPB – Examinador Externo)

*Dedico a escrita dessa pesquisa a meus pais:
Geralda Leandro e José Ferreira.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Geralda e José, pelo amor e dedicação ao longo dos anos, e as minhas irmãs, Janaína e Jardiene, pela cumplicidade, amor recíproco e apoio em todos os momentos, ao meu irmão Júnior e todos os meus familiares, de uma maneira geral.

Ao meu namorado, Hugo Paz, pelo amor, companheirismo e incentivo ao longo desses anos. Agradeço extensivamente a Luciene de Melo Paz, pelo incentivo e carinho.

Aos meus amigos e amigas que conheci ao longo do caminho na trajetória acadêmica da História.

Ao meu orientador, Antonio Torres Montenegro, que foi sempre atencioso e criterioso nas leituras dos meus textos. Agradeço a sua dedicação para com a orientação desta pesquisa, como também, agradeço imensamente todo apoio e sensibilidade de ter acompanhado essa pesquisa ao longo de um período de muitas dificuldades, em razão de uma pandemia que afetou o mundo e, também, a minha família. Sem a sensibilidade, a preocupação e a atenção dedicada a mim, para além das questões acadêmicas, eu certamente não teria conseguido chegar ao fim dessa jornada. Estendo, ainda, os agradecimentos a professora Regina Beatriz Guimarães Neto, que sempre enviava, junto as mensagens de Montenegro, palavras de apoio em momentos difíceis.

Ao frade franciscano Herman Josef, que me concedeu entrevista oral, em 2016, quando ainda estava pesquisando para minha Dissertação de Mestrado, sua narrativa foi essencial para o caminhar dessa pesquisa de Doutorado, pois, foi ele quem primeiro me apresentou e me direcionou sobre a atuação de Dom José Maria Pires e do Centro de Promoção Humana (CPH) e Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba (CDDH), ambos criados pelo arcebispo da Paraíba, respectivamente, nos anos de 1976 e 1978. Sua narrativa me despertou para esta pesquisa que agora se materializa.

Ao padre Redentorista Cristiano Joosten (*in memoriam*) que não está citado nessa pesquisa, mas, com quem conversei longamente durante o ano de 2016 e que também me narrou suas memórias e sua atuação social na cidade de Campina Grande. Muitas das suas falas, relatando como ele, e tantos outros sacerdotes, foram

perseguidos pelos agentes da ditadura a partir da produção de perfis subversivos, nomeados como “comunistas”, “padres vermelhos”, etc., me despertaram o interesse pela pesquisa com os documentos do SNI, os quais, foram fundamentais para a produção desta pesquisa.

As professoras Regina Coeli Gomes do Nascimento e Marinalva Vilar de Lima, que foram essenciais no meu percurso acadêmico, com quem aprendi muito ao longo dos anos. Devo a elas grande parte da aprendizagem que adquiri ao longo dessa trajetória. Estendo os agradecimentos a todos que fizeram o PET-História com quem construí laços importantes de amizade.

Aos discentes do curso de História 2009.2, especialmente a Breno Amorim, Leonora Cavalcanti, Edinete, Emanuela Maracajá, Roberta Viana, Osmael, e Priscila Gusmão que se tornaram amigos e amigas para a vida.

Aos amigos e amigas de longa data, Kelly, Márcia, Jaciele e tantos outros que foram e são fundamentais.

Aos membros da Banca de Qualificação e Defesa, por terem aceitado o convite, e pelas orientações e contribuições a esta pesquisa.

A todos que de alguma maneira contribuíram para que esta pesquisa fosse possível.

A todos aqueles que fazem o Programa de Pós-Graduação em História da UFPE.

“A Palavra-chave era comunista! Comunista assustava, tanto a Igreja, o povo sendo comunista... taxava de comunista, eles conseguiam para que o povo tivesse medo, de publicamente, não se aproximar.” (JOSEF, 2016)

De outra parte, esta mesma Igreja não se aliena do mundo, com medo de se comprometer com ele. Sei que ela vive impregnada de reflexões de eternidade e de riscos eternos. E por isso mesmo ela pensa no tempo e se engaja nas realidades temporais: porque o que vem depois do tempo é decidido no tempo. (PIRES, 1967)

RESUMO

A presente pesquisa buscou analisar as atuações sociais de sacerdotes e leigos, membros do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) da Arquidiocese da Paraíba, criada em 1976 pelo então arcebispo Dom José Maria Pires. Investigamos, a partir dos documentos produzidos pelo Serviço Nacional de Informação (SNI), dos documentos do Arquivo Eclesiástico da Paraíba, e de uma fonte de entrevista oral com o frei franciscano Herman Josef, como os membros do CDDH passaram a ser vigiados e perseguidos pelos agentes da repressão. Também identificamos como o CDDH, dotado de um poder estratégico vinculado à Igreja Católica, foi capaz de criar espaços de resistência em um contexto de repressão e violência, como foi o da ditadura militar no Brasil. Para tanto, recorremos à ideia de lugar de *poder estratégico* produzido pelo autor Michel de Certeau (1994). Estudamos a atuação do CDDH e os tensionamentos e conflitos entre a Igreja e a ditadura militar a partir da experiência social de seus membros.

Palavras-chave:

centro de defesa dos direitos humanos (cddh); dom José Maria Pires; igreja católica; ditadura militar; práticas sociais

ABSTRACT

This research aims to analyze the social actions of priests and laity, members of Human Rights Defense Center (HRDC) of the Archdiocese of state Paraíba in Brazil, created in 1976 by the then Archbishop Dom José Maria Pires. We investigated, from documents produced by the National Information Service (NIS), documents from the Ecclesiastical Archive of Paraíba, and from an oral interview source with the Franciscan Friar Herman Josef, how the members of the HRDC came to be watched and persecuted by the agents of repression. We also identified how the HRDC, endowed with a strategic power linked to the Catholic Church, was able to create spaces of resistance in a context of repression and violence, such as the military dictatorship in Brazil. To do so, we resorted to the idea of a place of strategic power produced by the author Michel de Certeau (1994). We studied the performance of the HRDC and the anguish and conflicts between the Church and the military dictatorship from the social experience of its members.

Keywords:

human rights defense center (hrdc); dom José Maria Pires; catholic church; military dictatorship; social practices

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Ação Católica
AC	Agência Central
ACO	Ação Católica Operária
AESI	Assessoria Especial de Segurança e Informação
AI	Ato Institucional
ALN	Ação Libertadora Nacional
AP	Ação Popular
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASI	Assessoria de Segurança e Informação
CDDH	Centro de Defesa dos Direitos Humanos
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CELAM	Conselho Episcopal Latino-Americano
CENIMAR	Centro de Informação da Marinha
CEPLAR	Campanha de Educação Popular
CJM	Circunscrição Judiciária Militar
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CPH Centro de Promoção Humana

Cruzada ABC Cruzada de Ação Básica Cristã

CUTAL Central Única dos Trabalhadores da América Latina

DOPS Departamento de Ordem Política e Social

EMAER Estado Maior da Aeronáutica

ESG Escola Superior de Guerra

FALN Forças Armadas de Libertação Nacional

IBAD Instituto Brasileiro de Ação Democrática

INCRA Instituto Nacional de Colonização Agrária

INDES Instituto de Formação para o Desenvolvimento

IPES Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

IPM Inquérito Policial Militar

JAC Juventude Agrária Católica

JEC Juventude Estudantil Católica

JIC Juventude Independente Católica

JOC Juventude Operária Católica

JUC Juventude Universitária Católica

LIMDE	Liga da Mulher pela Democracia
LSN	Lei de Segurança Nacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEB	Movimento de Educação de Base
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Revolucionário
PDC	Partido Democrata Cristão
PPP	Partido Popular Progressista
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RM	Região Militar
SIAN	Sistema de Informação do Arquivo Nacional
SIREPA	Sistema Rádio Educativa da Paraíba
SISNI	Sistema Nacional de Informação
SNI	Serviço Nacional de Informação
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUSIEM	Subsistema de Informações Estratégicas Militares

TL	Teologia da Libertação
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNE	União Nacional dos Estudantes
USAID	<i>United States Agency for Development</i>

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 — Dom José Maria Pires e o governador da Paraíba João Agripino (1966 – 1971), março de 1966.....	62
Figura 2 — Dom José Maria Pires e o governador da Paraíba João Agripino desfilam em carro aberto (1966-1971), março de 1966.....	62
Figura 3 — Discurso de Dom Helder Câmara na cerimônia de posse do arcebispo da Paraíba Dom José Maria Pires, 26 de março de 1966.....	63
Figura 4 — Cerimônia de Posse de Dom José Maria Pires, em 26 de março de 1966.....	64
Figura 5 — Cerimônia de Posse de Dom José Maria Pires, 26 de março de 1966.....	65
Figura 6 — Cerimônia de Posse de Dom José Maria Pires, 26 de março de 1966.....	66
Figura 7 — Cerimônia de Posse de Dom José Maria Pires, 26 de março de 1966.....	66
Figura 8 – Dom José discursa em cerimônia de posse.....	68
Figura 9 – Dom José discursa em cerimônia de posse ao lado do governador João Agripino.....	69
Figura 10 – Visita a reitoria da Universidade Federal da Paraíba em 16 de março de 1973.....	74
Figura 11 – Visita a reitoria da Universidade Federal da Paraíba em 16 de março de 1973.....	75

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	A IGREJA CATÓLICA E A DÉCADA DE 1960: ANÁLISES HISTORIOGRÁFICAS	25
2.1	A Igreja Católica e o anticomunismo no Brasil	30
2.2	O Golpe Militar de 1964 na historiografia	41
2.3	O ano de 1964 na Paraíba: o imediato pós-golpe, cassações de mandatos e perseguições.....	49
2.4	A eleição Estadual de 1965 na Paraíba.....	53
3	A ATUAÇÃO DE DOM JOSÉ MARIA PIRES NA PARAÍBA: BREVE BIOGRAFIA.....	59
3.1	A atuação social de D. José Maria Pires: de Araçuaí à Paraíba.....	76
3.2	De Dom José Maria Pires à Dom Pelé e Dom Zumbi.....	82
3.3	O manifesto de Beberibe: conflito e tensão entre religiosos e militares....	84
4	A ATUAÇÃO DO SNI NA PARAÍBA: A PRODUÇÃO DO PERFIL SUBVERSIVO DE DOM JOSÉ MARIA PIRES.....	95
4.1	A ampliação da repressão em 1968: a intensificação de informação sobre Dom José Maria Pires.....	108
4.2	A criação do Instituto de Formação para o Desenvolvimento (INDES)....	112
4.3	A vigilância e repressão e os lugares de poder.....	117
5	OS MEMBROS DO CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS (CDDH) NA MIRA DO SNI.....	120
5.1	A atuação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba na mira do SNI.....	124
5.2	A atuação jurídica e social do advogado do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Vanderley Caixe.....	129
5.3	As ameaças aos membros do CDDH: o caso de frei Herman Josef.....	133
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
	REFERÊNCIAS	151
	ANEXO A - DISCURSO DE DOM JOSÉ MARIA PIRES.....	165

1 INTRODUÇÃO

Em 2016 eu realizava minha pesquisa de dissertação intitulada *Recepção e apropriação da Teologia da Libertação em Campina Grande-PB (1960-1980)* (2017), na ocasião minha investigação se pautava em identificar a atuação do bispo de Campina Grande, Dom Manoel Pereira da Costa, e sua relação com a Teologia da Libertação. Em meio a realização de entrevistas orais com clérigos e leigos, que atuaram durante o bispado de Dom Manoel Pereira da Costa, encontrei o frei franciscano Herman Josef no Convento Franciscano em Campina Grande-PB. Na ocasião realizei uma longa entrevista com o frei que era chamado pelas pessoas que o conheciam de Hermano José.

Naquele momento, pode-se dizer, que as contribuições da entrevista do frei Heman Josef para minha pesquisa de dissertação não encontraram grande repercussão, já que ele mencionava que não havia tido contato com o bispo da diocese de Campina Grande-PB, há época, objeto principal da minha pesquisa.

O frei Herman Josef narrou que não se recordava de experiências que tivesse compartilhado com o bispo campinense, mas contou-me longamente sobre sua atuação com o arcebispo da Paraíba Dom José Maria Pires. Passou a rememorar as experiências do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) da Arquidiocese da Paraíba e da sua atuação social. Entre as falas do franciscano, ele falava com entusiasmo sobre o centro criado por Dom José Maria Pires. O frei assim narrava:

Dom José fundou, ele trouxe um Centro de Defesa dos Direitos Humanos. Foi uma coisa única, com o advogado Vanderley Caixe que tinha toda uma história de luta com muita sensibilidade! E outros depois, tinham advogados que ajudaram juridicamente. Então o povo andava também nessa consciência que estão dentro da lei, não estão fazendo à toa, eles estão caminhando, procurando realmente a justiça.”¹

Até aquele momento eu já havia lido sobre a atuação do arcebispo da Paraíba Dom José Maria Pires, mas não conhecia a atuação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), esse passou a ser um objeto de meu interesse para investigação, embora, naquele momento, minha pesquisa se direcionasse para outros caminhos. A

¹ Entrevista do frei franciscano Herman Josef concedida à pesquisadora em 24 setembro de 2016.

narrativa do frei Herman Josef, naquele ano de 2016, me fez pensar sobre uma possível problemática para um projeto de pesquisa futuro. Esta pesquisa, emergiu, portanto, de modo incipiente, ao escutar as memórias do frei Herman Josef e de sua atuação junto a Dom José Maria Pires e ao Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH).

Esta pesquisa analisou, portanto, a atuação de Dom José Maria Pires através de sua atuação social, notadamente, com a criação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) da Arquidiocese da Paraíba, criado em 1976, pelo referido arcebispo. Essa análise se deu, principalmente, a partir do estudo dos documentos do Serviço Nacional de Informação (SNI). Observamos, nessa documentação, como os agentes de informação e repressão das agências locais produziram documentos sobre as atividades do arcebispo Dom José Maria Pires e sobre os integrantes do CDDH, que tiveram uma atuação social importante no auxílio aos trabalhadores rurais da Paraíba, especialmente, na região do litoral sul de João Pessoa.

O recorte temporal da pesquisa aqui desenvolvida acompanha a atuação social de Dom José Maria Pires, na Paraíba, de 1965 a 1980². Tal recorte compreende a chegada e a posse do referido arcebispo na Paraíba e os anos de criação e atuação da Equipe de Promoção Humana (1976) que se tornaria, posteriormente o Centro de Defesa dos Direitos Humanos. O recorte se explica, também, pela própria pesquisa documental, isto porque, nos documentos do SNI, identificamos uma grande produção de informações sobre o arcebispo entre as décadas de 1965 e 1980, abrangendo, na década de 1970, os membros do CDDH. Entendemos, portanto, que a atuação de Dom José Maria Pires foi fundamental para as atuações sociais que se realizaram com a própria criação de um centro voltado a auxiliar os agricultores rurais nos conflitos no campo. Assim, tanto o arcebispo como os membros do centro apareceram de forma mais frequente na produção de informações dos agentes da repressão.

Ao analisarmos a documentação do SNI, pudemos identificar: como os agentes da repressão produziam os perfis considerados subversivos; os recursos discursivos utilizados para a construção das informações produzidas por esse órgão; suas práticas de vigilância; os tensionamentos entre os agentes da ditadura e a Igreja Católica local; as relações de poder entre agentes da ditadura, latifundiários,

² Dom José Maria Pires foi arcebispo da Paraíba durante os anos de 1965-1995.

sacerdotes e leigos pertencentes ao CDDH. Além disso, conseguimos perceber que, embora a atuação da repressão fosse ampla, o espaço promovido pelos membros do CDDH permitiu um maior espaço de atuação e desenvolvimento de práticas sociais na região.

Essas atuações sociais, em um contexto de vigência de repressão pela ditadura militar, foram possíveis em detrimento do lugar de poder que a Igreja Católica ocupava. Assim, entendemos que o arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, ao criar o CDDH, possibilitou que sacerdotes e leigos conseguissem realizar práticas sociais em favor dos trabalhadores rurais. Michel de Certeau³ (1994) destaca que o lugar de poder que chama de estratégico é o resultado das relações de força que estabelecem, a um sujeito de querer e poder, um lugar isolável de um ambiente. A estratégia, de acordo com o referido autor, possui um lugar próprio, é praticada por um sujeito de poder e, desse modo, pode ser uma prática calculada, articulada. Essa estratégia estabelece um lugar e, nesse caso, a compreendemos como um lugar que pode ser considerado um espaço de embate e resistência na relação de força entre sacerdotes católicos e agentes da repressão da ditadura militar.

Tais práticas calculadas, orientadas segundo uma estratégia, ou praticadas por um poder estratégico, são realizadas em meio a relações de força que se exercem no cotidiano. De acordo com Certeau (1994):

Seria legítimo definir o *poder do saber* por essa capacidade de transformar as incertezas da história em espaços legíveis. Mas é mais exato reconhecer nessas “estratégias” um tipo específico de saber, aquele que sustenta e determina o poder de conquistar para si um lugar próprio. Noutras palavras, *um poder é a preliminar deste saber*, e não apenas o seu efeito ou seu atributo. Permite e comanda as suas características. Ele se produz aí. (CERTEAU, 1994, p, 100)

Para Certeau (1994), é possível reconhecer, nessas estratégias, um tipo específico de saber, que se exerce em decorrência de um lugar de poder, um espaço legível, passível de ser visto e praticado. Nesse sentido, a criação do CDDH é a institucionalização de um lugar que, na esteira da leitura de Certeau (1994), pode ser entendido como um lugar estratégico, efeito de um poder e saber. Nesse caso, pode-se falar em um lugar estratégico que está em confronto com outro poder, que é exercido pela ditadura militar e seus órgãos de repressão e vigilância.

³ CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

O CDDH conseguiu produzir um lugar estratégico no qual práticas sociais foram possíveis de serem exercidas em um contexto de repressão e vigilância. Essas práticas eram combatidas pelos agentes da ditadura, produzindo discursos e documentos sobre os sacerdotes e leigos, membros do CDDH, a partir da ideologia da Lei de Segurança Nacional. Cabe destacar que a repressão da ditadura, contudo, não se resumiu a essas produções de informações, mas foi também exercida através da violência e perseguição.

Nesta pesquisa, analisamos, portanto, como o CDDH foi capaz de criar espaços estratégicos de práticas sociais em um momento marcado pela repressão dessas ações por parte de uma ditadura militar que perseguiu e reprimiu, violentamente, os movimentos sociais no campo e na cidade. De acordo com o *Jornal Correio da Paraíba*, do dia 13 de novembro de 1976, logo após a criação do CDDH, o então advogado Vanderley Caixe passou a receber e encaminhar a análise de denúncias de violações de direitos dos trabalhadores rurais. Sabe-se que o advogado analisou mais de mil denúncias logo nos primeiros meses de funcionamento do centro.

Uma das atividades realizadas pelo CDDH era a prestação de assessoria jurídica para os trabalhadores. Dom José Maria Pires conheceu o advogado Vanderley Caixe no ano de 1969, quando o arcebispo realizou uma visita aos dominicanos presos no Presídio Tiradentes. Na ocasião, o então estudante de direito Vanderley Caixe estava preso pela sua atuação no grupo da Força de Libertação Nacional (FALN). Após sair da prisão e tornar-se advogado Vanderley Caixe, foi convidado para compor o CDDH da Paraíba como advogado. Em virtude da sua atuação, foi vigiado e perseguido pelos agentes da repressão que produziram um dossiê sobre sua atuação à frente do CDDH.

Encontramos também uma grande quantidade de dados produzidos pelos agentes da informação sobre a atuação do frei alemão Herman Josef, cujo ingresso para o Brasil foi em agosto de 1961. Em Porto Alegre, trabalhou na Paróquia de Santa Cecília e auxiliou militantes políticos perseguidos pela ditadura militar, escondendo-os. Em virtude disso, ficou preso em Porto Alegre e liberado em seguida. No ano de 1976, passou a residir na cidade de João Pessoa-PB. Foi convidado pelo arcebispo Dom José Maria Pires para fazer parte do CDDH. Também sobre Herman Josef foi produzida grande quantidade de informações pelos agentes do SNI.

Faziam parte do CDDH o advogado Vanderley Caixe, a estudante de medicina Gláucia Maria de Luna Ieno, Genaro Ieno Neto, as freiras holandesas Helena

Wilhermina Maria Silvestre Burgers (Irmã Marlene) e Antonia Maria Van Ham (irmã Tony), e o frei Herman Josef. Também constam como pessoas que auxiliavam as atividades do CDDH os sacerdotes João Maria Cauchi, de Malta, o frei Anastácio e o bispo auxiliar Dom Marcelo Pinto Carvalheira. Também contribuiu com os serviços de assessoria jurídica do centro o advogado Júlio César Ramalho.

As produções de informação pelos agentes do SNI nos permitem identificar as práticas de repressão e vigilância empreendidas em uma ditadura militar, como também nos permitem apontar como alguns sacerdotes e leigos, reunidos em torno de uma instituição criada pelo arcebispo Dom José Maria Pires, conseguiram criar espaços de resistência possível.

O acesso às fontes de pesquisa para este trabalho foi possível através do estudo de registros históricos que incluem documentos tanto do Arquivo Eclesiástico da Paraíba quanto do Serviço Nacional de Informação (SNI); estes últimos obtidos através do Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN). Além disso, foi utilizada como fonte uma entrevista oral com o frei franciscano Herman Josef, que atuou como membro do CDDH.

O desenvolvimento desta pesquisa sofreu algumas modificações ao longo do seu desenvolvimento. Mesmo tendo o CDDH como um dos espaços a serem pesquisados desde o início desse percurso, as documentações a serem utilizadas seriam outras, como os documentos do Arquivo Eclesiástico da Paraíba, que começaram a ser digitalizados no segundo semestre de 2019. Por isso, foi possível lograr algumas dessas documentações nos primeiros capítulos dessa pesquisa. No entanto, com o impacto da Pandemia de Covid-19, o acesso a essas fontes se tornou restrito.

Ainda em dezembro de 2019, o mundo começou a noticiar o aparecimento de um novo tipo de doença, na China. De acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), no dia 31 de dezembro de 2019, a OMS recebeu o aviso de um novo tipo de pneumonia grave, detectado na cidade de Wuhan, na China. A partir de então, as notícias alertavam sobre a possibilidade de descoberta de uma nova cepa de coronavírus que estaria contaminando seres humanos. Em janeiro de 2020, as autoridades de saúde da China confirmaram que se tratava de um novo tipo de

coronavírus⁴. Embora a notícia tenha causado preocupação no início, não se imaginava a proporção que tomaria essa doença e suas consequências.

Em janeiro do ano de 2020, pouco mais de um mês da notícia dos primeiros casos de Wuhan, a OMS declarou o coronavírus como uma “Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) — o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional”⁵. De janeiro a março de 2020, o número de casos subiu significativamente: a cada dia, mais países confirmavam o registro dos primeiros casos, agora a doença era denominada como Covid-19⁶. No dia 11 de março de 2020, a OMS declarou que a nova infecção que provocava a Covid-19, causada pelo novo coronavírus, passou à categoria de pandemia.

Aproximadamente 4 meses apenas, desde a detecção do primeiro caso em Wuhan, na China, o novo coronavírus se espalhou pelo mundo com uma alta taxa de transmissão. No Brasil, o Ministério da Saúde confirmou o primeiro caso de Covid-19 no dia 26 de fevereiro de 2020, na cidade de São Paulo, de um homem com 61 anos de idade, que havia viajado para a Itália e estava internado.⁷ Poucos dias depois, em 12 de março, o primeiro caso de morte pela doença foi de uma mulher de 57 anos de idade. Em 6 de fevereiro de 2020, a Lei nº 13.979, intitulada Lei Nacional da Quarentena, foi sancionada no Brasil e as medidas de enfrentamento passaram a ser adotadas. Infelizmente, passamos a ver, nas semanas e meses seguintes, os números de contaminados e vítimas fatais da doença se multiplicarem.

Com o fechamento dos Arquivos para a garantir a diminuição da transmissibilidade do SARS-Cov-2 (vírus causador da doença Covid-19), foi necessário readaptar alguns caminhos da pesquisa. Assim, grande parte da gama documental que permitiu o desenvolvimento dessa tese foi coletada a partir das pesquisas do Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN)⁷. Nesse banco de documentos *online*, conseguimos ter acesso a importantes documentos do SNI, nos

⁴ Informações disponíveis no site da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em 07 jan. 2023.

⁵ Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS).

Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19> Acesso: 07/01/2023.

⁶ De acordo com a Fiocruz: “O nome Covid é a junção de letras que se referem a (co)rona (vi)rus (d)isease, o que significa na tradução “doença do coronavírus”. Já o número 19 está ligado a 2019, quando os primeiros casos foram publicamente divulgados.” Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/pergunta/por-que-doenca-causada-pelo-novo-coronavirus-recebeu-o-nome-de-covid-19> Acesso: 07/01/2023.

⁷ <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp> Acesso: 10/01/2023.

quais constam declarações sobre as atividades do CDDH da Arquidiocese da Paraíba, além de dossiês sobre o arcebispo Dom José Maria Pires e membros do CDDH, como o advogado Vanderley Caixe e o frei franciscano Herman Josef.

Nos documentos do SNI, foi possível investigarmos as estratégias de produção de informações por parte dos agentes da repressão, além de identificarmos as relações entre estes e os latifundiários locais na repressão e perseguição a sacerdotes e leigos atuantes no auxílio aos trabalhadores rurais. Esses documentos também nos permitiram identificar o alcance das práticas sociais dos membros do CDDH e os tensionamentos entre estes e os agentes da ditadura militar na Paraíba.

Nos documentos do Arquivo Eclesiástico da Paraíba⁸, pesquisamos as correspondências pessoais de Dom José Maria Pires, Atas de reuniões e documentos referentes ao seu perfil biográfico. O CDDH foi criado por este arcebispo, portanto, sua atuação tem uma importância significativa para esta pesquisa. Deste modo, os capítulos I e II retomam alguns aspectos políticos e socioeconômicos da Paraíba no contexto do imediato pós-golpe e analisam a chegada e a posse de Dom José Maria Pires⁹ como arcebispo da Paraíba.

Para fins de organização, cabe dizer que esta tese está organizada por esta Introdução, que situa o tema, apresenta a problemática do trabalho, seu recorte temporal e as fontes historiográficas utilizadas.

O Capítulo I, intitulado *A Igreja Católica e a década de 1960: algumas considerações*, analisa a relação entre a Igreja Católica e a Ditadura Militar, destacando como essas instituições se alinharam na dinâmica dos acontecimentos históricos que permearam o golpe militar de 1964. Destacamos a produção de um discurso anticomunista que foi utilizado, inclusive, por sacerdotes católicos no momento anterior ao golpe. Identificamos as tensões e os alinhamentos entre sacerdotes católicos, políticos e militares na Paraíba, no momento anterior e posterior ao golpe militar. Identificamos como a repressão se abateu no cenário político local com perseguições e cassações de mandatos. Problematicamos, ainda, a Eleição Estadual de 1965, ano da posse de Dom José Maria Pires como arcebispo, na Paraíba, e os tensionamentos e relações de poder que se apresentavam. Para tanto,

⁸ O Arquivo funciona no Centro Cultural São Francisco, em uma sala dentro da Igreja de São Francisco, localizado na rua Ladeira São Francisco, na cidade de João Pessoa-PB.

⁹ Dom José Maria Pires tomou posse como arcebispo da Paraíba em 26 de março de 1966.

recorremos à historiografia pertinente sobre a temática para entendermos como se apresentava tal cenário.

O Capítulo II, intitulado *A atuação de Dom José Maria Pires na Paraíba: breve biografia*, apresenta alguns aspectos da atuação do arcebispo da Paraíba. Destacamos sua posição em relação ao golpe militar de 1964, enquanto Dom José Maria Pires era bispo de Araçuaí, posição que refletia o posicionamento de parte do clero brasileiro. Analisamos também as mudanças e os posicionamentos que começaram a emergir na atuação de Dom José Maria Pires, notadamente, quando se inicia seu arcebispado na Paraíba e quando, também, a repressão da ditadura começou a recair sobre sacerdotes católicos. Para o capítulo em questão, recorremos aos documentos pesquisados no Arquivo Eclesiástico da Paraíba, como as correspondências pessoais do arcebispo e documentos de atas de reuniões e relatórios pastorais, além de documentos como o Manifesto de Beberibe (1966).

O Capítulo III, intitulado *A atuação do SNI na Paraíba: a produção do perfil subversivo de Dom José Maria Pires*, destacou como os agentes da informação passaram a acompanhar e produzir dados sobre o arcebispo da Paraíba. Percebemos como essa produção era realizada e quais os recursos os agentes utilizavam para produzir o que o SNI chamava de perfil subversivo. Investigamos como o Ato Institucional nº 5 ampliou a perseguição a cidadãos e também atingiu os sacerdotes católicos na Paraíba. Apesar da repressão e vigilância, identificamos como práticas sociais foram promovidas em virtude do lugar estratégico de poder ocupado pelos sacerdotes católicos, possibilitando a criação do Instituto de Formação para o Desenvolvimento (INDES).

O Capítulo IV, por sua vez, intitulado *Os membros do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) na mira do SNI*, investigou como se deu a criação do referido centro e a atuação dos seus membros em favor dos trabalhadores rurais. Destacamos como os membros do CDDH passaram a ser alvos dos agentes do SNI com a produção de grande número de informações. Além disso, alguns dos membros do referido centro sofreram violências físicas e foram perseguidos pelos agentes da ditadura e por latifundiários locais. Tal investigação nos permitiu compreender as relações de poder que estavam em jogo e como o lugar estratégico do CDDH conseguiu ampliar sua atuação social em um contexto marcado pela repressão. Analisamos os dossiês produzidos sobre o frei alemão Herman Josef e o advogado Vanderley Caixe para entendermos como a repressão agia para impedir as atividades

sociais desses sujeitos e como eles conseguiam driblar, na medida do possível, a repressão para empreender as suas práticas sociais em decorrência do lugar que ocupavam no CDDH.

Por fim, apresentamos as Considerações Finais, apontando os desdobramentos surgidos na pesquisa. O trabalho segue com a lista das Referências Bibliográficas utilizadas, bem como dos arquivos e das fontes que foram a base para esta pesquisa.

2 A IGREJA CATÓLICA E A DÉCADA DE 1960: ANÁLISES HISTORIOGRÁFICAS

Para analisarmos a atuação de Dom José Maria Pires na Arquidiocese da Paraíba e do CDDH, é necessário retomarmos alguns aspectos sociais, políticos e econômicos da década de 1960, especialmente no que tange à atuação da Igreja Católica no cenário político, com o acirramento dos conflitos sociais e o regime que se instala após 1964.

Após o Golpe Militar de 1964 e a perseguição a grupos políticos, o espaço institucional da Igreja Católica se apresentou, em alguns casos, como possibilidade de existência de grupos como o Centro de Promoção Humana (CPH) e o posterior CDDH. Essas experiências na defesa dos trabalhadores através do CPH e CDDH podem indicar que o espaço institucional da Igreja se tornou um campo de resistência possível. Nesta pesquisa, investigamos a emergência desses grupos da Igreja Católica na Paraíba, em particular, a partir da atuação de Dom José Maria Pires.

Grupos como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP) surgiram dentro de organizações que se formataram, inicialmente, junto à hierarquia católica. Posteriormente, esses grupos passaram a atuar a partir de outros dispositivos, como organizações estudantis e partidos políticos.¹⁰ A atuação política e de militância de estudantes católicos ocorreu em âmbito institucional, com eventos e acompanhamentos de clérigos, e se ampliou para outros setores sociais. Esses movimentos foram apontados por Löwy (2000) como experiências emergentes da relação de grupos católicos com a atuação política e social durante a década de 1960. No que se refere à Paraíba, esses grupos atuaram em parceria com o arcebispo Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980. Após a segunda metade da década de 1970, essa atuação se deu através do CPH e do CDDH.

A atuação de clérigos e grupos de leigos católicos na defesa de direitos sociais e políticos e na organização de trabalhadores urbanos e rurais provocou conflitos entre o regime e a Igreja Católica, bem como divergências no clero. A participação desses grupos e clérigos católicos, denominados pela imprensa e pelos órgãos de

¹⁰ LÖWY, M. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

informação como progressistas, foi, em grande medida, associada ao comunismo e, por isso, alvos dos serviços de informação e segurança.

As manifestações anticomunistas fizeram parte de discursos de políticos, religiosos e jornalistas durante um longo período no Brasil, conforme analisa Motta (2000). Nos anos anteriores ao Golpe Militar de 1964, os discursos anticomunistas foram divulgados em jornais de circulação nacional, em discursos políticos, em sermões de religiosos e, particularmente, na campanha que tramou a derrubada do então presidente João Goulart¹¹. No campo da instituição católica, o discurso anticomunista foi divulgado e amplamente utilizado como recurso para justificar o Golpe Militar de 1964, conforme apontado por Rodeghero (2003). Ao longo da Ditadura, muitos religiosos foram acusados de subversivos, tendo em vista o discurso anticomunista.

No período em que houve a efetivação do Golpe Militar de 1964, Dom José Maria Pires comemorou a derrubada do governo João Goulart, realizada pelos militares. Na ocasião, enquanto bispo de Araçuaí (Minas Gerais), Dom José se dizia entusiasta do que chamou de revolução, repetindo a nomenclatura utilizada pelos militares e reproduzida nos jornais para tratar do golpe que depôs o então presidente eleito. Thamara Maria Maia Duarte (2015), em *A caminhada do primeiro Centro de Defesa dos Direitos Humanos no Brasil*, recupera um artigo publicado no jornal católico *A Imprensa*, de 1 de março de 1968, de autoria de Dom José Maria Pires, em que este faz uma análise de seu posicionamento diante da tomada do poder pelos militares:

Eu fui um dos entusiastas do Movimento de 31 de março de 1964. Torci para que não se realizasse em Belo Horizonte o Congresso da CUTAL, de cunho reconhecidamente comunista. Condenei de público, em sermão, a atitude do Governo Federal no comício-monstro de 13 de março e sua convivência com a anarquia, as greves políticas e a subversão. Em encontros e debates, fui tachado de reacionário porque combati como anti-evangélica a linguagem repassada de ódio e violência usada por muitos cristãos — certamente bem intencionados — em publicações como o “Brasil Urgente”! Aplaudi a mensagem do Governador Magalhães Pinto anunciando que os mineiros não reconheciam mais o Governo e a autoridade do Sr. João Goulart. Acompanhei, momento a momento, dia e noite, o desenrolar dos

¹¹ MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Xxx f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000, p. 13.

acontecimentos e festejei com o Governo do Estado a vitória do povo contra o comunismo.(PIRES, 1968)¹²

A leitura desse fragmento possibilita compreender com detalhes a posição de apoio de Dom José Maria Pires ao golpe de 1964. Considerava, no momento imediato do pós-golpe, que tal evento livrou o país do comunismo. Dizia não desejar a realização do 1º Congresso da Central Única dos Trabalhadores da América Latina (Cutal), que ocorreu em janeiro de 1964, com a autorização do então governador Magalhães Pinto (UDN),¹³ para ocorrer em Belo Horizonte (MG). O arcebispo registra, também, que realizou um sermão em Araçuaí, condenando o Comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964¹⁴. Dom José Maria Pires destacou que comemorou o pronunciamento do governador Magalhães Pinto¹⁵, que declarou que não reconhecia o governo do presidente João Goulart e estava ao lado dos militares na tomada do poder.

O historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2000) destacou que o Congresso da Cutal, previsto para ocorrer nos dias 24 e 28 de janeiro de 1964, em Belo Horizonte (MG), enfrentou uma série de protestos contrários envolvendo setores políticos, organizações anticomunistas e representantes religiosos, notadamente, católicos. Para o autor, esse acontecimento demonstrou o acirramento dos conflitos no início de 1964 e a crescente potencialidade dos discursos e das práticas anticomunistas.

Para Rodrigo Patto Sá Motta (2000), o acirramento sucedido em Belo Horizonte era um sinal de polarização e de “radicalismo de ambas as partes, numa escalada

¹² PIRES, José Maria. Revolução que não houve. A Imprensa. em 1º de março de 1968. In: DUARTE, Thamara Maria Maia. **A caminhada do primeiro Centro de Defesa dos Direitos Humanos no Brasil:** terra, justiça e liberdade semearam a revolução da fé na Paraíba. 2015. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos). Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba, 2015, p. 45.

¹³ De acordo com Souza (2012), o 1º Congresso da Confederação dos Trabalhadores da América Latina (Cutal) não teve autorização dos governadores de São Paulo e da Guanabara, Ademar de Barros e Carlos Lacerda, para acontecer nos referidos estados. O então governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, que sofria oposição até mesmo dentro do seu partido, a UDN, tentava criar alianças e fortalecer sua imagem de todas as forças e isso teria motivado a autorização dada para que o evento da Cutal ocorresse em Belo Horizonte. Ver mais em: SOUZA, R. J. **Da informação à representação:** o papel do jornal escrito mineiro nos anos 1963 e 1964. 2012. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012, p. 59.

¹⁴ FERREIRA, Jorge. GOMES, Angela de Casto. **1964: o golpe que derrubou um presidente pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil.** 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

¹⁵ Magalhães Pinto foi um dos governadores que apoiavam e ajudaram a articular o golpe. Além dele, Ademar de Barros, governador de São Paulo, e Carlos Lacerda, governador da Guanabara, tiveram papel significativo no golpe civil-militar de 1964. Ver mais em: NETO, L. **Castello:** a marcha para a ditadura. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

crescente do final de janeiro ao final de março”¹⁶, ressaltando o que o autor chamou de cronologia da crise. O radicalismo de “ambas as partes”, descrito pelo historiador, enfatizou que, por um lado, o anticomunismo tornou-se um movimento forte e fez emergir, como no caso da ofensiva contra o Congresso da Cutal, movimentos como a entidade feminina Liga da Mulher pela Democracia (LIMDE), entidade feminina anticomunista. Por outro lado, o autor destaca como marca do radicalismo do que chamou de “setores esquerdistas” o fato desses não “arrefecido suas atividades, ao contrário; alguns elementos consideraram imperioso aumentar a mobilização para fazer frente à ofensiva conservadora”¹⁷.

Discordamos da compreensão de Rodrigo Patto Sá Motta (2000) ao afirmar que a continuidade das atividades dos setores de esquerda, como a tentativa de manter o Congresso da Cutal, foi um elemento que marcou o que o autor chamou de radicalismo dos “setores da esquerda”, equiparando, assim, tais eventos com o que denominou como indicação do “radicalismo de ambos os lados”. Vale destacar que esse argumento foi parte, isto sim, da narrativa construída pelos setores golpistas para justificarem e legitimarem a destituição do poder do então presidente João Goulart e do golpe ocorrido. Esse argumento, inclusive, integrou os discursos anticomunistas que justificaram, para os militares, as práticas de perseguição que se seguiram com o regime militar.

No ano de 1965, quando Dom José ainda estava à frente da diocese de Araçuaí, um padre pertencente à diocese foi preso sob a acusação de subversão. Em entrevista a Pereira (2012), Dom José Maria Pires narra o episódio. Segundo este:

Ele (o General) (grifo nosso) foi lá dentro e trouxe uns livros que eram do MEB. Eu disse: não. Que é que tem de comunismo aqui? Ele disse: olha aí... Olha o começo dessa página: o camponês é um sofredor. Eu disse que é que tem de comunismo? Mas general camponês é um homem do campo. Ele disse: nós não usamos essa linguagem, os comunistas que usam. Nós usamos trabalhador rural, o empregado. Eu disse se for por aí realmente a gente não vai se entender. Bem mais aí ele me deu uma carta declarando que qualquer coisa que acontecesse com padres na diocese da Araçuaí, eles deviam procurar

¹⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da USP, São Paulo, 2000, p. 320.

¹⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da USP, São Paulo, 2000, p. 320.

¹⁷ MOTTA, 2000, p. 320.

o bispo. Saí com aquela carta. Logo depois chama um dos padres. Aí eu disse: pode ouvir o padre aqui na minha casa, na minha frente ou na frente do vigário geral. Como eu tive que viajar, o vigário geral ficou responsável por isso. Então, realmente, foram ouvir o padre que eles achavam que era subversivo na minha casa e na frente do vigário geral. Isso fez com que a gente começasse a perder toda fé no golpe de 64. E daí então pra frente a coisa foi piorando. (PEREIRA, 2012, p, 46)¹⁸

A entrevista de Dom José Maria Pires foi concedida a Pereira (2012) no ano de 2011. Nela, o arcebispo não revela o nome do padre e do general envolvidos no episódio que contou com a interferência de Dom José, em favor do padre preso. Todavia, é possível identificar que, ainda em Araçuaí, no ano de 1965, o arcebispo revelou um acontecimento que o fez questionar a forma autoritária com que os militares estavam conduzindo depoimentos de forma arbitrária. O livro do Movimento de Educação de Base (MEB) foi utilizado, segundo Dom José, como motivo para acusar o padre da diocese de Araçuaí de comunista.

No artigo de Dom José Maria Pires, *A Revolução que não houve*, publicado no periódico católico *A Imprensa*, de 1º de março de 1968, o arcebispo destaca seu apoio ao que chamava de Revolução de 1964, declarando que acreditava que os militares deveriam combater a infiltração marxista no Brasil¹⁹. As reflexões e as práticas de Dom José Maria Pires na arquidiocese da Paraíba caminharam para uma posição social de apoio aos trabalhadores urbanos e rurais.

A atuação de Dom José Maria Pires, na Paraíba (em meio aos conflitos de Camucim e Pitimbu, no território conhecido como Grande Alagamar), causou divergências entre o arcebispo e os latifundiários. Os posicionamentos de Dom José Maria Pires reverberaram nos órgãos de informação e repressão dos militares. Isso ocorreu tendo em vista que, além da sua atuação nos conflitos rurais, o arcebispo passou a tecer duras críticas ao regime militar, por meio de sermões, palestras e artigos publicados em periódicos católicos e cartas circulares. A partir de 1966, o nome de Dom José Maria Pires passou a ser registrado nos órgãos de informação e repressão como comunista.

¹⁸ PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **Em nome de Deus, dos pobres e da libertação: ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980.** 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. p. 76.

¹⁹ PIRES, 2015, p. 46.

Analisar a produção dos documentos do SNI auxilia a compreensão dos meios usados pela repressão em relação à atuação de Dom José Maria Pires. Os documentos revelam um *modus operandi* dos órgãos de informação sobre a produção de um perfil subversivo. Iremos estudar quais os documentos foram produzidos sobre uma autoridade eclesial, bem como responder aos seguintes questionamentos: O que esses documentos registram sobre Dom José Maria Pires? Houve ações de repressão contra Dom José?

Para compreendermos a relação entre a Igreja e o discurso anticomunista, é necessária uma breve revisão no tocante aos estudos de historiadores e pesquisadores que se debruçaram sobre essa temática. Tendo em vista que o próprio Dom José Maria Pires se utilizou desse discurso anticomunista ao se declarar entusiasta do que chamou, na época, de Revolução de 1964. Posteriormente, contudo, as críticas aos militares e os posicionamentos do arcebispo nos conflitos rurais na Paraíba o fizeram cair nas malhas da repressão, este, por sua vez, passou a ser acusado pelos agentes do SNI de subversivo e comunista.

2.1 A Igreja Católica e o anticomunismo no Brasil

Um dos trabalhos sobre o anticomunismo no Brasil foi escrito pelo historiador Motta (2000). Seu livro *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)* apresenta uma análise diacrônica do anticomunismo de 1917 a 1964. De acordo com o autor, muitos dos elementos que compuseram o imaginário anticomunista criaram representações que ligavam o comunismo ao mal, ao diabólico, ao imoral. Essas construções discursivas produziram certas imagens com forte tendência à regularidade. De acordo com Motta (2000), “diversos elementos do imaginário anticomunista construído entre as décadas de 1920 e 1930 ainda eram utilizados na década de 1980, por exemplo”²⁰. Nesse sentido, o autor aponta a possibilidade de observar permanências e mudanças em relação ao anticomunismo. No que se refere às regularidades, percebe-se que são marcadas pelas representações negativas quanto ao comunismo que estiveram presentes nos discursos por um período longo.

²⁰ MOTTA, 2000, p. 12.

Além da análise diacrônica, o autor identifica três momentos de agudas fases anticomunistas no Brasil: a primeira fase, de 1935 a 37, foi disseminada pelos acontecimentos em torno do Levante Comunista, bem como no período de Getúlio Vargas e do golpe do Estado Novo; a segunda fase envolveu os acontecimentos em torno da Guerra Fria e, por fim, a terceira fase se deu a partir da crise que culminou com o Golpe Militar de 1964. Contudo, o autor percebe que dois momentos surgem como experiências sincrônicas, isto é, particulares ao discurso anticomunista no Brasil por justificarem golpes políticos.

O primeiro ocorreu em 1937, quando Getúlio Vargas deu um golpe e instituiu o Estado Novo se utilizando do discurso da ameaça comunista. O segundo consistiu no Golpe Militar de 1964, que recorreu amplamente ao discurso e ao imaginário anticomunista para justificar a destituição do então presidente João Goulart. Para o autor, o anticomunismo “foi um dos principais argumentos, senão o principal, a justificar e a provocar as intervenções autoritárias mais significativas ocorridas no período republicano da história brasileira”.²¹

No que tange ao anticomunismo da Igreja Católica, Motta (2000) destaca que houve uma mudança significativa em relação à participação da Igreja Católica e às representações anticomunistas durante o período de 1920-1960. De acordo com o autor, na primeira onda anticomunista de 1930, a Igreja Católica se fortaleceu utilizando e reforçando os discursos e representações anticomunistas, acusando, inclusive, cultos e seitas não católicas como potencial perigo para a disseminação do comunismo.

O catolicismo, no Brasil, se apresentava como capaz de enfrentar e derrotar o comunismo, disseminado, segundo esse discurso, pelas religiões e seitas não católicas. As representações construídas pelo catolicismo ao longo da história foram utilizadas para construir a representação de que o comunismo estaria ligado ao diabólico, ao maligno, a algo capaz de destruir a tradição e a “família tradicional”, sendo, portanto, a Igreja Católica o lugar de combate a esse mal.

Na década de 1960, de acordo com Motta (2000), apesar de permanecerem os discursos que compreendiam o comunismo como ameaça à família e à tradição, não se incluía nesses discursos, como ocorreu no período anterior, o ataque a outras

²¹ MOTTA, 2000, p. 13.

religiões e seitas. Para Motta (2000), esse aspecto pode ser entendido pelas mudanças ocorridas no processo de apropriação do discurso anticomunista. De acordo com o autor, a segunda onda anticomunista contou com um ecumenismo anticomunista, não se limitando, portanto, ao catolicismo. Nesse período, ele observa não só representantes do catolicismo, mas também do espiritismo, judaísmo e umbandistas, que fizeram eco ao discurso anticomunista:

O melhor exemplo do fenômeno se deu na organização das “Marchas com Deus” em março e abril de 1964. Pastores e rabinos participaram, ao lado dos padres, na preparação das Marchas em São Paulo e no Rio de Janeiro. A disposição em não restringir a mobilização a um só grupo se evidenciou na referência a “Deus” e não a “Cristo”. (MOTTA, 2000, p. 304)

Portanto, no período anterior ao Golpe de 1964, o discurso anticomunista também esteve presente em outras religiões e seitas, não sendo exclusivo do catolicismo católico. O autor enfatiza que os movimentos organizados por católicos, como as marchas, que ocorreram em 1964, contaram com a participação de representantes de outras religiões, como pastores protestantes e rabinos. Contudo, isso não diminuiu a participação expressiva da instituição católica na organização dos eventos em apoio ao Golpe.

Para Rodeghero (2003), em *O diabo é vermelho: Imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)* foi analisada a participação da Igreja Católica do Rio Grande do Sul na construção de um imaginário anticomunista que fortaleceu e, inclusive, ajudou a legitimar o discurso de setores políticos que articularam e efetivaram o Golpe Militar de 1964. Ao falar em imaginário anticomunista, Rodeghero (2003) destaca que:

O imaginário anticomunista pode, então, ser definido, (...) como um conjunto de representações construídas e utilizadas por diversos setores da Igreja Católica para interpretar a realidade e os problemas vividos pela sociedade como um todo, ou, pelas instituições, no período de 1945 a 1964. (RODEGHERO, 2003, p. 28) ²²

O imaginário anticomunista analisado pela autora seria, assim, um conjunto de representações construídas pela Igreja Católica, mas que não ficaram limitados a essa

²² RODEGHERO, Carla. Simone. **O diabo é vermelho: Imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)**. 2.ed. Passo Fundo: UPF, 2003, p. 28.

instituição. O uso dessas representações serviu a diversos setores da sociedade. De acordo com Rodeghero (2003), foram construídas e disseminadas em discursos, por clérigos católicos, através de sermões e publicações. Essas representações também foram largamente utilizadas pela propaganda anticomunista não só através da mídia, mas também de discursos políticos. Para Rodeghero (2003), esse imaginário anticomunista produzido no interior do catolicismo foi utilizado para justificar e legitimar o Golpe Militar de 1964.

Conforme observou Motta (2000), foi possível identificar uma forte tendência das classes mais altas e de instituições como a Igreja Católica, desde 1917, à produção de discursos anticomunistas que ajudaram a construir as representações sobre o comunismo. Analisar o anticomunismo é, portanto, compreendê-lo como uma construção que emergiu a partir de uma dada sociedade, tendo em vista conflitos sociais e relações de poder que tentavam mover os acontecimentos a partir de interesses específicos.

Como ressaltado por Rodeghero (2003), construir representações que se tornem presentes no imaginário social permite a criação de dispositivos de controle da vida coletiva, que podem auxiliar o exercício do poder pelas instituições. Para construir essas representações, os discursos católicos anticomunistas se utilizavam de concepções maniqueístas: “O comunismo teria como característica básica o ódio, em oposição ao amor cristão: o ódio é destruidor pela sua própria natureza, ao passo que o amor é ‘positivo e realizador’”; as imagens antíteses eram também destacadas: “*luz e trevas* era também utilizada pelos anticomunistas católicos para demarcar o terreno que lhes pertencia e o dos *inimigos*”.²³

Dentre os discursos anticomunistas analisados por Rodeghero (2003) encontra-se o do arcebispo de Diamantina, Dom Geraldo de Proença Sigaud, que afirmava ser o comunismo “uma seita internacional que segue a doutrina de Karl Marx e trabalha para destruir a sociedade humana baseada na lei de Deus e no Evangelho, bem como para instaurar o reino de Satanás neste mundo”²⁴. Discursos como o de Dom Geraldo de Proença Sigaud foram analisados pela autora para enfatizar a participação de clérigos católicos na construção do imaginário anticomunista.

²³ RODEGHERO, 2003, p. 31.

²⁴ RODEGHERO, 2003, p. 35.

O laicismo e a secularização foram apontados por Rodeghero (2003) como preocupações presentes nos discursos de clérigos católicos, como elementos que diminuíram a presença da Igreja Católica no seio social. Contraditoriamente, a secularização foi objeto de debate nos anos posteriores ao Concílio Vaticano II (1962-1965), que ressaltou que a secularização devia ter atenção da igreja, de modo que houvesse a compreensão acerca da necessidade de se abrir para as questões sociais postas pelo seu tempo.

A secularização também foi um elemento recorrente nos documentos do SNI, que acusavam a Igreja de se envolver em questões que não eram próprias da sua alçada. Nesses documentos, encontramos afirmações que denunciavam que clérigos católicos ultrapassavam os cuidados com as problemáticas consideradas próprias da Igreja, ou seja, as questões espirituais, para se envolverem em querelas de caráter terreno e social. Assim, vemos a confluência entre discursos como o de Dom Geraldo de Proença Sigaud e a compreensão dos órgãos de Segurança da Ditadura, no que se refere ao lugar que deveria ser ocupado pela igreja.

Alguns aspectos ressaltam como as representações e compreensões da atuação da Igreja se modificam de acordo com as relações de poder e as disputas políticas de cada período. A participação de católicos nas *Marchas com Deus pela Família e pela Liberdade* e o apoio da CNBB ao Golpe militar de 1964 tiveram boa recepção dos meios militares. Por outro lado, a oposição posterior de setores da Igreja ao regime provocou conflitos e tensões.

De acordo com Löwy (2000), é possível observar a emergência de grupos católicos que compuseram, posteriormente, movimentos que se identificaram como católicos progressistas ou esquerda católica, na década de 1960. Para o autor, essa emergência pode ser entendida a partir da “influência da teologia francesa recente, da economia humanista do Padre Lebreton e do socialismo personalista de Emmanuel Mounier”²⁵. O padre Lebreton, dominicano francês, esteve no Brasil na década de 1960 proferindo cursos como o de Introdução geral à Economia Humana, o qual se aproximava do pensamento de Karl Marx para analisar o capitalismo e a desigualdade social proveniente deste²⁶. Em 1950, a JUC, no Evento Interamericano que ocorreu

²⁵ LÖWY, 2000, p. 136.

²⁶ RIDENTI, Marcelo Siqueira. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: REIS, F.; AARÃO, D.; RIDENTI, M. (Org.). **História do marxismo no Brasil**: 5. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas: Unicamp, 2002. p. 8.

no Rio de Janeiro, com a participação de delegados de vários estados, foram definidos os critérios para a sua estruturação. Contudo, é a partir de 1960 que a atuação da JUC se definiu politicamente.

A JUC, com a publicação do documento *Algumas diretrizes para um ideal histórico para o povo brasileiro*, em 1960, marcou a experiência do movimento estudantil católico, que foi considerado por Löwy (2000) como o “primeiro exemplo do pensamento do cristianismo da libertação na América Latina”²⁷. O que o autor chama de *cristianismo da libertação* é o fenômeno que, segundo ele, ocorreu de forma particular na América Latina. A Teologia da Libertação, no Brasil, teria sido uma expressão do *cristianismo da libertação*.

O desenvolvimento da Teologia da Libertação no Brasil guarda íntima relação com a afinidade que ocorreu entre o cristianismo e o marxismo. Assim, o texto da JUC trouxe em seu corpo elementos próprios da crítica marxista. De acordo com Löwy (2000), esse texto se tornou a primeira experiência nessa perspectiva a ser observada no Brasil. Recorrendo ao conceito weberiano de *afinidade eletiva*²⁸, em texto intitulado *Marxismo e Cristianismo na América Latina* (1989)²⁹, foram analisadas correspondências ou *afinidades* entre o cristianismo e o socialismo, tais como:

— a *libertação dos escravos e oprimidos* como imperativo moral e como processo histórico. Trata-se de um tema de origem antigo-testamentário e não é um acaso se as comunidades de base e a teologia da libertação deram tanta importância ao livro bíblico do Êxodo. — a valorização do *pobre* como vítima inocente da injustiça e como imune à corrupção imperante; o imperativo moral de agir para salvar o pobre. Obviamente, há uma distância considerável entre o pobre da doutrina católica e o proletário da teoria marxista, mas não se pode negar um certo “parentesco” (*Verwandschaft*) ético-social entre os dois. — *universalismo*, internacionalismo (“catolicismo” no sentido etimológico). Doutrina e instituições transnacionais, visando a humanidade como um todo. Humanismo, afirmação da unidade substancial do gênero humano, acima de raças, etnias, nações. — crítica do individualismo. Como observa o sociólogo marxista Lucien Goldmann em seu livro sobre Pascal (*O Deus Oculto*), tanto o marxismo como o cristianismo rejeitam o individualismo puro (liberal/racionalista, hedonista ou empirista). Para ambos os valores supremos são transindividuais: Deus para a religião, a comunidade humana para o socialismo. — valorização da *comunidade*, da vida comunitária, da partilha comunitária dos bens. Crítica do anonimato da

²⁷ LÖWY, 2000, p. 137.

²⁸ Conceito utilizado por Max Weber em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* para analisar a relação recíproca entre elementos do protestantismo e um ethos econômico (LOWY, 2000).

²⁹ LÖWY, M. **Marxismo e Cristianismo na América Latina**. *Revista Luna Nova*, n. 19, São Paulo, nov.1989.

impersonalidade, da alienação, da competição egoísta na vida “societária” moderna. — *anticapitalismo*. Max Weber apontava com razão para a existência de uma profunda oposição entre a racionalidade ética da Igreja católica e a racionalidade econômica do capitalismo. A Igreja rejeita um sistema econômico totalmente impessoal e reificado (*Versachlicht*), que escapa a seus imperativos morais e religiosos. A crítica ao “capitalismo liberal” é um dos temas clássicos do magistério da Igreja desde o século XIX até hoje. — a esperança de um futuro reino de justiça e liberdade, de paz e fraternidade entre os seres humanos. (LOWY, 1989, p. 8-9)³⁰

Considero essa relação apresentada por Löwy (1989) relevante para compreendermos a conexão entre os documentos produzidos pelo Centro de Promoção Humana (1976), pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos (1978) e o marxismo³¹. Além disso, os documentos do SNI denunciaram a contaminação de teorias marxistas na atuação dessas instituições. Esses discursos anticomunistas estão presentes nos documentos dos órgãos de segurança nacional.

Além da JUC, grupos como o Movimento de Educação de Base (MEB), inspirado pela pedagogia de Paulo Freire e na experiência de Angicos³², e o movimento Ação Popular (AP), criado por membros da JUC e do MEB, emergiram entre organizações de católicos na década de 1960. De acordo com Löwy (1989), a AP se desligou posteriormente da hierarquia católica, intitulando-se um movimento não-confessional que emergiu do contato entre jovens católicos da JUC e do MEB, inspirados pela teoria de Karl Marx, incorporando outras questões a sua pauta de atuação.

Os grupos como o MEB³³, a JUC e a AP nos indicam que entre os leigos católicos, notadamente, entre significativa parcela dos estudantes, as ideias

³⁰ LÖWY, 1989, p. 8-9.

³¹ De acordo com os planejamentos e Atas de reuniões pastorais, a Teoria marxista serviria como uma “ferramenta analítica” para melhor compreender a sociedade.

³² No ano de 1962, Paulo Freire dirigiu um plano piloto de alfabetização de jovens e adultos na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte. Tal projeto foi desenvolvido com cerca de 300 trabalhadores rurais que foram alfabetizados em 45 dias. O método freiriano utilizava, principalmente, elementos próprios do mundo dos alunos para facilitar o processo de alfabetização. Além disso, o processo compreendia uma formação política através das questões sociais que faziam parte do universo e dos problemas enfrentados pelos alunos. O método de Paulo Freire passou a ser reconhecido e discutido no Brasil e no mundo.

³³ Criado em 1961, através de convênio entre o Ministério da Educação e Saúde e da CNBB, a partir do Decreto nº 50.370, o programa previa a utilização da cadeia radiofônica, com o apoio da Igreja Católica, para o desenvolvimento de programas de alfabetização de jovens e adultos. Ver mais em: FÁVERO, Osmar. **MEB – MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE primeiros tempos: 1961-1966**. Texto apresentado no V Encontro Luso-Brasileiro de História da Educação, realizado em Évora,

chamadas de esquerda estiveram presentes durante a década de 1960. Como ressaltou Sá (2015)³⁴, esses movimentos contribuíram para o letramento e para a formação política de vários homens e mulheres. Inicialmente, estes estavam vinculados à hierarquia católica e respondiam a ela. Posteriormente, alguns desses, como a AP, se desvincularam da Igreja.

Em outros casos, esses grupos se articularam com o Estado através de parcerias. A implantação do MEB foi instituída a partir de um projeto entre o governo federal e a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que utilizaram a rede radiofônica para implementar o processo de alfabetização através do rádio, facilitando e ampliando, assim, seu alcance. Portanto, sua prática circundava os limites aceitáveis para a instituição católica.

Em 1961, a CNBB emitiu um documento denominado *Diretrizes da Comissão Episcopal da Ação Católica e do Apostolado dos leigos para a JUC Nacional*, regulamentando o papel dos movimentos de jovens católicos, advertindo acerca dos limites para os quais esses grupos deveriam atentar e ressaltando o poder da Instituição Católica sobre eles. De acordo com Dias (2008):

Por intermédio desse documento, a Igreja Católica exercia plenamente a hierarquia que regia suas relações, como se lê nesta passagem: “é preciso que (...) entendam o papel da Hierarquia, que é orientar, disciplinar, corrigir, advertir, traçar diretrizes, com o direito de ser ouvida, acatada, não discutida” (CNBB, 1961, p. 949). A JUC era um braço leigo da estrutura da Igreja, submetido, portanto, às regras disciplinares. Sua atuação estava delimitada pelo mandato que lhe era delegado (DIAS, 2008)³⁵

É importante localizar a publicação do documento da CNBB que impôs limites ao papel dos movimentos de jovens católicos em 1961, tendo em vista, possivelmente, uma resposta ao diálogo já estabelecido entre os jovens católicos e os movimentos e organizações de esquerda. Vale lembrar que um ano antes, isto é, no Congresso da

Portugal, de 5 a 8 de abril de 2004. Disponível em: http://www.forumeja.org.br/files/meb_historico.pdf. Acesso em 20/12/2020.

³⁴SÁ, Karolina Kneip de. **Ação Popular do Brasil: da JUC ao Racha de 1968**. 2015. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015, p. 59.

³⁵DIAS, R. B. Da esquerda católica à esquerda revolucionária: a Ação Popular na história do catolicismo. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, v. 1, n. 1, maio. 2008.

JUC, em 1960, foi divulgado o documento: *Algumas diretrizes para um ideal histórico para o povo brasileiro*.

Tais organizações, que contaram com uma presença maior de cristãos católicos, presumem um indício de que as recepções das ideias de esquerda, inspiradas no marxismo, emergiram, principalmente, no interior desses movimentos. Porém, algumas dissidências dentro dos grupos de estudantes católicos romperam com a instituição católica, formando outros núcleos de atuação, como os militantes da Ação Popular. A desvinculação de grupos de jovens católicos da Igreja Católica das rédeas da Igreja Católica formou movimentos que ampliaram sua atuação social:

Foi na segunda reunião, ocorrida em junho de 1962, que o movimento adotou o nome “Ação Popular” e a sigla AP. O documento que convocou essa reunião qualificou a nova organização como “um grupo ideológico não-confessional (...), um movimento amplo, com ideologia definida, englobando todos os setores de atividade, visando a se constituir numa expressão de um pensamento organizado, definido e orientador da luta revolucionária pela emancipação nacional” (GARCIA, 1979). O congresso de fundação ocorreu em fevereiro de 1963, na Bahia. Aprofundando o caminho teórico que vinha sendo trilhado, aprovou-se o Documento base, que orientou a organização nesse período e que exerceu influência até a conjuntura imediatamente posterior ao golpe militar de 1964. (DIAS, 2008, p. 170)

Como vimos, a aproximação entre os movimentos católicos estudantis e as organizações de esquerda marcou a década de 1960 e teve como um dos grupos mais significativos a Ação Popular. Fundada em 1963, a AP teve grande influência do padre Henrique Vaz, assim como apontam estudiosos³⁶ desse movimento. Apesar de a AP ter se afastado da hierarquia católica, passando a se declarar como um movimento não-confessional, é inegável sua vinculação ao cristianismo católico, seja pela natureza de sua formação, uma vez que surgiu a partir da JUC, seja pela influência da filosofia de clérigos como o Padre Henrique Vaz.

Sobre a atuação da Igreja Católica durante a ditadura militar, Thomas Bruneau (1974), em pesquisa chamada *O catolicismo brasileiro em época de transição* (1974), indicou como as mudanças na Instituição Católica devem ser orientadas através de uma análise institucional. Para o autor, essa leitura caminha na esteira do entendimento de que parte das ações da Igreja no Brasil devem compreender,

³⁶Löwy (2000); Dias (2008); Sá (2015).

também, as estratégias da Igreja na sua dinâmica de se autopreservar em meio a diferentes contextos. Em 1979, Thomas Bruneau publicou a obra *Religião e politização no Brasil: A Igreja e o Regime Autoritário*. O referido autor ressalta a importância de estudar a dinâmica social para compreender como esse sistema religioso influenciou as crenças e práticas dos seus membros. Ademais, discutiu a necessidade de se entender a natureza do regime militar de 1964 como fator relevante para alcançar a compreensão da mudança de posição da Igreja, notadamente após 1968, assumindo um novo papel de “porta-voz” da população oprimida.

A obra *Evolução política dos católicos e da igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação*, publicado em 1979, pelo autor Luiz Gonzaga de Souza Lima, analisou a história da Igreja no Brasil com um recorte que vai desde o período colonial até a década de 1970. Recorrendo à noção de reorientação institucional, o referido autor destaca as mudanças de caráter político-ideológico que perpassaram a instituição e poderiam explicar as mudanças pelas quais ela passou.

Mainwaring Scott, em obra designada *Igreja católica e política no Brasil (1916-1985)*³⁷, discutiu a necessidade de compreender o significado do conceito “modelos de Igreja” para não cair em reducionismos homogeneizantes. Para o autor, é necessário recorrer aos aspectos institucionais para o estudo sobre a Igreja católica, contudo, levando em conta o seu caráter complexo e heterogêneo. Mainwaring (2004) encaminha sua análise perpassando por momentos distintos da atuação da Igreja no Brasil, analisando transformações pelas quais passou a Igreja através das reformas empreendidas pelo Vaticano II, a Conferência de Medellín, e na década de 1980 com o papado de João Paulo II.

A pesquisa do historiador Kenneth P. Serbin, *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura* (2001), problematiza a relação da chamada *Bipartide*, isto é, o diálogo que ocorreu de forma secreta entre eclesiásticos e militares entre os anos de 1968 a 1974. Conduzidas pelo general Antônio Carlos da Silva Muricy e o professor e intelectual católico Candido Mendes³⁸, as reuniões

³⁷ MAINWARING, Scott. **Igreja católica e política no Brasil (1916-1985)** tradução: Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.

³⁸ “Como assistente de dom Hélder, ajudou o bispo a preparar-se para o importantíssimo Concílio Vaticano II. Em 1969, tornou-se subsecretário para ação social da CNBB. (...) também assumiu a liderança da Comissão Pontifícia Justiça e Paz — Seção Brasileira (...) abraçava o progressismo católico. (...) Candido Mendes é mencionado em mais de 20 outros relatórios militares e da polícia arquivados no Dops-GB. Apesar disso, o prestígio, as ligações e o status de elite de Candido Mendes permitiram que trabalhasse sem grandes incômodos e circulasse em ambientes políticos opostos. A

contavam com a participação de bispos e oficiais para representarem a Igreja e o regime em um ambiente de tensão. Para o autor, o abismo entre os militares e a Igreja cresceu depois da publicação do AI nº 5, mas, dentro de um jogo de forças, tentaram manter um diálogo. A pesquisa de Kenneth P. Serbin (2001) ressalta que, mesmo no auge da repressão à Igreja, através dos *diálogos nas sombras*, manteve uma relação de diálogos e controvérsias com o regime militar.

Essa relação foi marcada por tensionamentos, crises e acirramentos. Ao longo da nossa pesquisa poderemos observar como os lugares de poder ocupado pelos sacerdotes católicos e os agentes da ditadura destacavam as práticas e usos dos espaços estratégicos de poder, dos diálogos e dos conflitos entre essas instituições. Acompanhar os documentos produzidos pelo SNI nos permitiu visualizar o modo como agiam³⁹ os agentes da repressão e da informação e, ao mesmo tempo, entender como os membros do CDDH utilizaram os espaços de poder para o exercício de práticas de resistência.

Na Paraíba, de acordo com Celso (2002)⁴⁰, podemos localizar, em meados de 1960, a atuação de alguns grupos católicos, especialmente os ligados às práticas de alfabetização de jovens e adultos. Em contrapartida, também é preciso salientar que, de acordo com o autor, não só grupos católicos emergiram nesse período, mas também grupos coordenados por missões protestantes.

Celso (2002) identifica, na Paraíba, durante a década de 1960, a atuação de três movimentos de alfabetização popular:

- (1) Da alfabetização-educação de adultos pelo rádio Sistema Rádio Educativa da Paraíba (Sirepa); (2) da aplicação em larga escala do Método Paulo Freire e do movimento de cultura popular adjacente Campanha de Educação Popular (Ceplar) e (3) da aplicação do maior programa de reação (pós-abril de 1964), liderado por missionários protestantes e técnicos norte-americanos (Cruzada ABC — Cruzada de Ação Básica Cristã). (SCOCUGLIA, 2002, p. 1)

De acordo com o autor, o Sirepa, criado em 1959, era ligado ao Sistema Rádio Educativo Nacional e, no Nordeste, permaneceu ativo em detrimento do MEB.

figura central no estabelecimento da relação de Candido Mendes com Muricy foi outro intelectual importante, mas diferente dele: Tarcísio Meireles Padilha” (SERBIN, 2001, p. 26-27, 28).

³⁹ FICO, Carlos. **Como eles agiam** — Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

⁴⁰ SCOCUGLIA, A. C. C. Alfabetização, política e religião: o caso da Cruzada de Ação Básica Cristã (1965-70). In: 25ª Reunião Anual da ANPED, 2002, Rio de Janeiro, v. 1, CD – ROM, 2002, p. 2.

Portanto, além do Sistema de Rádio Educação, a Ceplar, baseada no Método Paulo Freire, e a Cruzada de Ação Básica Cristã eram presentes na Paraíba durante a década de 1960. Contudo, após o golpe de 1964, o Sirepa e a Ceplar, ambos ligados à Igreja Católica, perderam espaço para a Cruzada ABC, liderada pelas missões protestantes. No Nordeste, a partir de 1965, a Cruzada ABC foi “sustentada por um acordo entre a Usaid (*United States Agency for Development*), o Colégio Agnes Erskine (Recife) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)⁴¹.

De acordo com Celso (2002), na Paraíba, em março de 1964, já havia uma campanha da Cruzada ABC, que convocou cerca de dez mil professores para comporem a organização do movimento de educação na Paraíba. O Golpe Militar de 1964 fechou imediatamente as sedes da Ceplar e seus membros sofreram perseguição e responderam a Inquéritos Policiais Militares (IPM). Com o Golpe Militar de 1964, esses grupos passaram a ser perseguidos e controlados. A Cruzada ABC ganhou espaço e se ampliou através de parcerias com o Estado e a Secretária de Educação e Saúde.

Nesse sentido, considerando o encerramento das atividades da Ceplar e a perseguição que se instaurou, podem ser feitos os seguintes questionamentos: é possível identificar uma mudança na relação entre o Estado e a Igreja Católica na Paraíba a partir de 1964? Houve modificações? Quais as ressonâncias que a nomeação e atuação de Dom José Maria Pires, em 1965, trouxeram para o cenário dos católicos durante o período da Ditadura Civil-Militar recém-implantada? Para analisar essas questões, discorreremos, a seguir, sobre o Golpe Militar de 1964, através da interlocução com historiadores pesquisadores do tema. E, posteriormente, examinaremos o período imediato do pós-golpe e a atuação de Dom José Maria Pires nos primeiros anos de exercício do arcebispado na Paraíba.

2.2 O Golpe Militar de 1964 na historiografia

Ao estudar o golpe, Marcos Napolitano (2019) afirmou que um aparato discursivo foi construído em torno da figura do governo de João Goulart, relacionando-o ao comunismo, enquanto o discurso anticomunista já povoava os meios de comunicação e discursos políticos e religiosos. Para o historiador, esse movimento

⁴¹ SCOCUGLIA, 2002, p. 2.

esteve intimamente ligado às tentativas de setores conservadores e reacionários, especialmente nos anos entre 1963 e 1964, de barrarem o andamento das chamadas Reformas de Base, quando ganharam maior evidência no cenário nacional.

Nesse sentido, Napolitano (2019) destaca que a memória construída com a afirmação de que os militares derrubaram o governo de Goulart, com forte apoio da população civil, não pode ser endossada, tendo em vista alguns fatores. O autor afirma que, de acordo com os dados levantados pelo Ibope, às vésperas da deposição, o governo de Goulart mantinha uma margem significativa de apoio e de aprovação. De acordo com o referido autor:

Os dados do Ibope mostram que, às vésperas de ser deposto, em março de 1964, João Goulart tinha boa aprovação na opinião pública das grandes cidades brasileiras, com 45% das intenções de “ótimo” e “bom” na avaliação de governo, e 49% das intenções de voto para 1965. Apenas para 16% dos entrevistados o governo era “ruim ou péssimo”, e 59% eram a favor das reformas anunciadas no Comício de 13 de março. (NAPOLITANO, 2019, p. 47) ⁴²

Os dados apresentados por Napolitano (2019) evidenciam que as Reformas de Base, que levaram uma multidão ao Comício de Jango na Central do Brasil, em 13 de março de 1964, foram refletidas, também, nas pesquisas do Ibope. Este apontava uma aprovação de 59% dos pesquisados, no tocante às propostas do então presidente. É válido salientar que João Goulart obteve um número expressivo de apoio ao seu governo e uma margem de rejeição considerada pequena. Ainda que submetido a uma campanha antirreformista amplamente divulgada pelos jornais e meios de comunicação, apenas 16% dos entrevistados consideraram seu governo ruim ou péssimo. O autor também afirma que “o discurso antirreformista na imprensa encontrava eco em muitos segmentos da sociedade brasileira, ainda que estes não fossem tão majoritários quanto se alardeava”⁴³. Seria possível, portanto, sustentar a ideia de que a derrubada do governo Goulart teve apoio da sociedade civil? Em que medida podemos afirmar a ideia de um golpe militar ou de um governo civil-militar?

Assim como Napolitano (2019), Ferreira e Gomes (2014) destacam as pesquisas de opinião que apontavam a aprovação e popularidade de João Goulart às vésperas do golpe. Esses autores apresentam um elemento importante: os números

⁴² NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do regime militar brasileiro. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

⁴³ NAPOLITANO, 2019, p. 47.

da pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), que ocorreu no estado da Guanabara e foi publicada pelo *Jornal do Brasil*, em 2 de setembro de 1961. A pesquisa do Ibope apontava uma aprovação de 81% dos eleitores para a posse de Goulart no regime presidencialista. Inclusive, entre os que se afirmavam eleitores de Carlos Lacerda, 69% desejavam que Goulart tomasse posse como presidente⁴⁴.

Esses números apontam, mais uma vez, que as tentativas de derrubada de João Goulart começaram já em 1961, uma vez que, apesar de o presidente ter apoio popular, o parlamentarismo foi instituído como alternativa para limitar os poderes de Goulart. Por isso, tanto Napolitano (2019) como Ferreira e Gomes (2014) indicam que as articulações para a tomada do poder pelos militares se fortaleceram a partir de 1961.

Em contrapartida, Villa (2014) defende que os anseios golpistas estavam localizados em amplos setores da sociedade: à direita e à esquerda. A proposta de antecipação do plebiscito enviada ao Congresso Nacional, por Goulart, para abrir consulta à população sobre o fim do Governo Parlamentarista e retorno ao Presidencialismo, em 1962, é vista por esse autor como um sinal do caráter golpista de Goulart. De acordo com Fico (2017), esses argumentos carecem de indicação documental mais robusta. Além disso, vale lembrar que o pedido de consulta popular para o retorno ao sistema presidencialista foi uma iniciativa de Goulart com o objetivo de reestabelecer os poderes do presidente. Esses poderes foram limitados em 1961, com a tentativa de impedir sua posse e a consequente solução parlamentarista, proposta pelo Congresso. Esta, uma vez implantada, deu posse a Goulart, mas limitou amplamente sua atuação.

Alguns autores⁴⁵, de acordo com Fico (2017)⁴⁶, utilizaram as propostas das reformas de base para afirmar que se tratava de um movimento golpista do governo Goulart, destacando que o golpe militar foi uma resposta ao caráter golpista do então presidente. Tal argumento afirmava que Goulart tentou promover agitação e mobilização da população a seu favor, através das propostas de reformas.

⁴⁴ FERREIRA, 2014, p. 45.

⁴⁵ Carlos Fico aponta, por exemplo, as teses defendidas por Marco Antonio Villa. Ver mais em: VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira — 1964-1985: a democracia golpeada à esquerda e à direita**. São Paulo: Leya, 2014.

⁴⁶FICO, C. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, jan./abr. 2017.

Segundo Napolitano (2019), é consenso, na historiografia, que a atitude ambígua de Goulart, em anistiar os marinheiros que se rebelaram pedindo melhores condições de trabalho e a reforma do código de disciplina militar, em março de 1964, causou maiores adesões de outros oficiais ao plano golpista de 1964. Também a presença de Goulart, em 30 de março, no Automóvel Clube do Brasil, foi vista como apoio do presidente às reivindicações dos sargentos e suboficiais por melhores condições de trabalho e remuneração.

As acusações feitas a Goulart de que apoiava a quebra da hierarquia militar anteciparam o movimento golpista dos militares. Esse movimento ocorreu com o apoio de setores da sociedade civil e política, pelas tropas de Mourão, em Minas Gerais, no final de março e início de abril de 1964. Todavia, esse golpe já estava em curso e não foi planejado e conduzido do dia para a noite, conforme a leitura da historiografia pertinente.

Fico (2017) aponta as fragilidades desse argumento. Recorrendo a Toledo (2004), o autor enfatiza que “as reformas de base propunham a “ampliação da democracia liberal excludente”⁴⁷. Além disso, como já foi mencionado, as reformas contavam com significativo apoio popular. Ademais, Fico (2017) destaca que não existe, até o momento, nenhuma documentação que embase qualquer plano golpista de Goulart. Deste modo, compartilhamos do posicionamento defendido por Carlos Fico (2017), ao apontar que as teses que defendem que o Golpe Militar de 1964 foi uma resposta a um suposto golpe da esquerda não se sustentam.

Para Fico (2017), o uso do termo ditadura civil-militar, sustentado por autores como Filho (2015)⁴⁸, é questionável, pois “dizer que algo recebeu apoio de outrem não retira a essencialidade de algo”⁴⁹. De acordo com Fico (2017):

O golpe foi efetivamente dado (não apenas apoiado) por civis e militares e, portanto, é possível chamá-lo de civil-militar. Alguns passos subsequentes foram marcando o caráter militar do regime, principalmente a decisão do Comando Supremo da Revolução de abortar, com o primeiro ato institucional, a discussão que havia no Congresso Nacional sobre conceder ou não aos vitoriosos poderes de

⁴⁷ TOLEDO (2004, p. 48 *apud* FICO, 2017) aponta, por exemplo, as teses defendidas por Marco Antonio Villa. Ver mais em: VILLA, M. A. **Ditadura à brasileira: 1964-1985 — A democracia golpeada à esquerda e à direita**. São Paulo: Leya, 2014. p. 52.

⁴⁸ REIS FILHO, D. A. Ditadura no Brasil: entre memória e história. In: MOTTA, R. P. S. (org.) **Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2015.

⁴⁹ Carlos Fico aponta, por exemplo, as teses defendidas por Marco Antonio Villa. Ver mais em: VILLA, 2014, p. 52.

cassação de parlamentares e, depois, a prorrogação do mandato de Castelo Branco até 15 de março de 1967 (decisão tomada em julho de 1964). O regime subsequente foi inteiramente controlado pelos militares, de modo que adjetivá-lo em ressalva (“foi militar, *mas* também civil” ou empresarial ou o que seja) é supérfluo e impreciso — além de ter, como tudo mais em História do Tempo Presente, imediata implicação política: nesse caso, justamente por causa dessa adversidade, a conotação é de redução da responsabilidade dos militares. (FICO, 2014, p. 53.)

Para Fico (2017), o golpe foi, de fato, dado, e não só articulado por setores civis e militares. Portanto, não é possível eximir a participação da sociedade civil organizada e de políticos na articulação e efetuação do golpe de 1964. Esse aspecto é relevante, inclusive, se destacarmos, nesse cenário, o papel dos governadores, como Ademar de Barros, de São Paulo; Magalhães Pinto, de Minas Gerais; e Carlos Lacerda, do Estado da Guanabara. Contudo, de acordo com o referido autor, é inegável como o poder militar foi se ampliando e marcando o período que se iniciou em 1964. Com o estabelecimento do Comando Supremo da Revolução, os Atos Institucionais e a ampliação do governo de Castelo Branco, o regime passou a ser comandado eminentemente por militares, afastando, inclusive, políticos civis que apoiaram o movimento golpista.

Fico (2017) enfatiza, também, repercussões atuais, no que se refere a termos que podem causar a impressão de redução da responsabilidade dos militares no período entre 1964 e 1985. O autor destaca que é mais coerente designar o período de governo dos militares desse período como Ditadura Militar⁵⁰.

Napolitano (2019) compreende o Golpe Militar como um movimento que, inicialmente, se articulou a setores da sociedade civil, organizados através de partidos políticos, como a UDN, de setores da Igreja Católica, de empresários e militares. Esse golpe contou com uma coalizão civil-militar, conservadora e antirreformista. Segundo o autor, o antirreformismo, isto é, o movimento que reuniu setores da sociedade contrários às reformas de base propostas por Goulart, teve um papel fundamental no apoio aos militares, em 1964.

Essa coalizão, contudo, foi aos poucos se desfazendo, especialmente porque, de acordo com Napolitano (2019), o encaminhamento do governo dos militares esboçou seu caráter permanente e autoritário logo nos primeiros anos do governo

⁵⁰ Ver mais em: FICO, Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

Castelo Branco. O mito da Ditabranda⁵¹, ou a *Ditadura Envergonhada*, de acordo com Napolitano, não se sustenta, visto que todo aparato institucional, com as edições dos primeiros Atos Institucionais, abriu caminho para o recrudescimento do golpe, ressaltando o caráter militar e autoritário do governo que se instalou.

O termo *Ditadura Envergonhada*, cunhado por Gaspari (2002), tem o objetivo de ressaltar a ideia de que nos primeiros anos de Ditadura Militar no Brasil ainda não haveria um governo autoritário e com todo aparato repressor. Para o autor, só foram articulados todo aparato repressor após o Ato Institucional nº 5, em 1968. Elio Gaspari defende que nos quatro primeiros anos do governo de Castello Branco dispositivos como o *habeas corpus* eram utilizados por muitos presos políticos, e que isso era um suposto indício de que o governo militar permitia ainda a existência de liberdades e direitos jurídicos.⁵²

Por sua vez, Ferreira e Gomes (2014)⁵³ consideram que houve, em 1964, um golpe civil-militar e, a partir daí, foi instituído no Brasil uma Ditadura Civil-militar. De acordo com esses autores, a partir dos anos de 1980, construiu-se uma memória que eximiu a participação da população civil brasileira no governo que se seguiu após 1964.⁵⁴ Para esses autores, o argumento de uma ditadura exclusivamente militar é insustentável, pois a pesquisa realizada por estes em revistas e jornais demonstra a participação e o apoio de setores da população civil durante todo o período de 1964 a 1985.

Napolitano (2019) não endossa a tese de que houve uma ditadura civil-militar, mas afirma que setores da sociedade civil organizados auxiliaram na articulação do Golpe, este, sim, civil-militar. Segundo o autor, uma vez que os militares tomaram o poder, a coalização que participou dos conchavos e das alianças para a derrubada do governo de Goulart e, principalmente, da derrubada das propostas das Reformas de Base foi se desfazendo. Nesse momento, o poder e o governo dos militares se evidenciaram, promovendo um governo regido por um regime militar.

Concordo com a ideia de que é possível compreender os eventos da segunda metade de 1960, através das articulações e alianças entre setores da sociedade civil

⁵¹ Napolitano (2019) se refere ao artigo publicado no jornal *a Folha de S. Paulo*, em 2019, em que o Editorial denominou os primeiros anos do Governo Militar como uma “Ditabranda”, ressaltando que não era possível, propriamente, falar em Ditadura Militar nos primeiros anos do governo Castello Branco, tendo em vista um possível caráter flexível e ameno do governo golpista.

⁵² Gaspari, Elio. **A ditadura envergonhada** / Elio Gaspari. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁵³ FERREIRA & GOMES, 2014.

⁵⁴ FERREIRA & GOMES, 2014, p. 14.

organizada, políticos e militares, os quais formaram uma coalização que articularam o golpe civil-militar, em 1964. Contudo, posteriormente, os militares ocuparam, majoritariamente, os cargos políticos no país, constituindo um regime militar.

As articulações entre setores da sociedade civil e militar foram estudadas por autores que registraram a relevância da preparação do Golpe, através dos complexos do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad). Dreifuss (1981), Ferreira e Gomes (2014) destacam o papel desses complexos nas articulações que arquitetavam o Golpe de 1964 e ressaltam que os investimentos de empresas multinacionais, como “Shell, Esso, Bayer, IBM, Coca-Cola, Souza Cruz e General Motors, entre muitas outras”⁵⁵, no Ibad são fortes indícios de planos para promover uma intervenção na política brasileira. De acordo com Ferreira e Gomes (2014):

O IBAD agiria em conjunto com o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, o IPES, praticamente desde sua fundação, em novembro de 1961, com ramificações pelo território nacional, entre setores empresariais, políticos e militares. O IPES foi criado após a posse de Jango, por empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo; mas somente durante o ano de 1962 começou a unificar os interesses do empresariado dessas duas importantes cidades. Do mesmo modo que o IBAD, o IPES tinha apoio de grandes corporações americanas e de grupos privados nacionais. O próprio IBAD era um canal para a transferência de fundos multinacionais para o IPES. (...) Com suas bases no setor empresarial e militar, em especial na Escola Superior de Guerra (ESG), o IPES, em 1962, fazia parte de uma rede de organizações congêneres, existentes na América Latina a partir de meados dos anos 1950. (FERREIRA & GOMES, 2014, p. 67)

A criação do Ipes, em 1962, um ano após as tentativas de interferência da posse de João Goulart, reforça a tese de que este instituto tinha sido criado para responder às demandas do período. Os complexos Ipes e Ibad, segundo a análise de Dreifuss (1981), receberam financiamento de inúmeras empresas estrangeiras. Estes possuíam em seus quadros de funcionários militares provenientes da Escola Superior de Guerra (ESG). Tal escola foi de suma importância no planejamento e execução do Golpe de 1964. Apesar de corroborarem a importância desses complexos na articulação do Golpe, Ferreira e Gomes (2014) compreendem que a tese de Dreifuss

⁵⁵ FERREIRA & GOMES, 2014, p. 67.

(1981) “superestima em demasia o poder da propaganda anticomunista para o desprestígio de Jango e sua derrubada do poder”⁵⁶.

A contribuição de Dreifuss (1981), contudo, vai além de apontar os complexos do Ipes e do Ibad como importantes na disseminação de discursos anticomunistas e de ideias favoráveis à efetivação do Golpe. O autor demonstra, de forma minuciosa, como se encadearam as relações, articulações e posições que personagens importantes foram assumindo na conjuntura da política, da sociedade e das forças militares. Para o autor, o termo golpe civil-militar se articula com a participação de setores empresariais que são apresentados pelo autor no processo da ocupação de cargos de poder e de posicionamentos políticos importantes no desencadeamento do golpe. Tal encadeamento ofereceu as condições necessárias para o Golpe Civil-militar de 1964 e sua posterior manutenção através de órgãos como o SNI. Tais órgãos deram sustentação ao aparato autoritário e de repressão da Ideologia de Segurança Nacional. Os jogos de poder e articulações entre setores da sociedade civil (como o empresarial, o religioso, o militar e especialmente aqueles vinculados à ESG), de acordo com a construção da tese de Dreifuss (1981), reforçam a ideia de que o Golpe foi planejado e articulado antes mesmo de 1964.

O golpe militar de 1964 implantou no Brasil um longo período de repressão e violência. Esse golpe destituiu o então presidente eleito João Goulart e também cassou mandatos, suspendeu direitos políticos, determinou a prisão de pessoas consideradas subversivas, afastou funcionários de seus cargos e passou a empreender um estado de perseguição e vigilância amplo na sociedade.

O Ato Institucional n. 1, editado logo após o Golpe, estabeleceu que as eleições para presidente e vice-presidente seriam realizadas de forma indireta, por meio do Congresso Nacional. Segundo o Artigo 2º do Ato Institucional de 9 de abril de 1964:

A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, cujos mandatos terminarão em trinta e um (31) de janeiro de 1966, será realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, dentro de dois (2) dias, a contar deste Ato, em sessão pública e votação nominal.⁵⁷

⁵⁶ FERREIRA, 2014, p. 71.

⁵⁷BRASIL. Ato Institucional n° 1, de 9 de abril de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm Acesso em 11 jul. 2020.

O Ato Institucional, redigido pelo Supremo Comando Revolucionário, composto pelo General Costa e Silva, pelo Almirante Augusto Rademaker e pelo Tenente-Brigadeiro Correia de Melo, enviou ao então presidente Interino, Ranieri Mazzilli (anteriormente presidente do Congresso), poucos dias após a efetivação do golpe ocorrido entre a madrugada de 31 de março e o dia 1 de abril de 1964, o primeiro ato da “revolução”, assim denominada pelos militares. Ao tratar das eleições indiretas, o referido Ato indicava que deveriam ser realizadas em sessão pública e por votação nominal. Assim, seria de conhecimento das forças golpistas os nomes dos deputados que votariam a favor do nome escolhido pelos militares. É relevante destacar, também, a tentativa dos golpistas de aparentarem legalidade nas eleições, recorrendo ao Congresso para votar e eleger o nome do novo presidente. Essa eleição foi realizada no dia 11 de abril e elegeu o então marechal Humberto de Alencar Castello Branco, com maioria absoluta⁵⁸, como presidente.

A CNBB, alguns meses após o Golpe Militar ocorrido entre 31 de março e 1 de abril de 1964, publicou uma declaração em apoio aos militares. Nas linhas que compunham a declaração dos bispos é possível identificar a representação anticomunista como discurso para legitimar o apoio ao Golpe.

Na Declaração da CNBB, afirmaram os bispos que “as forças armadas intervieram a tempo e impediram o estabelecimento de regime bolchevique em nosso país”⁵⁹. A CNBB, em sua declaração, ressaltou a sua gratidão aos militares pela ação de tomada do poder. Ao tratar do apoio da Igreja Católica ao Golpe de 1964, compreendemos que tal concordância se deu em âmbito institucional, tendo em vista o posicionamento assumido pela CNBB. O posicionamento de clérigos e cristãos católicos, como os pertencentes à JUC, não foi homogêneo nem consoante, necessariamente, com a posição apresentada pela declaração da CNBB.

2.3 O ano de 1964 na Paraíba: o imediato pós-golpe, cassações de mandatos e perseguições

Logo após o Golpe de 1 de abril de 1964, foi estabelecido o Ato Institucional n. 1, que previa, entre outras ações, a cassação de mandatos eletivos, a suspensão de

⁵⁸ Concorreram com Castello Branco os também militares Juarez Távora e Eurico Gaspar Dutra.

⁵⁹ LÖWY, 2000, p. 140.

direitos políticos e a instauração dos IPMs. Na Paraíba, como destacou o historiador Nunes (2016)⁶⁰, as cassações de prefeitos se deram por “Projetos de Resolução das próprias Câmaras de Vereadores locais, por atos do Conselho de Segurança Nacional, através de acusação de adversários políticos locais, por acusação de corrupção e pelo envolvimento em atividades consideradas subversivas”⁶¹.

As primeiras cassações de prefeitos, conforme apontado por Nunes (2016), ocorreram nos municípios de Rio Tinto e Mulungu. O então prefeito de Rio Tinto, Antônio Fernandes de Andrade, havia sido eleito nas eleições municipais de 1963. Também era presidente do Sindicato dos Têxteis, acumulando, após a eleição de 1963, as duas funções: de Prefeito e de presidente do Sindicato local⁶². Através do Projeto de Resolução, Antônio Fernandes de Andrade foi acusado de vinculação com as Ligas Camponesas e de subversão contra a revolução, tendo em vista que coordenou a greve dos trabalhadores na cidade, logo após o Golpe. A paralisação dos trabalhadores da fábrica têxtil da cidade e o chamamento para a composição de um movimento de resistência foram logo reprimidos pela Polícia Militar local. De acordo com Nunes (2016):

Além da prisão e de ter seu mandato de prefeito cassado, Antônio Fernandes de Andrade foi afastado da direção do Sindicato dos Têxteis de Rio Tinto. Em seu lugar foi colocado como interventor o antigo presidente, de confiança da família Lundgren, proprietária da fábrica de Tecidos Rio Tinto, João Batista Fernandes. Andrade também foi denunciado no Inquérito Policial Militar (IPM). (NUNES, 2016, p. 75)

Segundo Vale (2016), a família Lundgren gozava de poder econômico e político na cidade de Rio Tinto e a atuação de Antônio Fernandes de Andrade na direção do Sindicato Têxtil causava incômodo à família. Diante disso, com o golpe militar de 1964, através da Câmara de Vereadores local, o então prefeito foi afastado do cargo municipal e da liderança dos trabalhadores, possibilitando aos donos da fábrica de tecidos intervirem no sindicato da categoria através da nomeação de um interventor.

⁶⁰NUNES, Paulo Giovanni Antonino. As cassações de mandatos de prefeitos durante a ditadura militar no estado da Paraíba (1964-1969). In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de.; AIRES, José Luciano de Queiroz.; SILVA, Vânia Cristina da. (Org.) **Poder, memória e resistência: 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios**. João Pessoa: Editora do CCTA, Mídia Editora, 2016.

⁶¹NUNES, 2016, p. 89.

⁶² Sobre Antônio Fernandes de Andrade, ver mais em: VALE, Eltern Campina. Camponeses e operários reagiram: resistência ao golpe militar na cidade-fábrica de Rio Tinto (Paraíba, 1º de abril de 1964). In: OLIVEIRA; AIRES; SILVA, 2016.

Além disso, através da atuação da Câmara de Vereadores da cidade de Mulungu, o prefeito Geraldo Camilo teve seu mandato cassado através do Projeto de Resolução de 11 de abril de 1964. De acordo com Nunes (2016), no caso de Mulungu, no brejo paraibano, o cargo de prefeito foi declarado vago e o prefeito afastado. Geraldo Camilo foi acusado de subversão pela sua ligação com o ex-deputado Francisco de Assis Lemos e pela sua relação com as Ligas Camponesas. Os Projetos de Resolução se apropriaram dos discursos anticomunistas para legitimar as cassações.

Ainda no ano de 1964, através da publicação de um Ato assinado pelo presidente da República, Castelo Branco, no *Diário Oficial da União* de 13 de junho de 1964, o prefeito de Campina Grande, Newton Rique, teve seu mandato de prefeito cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos⁶³. Segundo Nunes (2016), a cassação envolveu a produção de um dossiê elaborado e articulado pelos políticos: Vital do Rêgo; José Leon Nepomuceno; Milton Cabral; Drault Ernany e Severino Cabral. Esse documento foi então enviado ao Comando Revolucionário com o pedido de cassação do mandato de Newton Rique.

De acordo com Nunes (2016), chama a atenção o fato de que até mesmo senadores da oposição se pronunciaram contrários à cassação de Newton Rique, tendo em vista que se tratava de um político conservador e “banqueiro”. Os senadores paraibanos “tanto de oposição moderada ao novo regime, Argemiro de Figueiredo (PTB) e Ruy Carneiro (PSD), quanto o aliado do regime, João Agripino (UDN) se mostraram surpresos e criticaram a medida”⁶⁴. O deputado estadual da UDN, Joacil de Brito Pereira, também contrariou a decisão, em pronunciamento na Assembleia Legislativa da Paraíba.

Estas manifestações de protesto à cassação de Newton Rique, analisados por Nunes (2016), evidenciam que cassações ocorridas após o golpe de 1964 se encaminharam também a partir de articulações entre inimigos políticos. Os conflitos locais entre políticos culminaram na produção da acusação de subversão, o que provocou, em alguns casos, a cassação de mandatos, mesmo daqueles considerados políticos conservadores e pertencentes à elite econômica local.

Nunes (2016) identifica um outro período de cassações no ano seguinte à publicação do Ato Institucional n. 2, de 27 de outubro de 1965. O prefeito de João

⁶³ NUNES, 2016, p. 81.

⁶⁴ NUNES, 2016, p. 82.

Pessoa, Mendonça Neto (PSB), teve seu mandato cassado através de publicação no *Diário Oficial da União*, em 22 de abril de 1966. Em 1969, o então prefeito de Campina Grande, Ronaldo Cunha Lima, também teve seu mandato cassado. Os dois responderam ao IPM, pois, nos inquéritos, pesavam contra eles as acusações de subversão e corrupção.

Além de políticos, na Paraíba, após o Golpe de 1964, outros cidadãos também sofreram perseguição. Os dirigentes da Ceplar foram perseguidos e acusados de subversão. Criadas em 1962, as campanhas de educação popular foram criadas com a inspiração no método de alfabetização de Paulo Freire e contaram com a participação de jovens ligados à JUC. Com o Golpe de 1964, entretanto, a campanha de educação da Ceplar dissipou-se e seus membros foram perseguidos e acusados de subversão:

Na noite do dia 31 de março, as aulas foram suspensas pela direção da CEPLAR. Suas principais dirigentes foram detidas por um comando do Exército, bem como todos os que estavam na Associação Paraibana de Imprensa (API) buscando notícias (pelo rádio) sobre a deposição do presidente e a possível resistência ao golpe. A sede da Campanha foi invadida no dia seguinte e todo o material confiscado, como "provas da subversão" praticada. Na zona rural, pavilhões (de palha, construídos pelos camponeses) da CEPLAR foram incendiados. A CEPLAR de Campina Grande (CEPLAR-CG), outro núcleo da campanha, também foi tomada de surpresa pelo golpe de abril de 1964. (SCOCUGLIA, 2000, p. 4)

De acordo com Scocuglia (2000), no momento anterior ao Golpe de 1964, na Paraíba, existiam 135 círculos de cultura⁶⁵ e grupos formados pela Ceplar em João Pessoa, Campina Grande e em locais de zona rural, que foram fechados logo nos primeiros meses do Golpe. Além disso, foram abertos Inquéritos Policiais contra seus dirigentes. Foram alvos desses inquéritos, sob a acusação de subversão: "Ophélia Amorim, Maria das Dores de Oliveira (Porto), Iveline da Costa (Lage), Maria

⁶⁵ De acordo com Afonso Celso (2003), os chamados *círculos de cultura* surgiram a partir da experiência do Movimento de Cultura Popular do Recife, na década de 1960. Essa experiência influenciou a organização de Círculos de Cultura que propunham uma discussão acerca de questões que não eram decididas de forma antecipatória, nem impostas, mas eram levantadas a partir das demandas de onde os círculos iriam se formar. Assim, se pensava na organização de reuniões em que os professores faziam um papel de mediação, a qual ocorria de acordo com as demandas apresentadas. Ver mais em: SCOCUGLIA, A. C. **A História das ideias de Paulo Freire e atual crise de paradigmas**. João Pessoa-PB: Editora Universitária, 2003.

Salete Ramos (Van der Poel), Leopoldo Lima Filho, Lígia Macedo, Natil de Castro, Adalcino de Oliveira, Josué Rodrigues e Heloísa de Albuquerque”.⁶⁶

O golpe militar de 1964 também tensionou as relações políticas locais, uma vez que intensificou as disputas pelo poder com a eleição Estadual de 1965, que escolheria os governadores e vice-governadores do Estado.

2.4 A eleição Estadual de 1965 na Paraíba

Em julho de 1964, sob a justificativa de que o governo de Castello Branco não teria tempo hábil para implementar as medidas de reestruturação política e econômica que prometiam controlar a inflação e recuperar a economia, o Congresso, por absoluta maioria, aprovou a Emenda que incluiu o parágrafo adicional de prorrogação do mandato presidencial. O texto da subemenda assinado pelo senador da UDN, João Agripino, estabeleceu-se numa única frase: “Os mandatos dos atuais Presidente e Vice-presidente da República estender-se-ão até 15 de março de 1967”⁶⁷.

De acordo com Ferreira e Gomes (2014), os conflitos internos na UDN (nítidos desde 1961) se destacavam pelos agrupamentos dos políticos em setores de atuação distintos. Carlos Lacerda, então governador da Guanabara, era contrário à posse de Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros. No entanto, ao ser votado o processo de *impeachment* de Goulart, no Congresso Nacional, a UDN defendeu o mandato de Goulart votando contra o processo de *impeachment*. Segundo Ferreira e Gomes (2014), assim como outros partidos, a UDN “tinha várias alas. Uma delas, muito forte e de extrema direita, era liderada pelo então governador da Guanabara, Carlos Lacerda”⁶⁸. Conforme os referidos autores, o grupo político que representava a ala de extrema direita da UDN também havia tentado atrapalhar a posse de Juscelino Kubitschek, em janeiro de 1956, apoiando-se, inclusive, nos militares e em uma possível intervenção.

Em 1964, o posicionamento de Carlos Lacerda e de seu grupo político foi ainda mais dominante no cenário das disputas políticas. Para Ferreira e Gomes (2014), “Lacerda era, reconhecidamente, um dos personagens do cenário político mais

⁶⁶ SCOCUGLIA, 2000 p. 5.

⁶⁷ NETO, 2019, p. 304.

⁶⁸ FERREIRA, 2014, p. 59.

poderoso no que dizia respeito à desestabilização do regime constitucional do país”⁶⁹. Os conflitos internos, discordâncias e concordâncias dentro da UDN eram vistos também no contexto local.

Assim como a UDN nacional, os políticos udenistas paraibanos apoiaram o golpe militar de 1964. Nomes como o do udenista Joacil de Brito foram significativos para tal apoio. De acordo com Nunes (2014), apesar de não haver indícios de que políticos udenistas, na Paraíba, tenham se envolvido diretamente do golpe militar, isto é, da intervenção armada, estes participaram ativamente da conspiração e do apoio, inclusive, organizando uma milícia privada armada para o caso de necessidade de intervenção. Além disso, ainda segundo Nunes (2014) os discursos de apoio posterior foram proferidos amplamente na Assembleia Legislativa. No momento imediato ao Golpe, houve a divulgação de notas de apoio e a adesão de práticas no âmbito das ações políticas, como a aprovação do Projeto de Resolução 3/64, apresentada à Assembleia Legislativa da Paraíba, pelo deputado Joacil de Brito Pereira (UDN). Tal projeto de resolução apresentava os seguintes termos:

Art. 1º — É declarada a perda dos mandatos dos deputados Francisco de Assis Lemos e Langstein Almeida e dos Suplentes Figueiredo Agra e Agassiz de Almeida, todos da Legenda do Partido Socialista Brasileiro. Art. 2º — A perda de mandatos declarada no artigo anterior se funda em procedimentos incompatíveis com o decoro parlamentar, por parte daqueles representantes e suplentes, nos termos do art. 21, § 2º, da Constituição do Estado, e no art. 120, do Regimento Interno. Parágrafo Único — Para os efeitos da presente Resolução, entende-se por procedimento incompatível com o decoro parlamentar a prática pelos aludidos deputados e suplentes de incitamento ao ódio de classe, a tentativa, por meios violentos, de subversão do regime democrático, para implantação da ditadura no País o que constitui crimes previstos na Lei de Segurança (Lei n. 1.802, de janeiro de 1953). Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. Sala das Sessões, em 7 de abril de 1964. (ARQUIVO DO NÚCLEO DE REFERÊNCIA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA PARAÍBA, 1964, p. 55) (NUNES, 2014, p. 78.)

O deputado Joacil de Brito seguiu, portanto, as orientações do seu partido (a UDN) de apoio ao Golpe. Posteriormente, houve divergências entre setores do partido, no que se refere às disputas de poder; como nas eleições estaduais de 1965,

⁶⁹ FERREIRA, 2014, p. 59.

na Paraíba. Esses conflitos se acirraram quando João Agripino demonstrou interesse em lançar seu nome, pela UDN, para ser candidato nas eleições do Governo da Paraíba. Vale lembrar que essas foram as últimas eleições com a participação de vários partidos, pois, logo após seu resultado, o governo militar editou o Ato Institucional n. 2, pondo fim ao sistema pluripartidário, instituindo o bipartidarismo. Assim, políticos da UDN conhecidos como lacerdistas, isto é, aqueles udenistas que permaneceram ao lado de Carlos Lacerda quando este rompeu com os militares, resistiram em aceitar o nome de João Agripino como candidato pelo partido para disputar as eleições estaduais. Segundo Cittadino (2006):

As reiteradas declarações de Agripino, de que não apoiaria a candidatura de Lacerda, motivaram as ameaças de Joacil de Brito de que os lacerdistas da Paraíba poderiam fazer o mesmo, ou seja, apoiar outro candidato ao governo do estado, mesmo que de outro partido. (CITTADINO, 2006, p. 126)

De acordo com a historiadora Cittadino (2006), as divergências entre a UDN, na Paraíba, e o nome de João Agripino para a eleição estadual podem ser explicadas por três razões: o fato de o setor do partido que apoiava Carlos Lacerda ser contrário ao nome de João Agripino, a posição contrária das elites locais e o perfil tecnocrático de João Agripino. O receio das elites locais se pautava nas relações clientelistas que viam na figura de João Agripino uma possível ameaça à manutenção dessas relações. Alegavam as elites locais que a imagem de João Agripino era de aspereza, de um administrador tecnocrata e que, portanto, poderia dificultar as relações políticas das elites locais ao implementar, em seu possível governo, uma administração técnica, incompatível com os interesses das elites locais.

Apesar das divergências, contudo, João Agripino conseguiu aprovação da sua candidatura pela UDN para concorrer ao cargo de governador. Faltava, portanto, encontrar um vice para compor sua candidatura. O então governador Pedro Gondim (PDC), com quem a UDN havia feito uma aliança, teria a prerrogativa de indicar um nome para vice. Gondim indicou Sílvio Pélico Porto, com quem o governador tinha estreita relação e confiança, mas não tinha expressividade do ponto de vista eleitoral. Os opositores, membros do PSD, haviam escolhido o então senador Ruy Carneiro e, com uma aliança com o PTB, indicaram para vice o senador Argemiro de

Figueiredo, que compôs a chapa opositora e, assim, concorreu com a chapa de João Agripino.

Segundo Cittadino (2006), a escolha de Ruy Carneiro (PSD) e Argemiro de Figueiredo (PTB) para concorrer ao governo do Estado causou grande alvoroço na chapa situacionista encabeçada por João Agripino. Assim, logo se desfizeram do nome de Silvio Pélico Porto, indicado pelo governador Pedro Gondim, e propuseram o nome do ex-prefeito de Campina Grande, Severino Cabral, “político populista, dono de uma imensa massa de votos, conhecido pela forma sistemática e organizada com que conduzia suas práticas clientelistas”⁷⁰.

Uma das questões divergentes acerca da indicação de Severino Cabral como vice de João Agripino era que este precisava da aprovação dos militares para a confirmação da indicação para compor a chapa. De acordo com Cittadino (2006), “pesava contra Severino Cabral o fato dele ser diretor de um estabelecimento bancário (o Banco Auxiliar do Povo), fazendo com que a oposição tentasse impugnar sua candidatura”⁷¹. Além disso, a “existência de um processo na Justiça comum, oriunda de um IPM referente à sua administração como prefeito de Campina Grande (1959/1963)”⁷², fazia com que o nome do ex-prefeito precisasse de aprovação.

Essas articulações estudadas pela historiadora Cittadino (2006) revelam a relação estreita que João Agripino mantinha com os militares. Além de ter apoiado e assinado a subemenda para prorrogar o governo de Castello Branco, João Agripino não só recorreu a Castello Branco, mas também a nomes da alta cúpula do governo, no decorrer do processo eleitoral para o Governo do Estado. À revelia de nomes poderosos do seu próprio partido, como o de Carlos Lacerda, Agripino recorreu aos generais Ernesto Geisel e Golberi do Couto e Silva, de quem obteve aprovação para o nome de Severino Cabral (pela sua força eleitoral) para compor a chapa com Agripino.

De acordo com Cittadino (2006), também é possível ressaltar o prestígio que João Agripino possuía perante os militares da alta cúpula do Regime. Durante o processo eleitoral, João Agripino teve significativo apoio de setores estudantis, os quais fundaram, nos bairros, comitês em apoio a sua candidatura. Contudo, tais organizações eram contrárias à Lei Suplicy de Lacerda (Lei nº 4.464 de 9 de novembro

⁷⁰CITTADINO, 2006, p. 127.

⁷¹CITTADINO, 2006, p. 132.

⁷²CITTADINO, 2006, p. 133.

de 1964), que proibia os estudantes de participarem de organizações ou manifestações de caráter político, entre outras ações. Esses comitês passaram a ser vigiados e reprimidos pela guarnição do Exército, em João Pessoa. Cittadino (2006) aponta esse como o primeiro confronto direto entre Agripino e os militares locais. Tal confronto evoluiu para um conflito direto entre Agripino e o general Euler Bentes. A divergência, contudo, teve a interferência do próprio Castello Branco:

O conflito foi resolvido a partir da interferência do presidente Castello Branco, que havia chegado a Recife e, dirigindo-se ao general Euler Bentes, afirmou que Agripino era um homem que merecia todo o respeito, e que, portanto, eram inadmissíveis as hostilidades praticadas contra ele. Afora esse, outro conflito decorrido durante a campanha envolveu o Serviço Nacional de Informação (SNI) e resultou no afastamento da chefia local do órgão de segurança, bem como na demissão do chefe do SNI de Pernambuco, gerando importante crise no interior do SNI regional. (CITTADINO, 2006, p. 148.)

Além de interferir em favor de João Agripino, Castello Branco informou ao general Euler Bentes a posição que João Agripino tinha junto ao governo militar. Também os conflitos entre João Agripino e o general Paulo Bolívar (chefe do SNI da Paraíba), que, em certo momento, questionou os valores da campanha de Agripino, resultou na demissão do general da chefia do SNI na Paraíba. Assim, mesmo por uma margem pequena de votos, João Agripino e Severino Cabral foram eleitos governador e vice-governador da Paraíba, na disputa eleitoral com Ruy Carneiro e Argemiro de Figueiredo.

Em fevereiro de 1966, João Agripino e Severino Cabral tomaram posse. Logo depois, a candidatura de vice de Severino Cabral foi impugnada pelo seu não afastamento, em tempo hábil, da chefia do Banco Auxiliar do Povo, onde era diretor. João Agripino, contudo, não sofreu punições e teve sua posse confirmada.

É nesse cenário dos primeiros anos do Regime Militar que se localiza o recorte da nossa pesquisa sobre a atuação do Arcebispo Dom José Maria Pires, na Paraíba. Nomeado no final do ano 1965, Dom José Maria Pires tomou posse do cargo de arcebispo em 1966. Analisaremos os primeiros anos do arcebispado de Dom José Maria Pires para, em seguida, examinarmos a instituição do CPH, em 1976, e do CDDH, em 1978. Entendemos que investigar os primeiros anos de mandato do arcebispo Dom José Maria Pires em plena vigência do Regime Militar pode auxiliar na compreensão das condições de possibilidades que permitiram a implementação das

instituições criadas por ele, em 1976 e 1978, e que tiveram uma significativa atuação local. Através dessas duas instituições analisaremos a atuação de Dom José Maria Pires, problematizando sobre as condições de sua emergência e a dinâmica do seu funcionamento em um período de governo de um Regime Militar.

3 A ATUAÇÃO DE DOM JOSÉ MARIA PIRES NA PARAÍBA: BREVE BIOGRAFIA

Filho de Eleutério Augusto Pires e Pedrelina Maria de Jesus, José Maria Pires nasceu em Córregos, município de Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais, em 15 de março de 1919. Nos seus documentos oficiais, como Registro de Nascimento, Registro Geral (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF), consta o ano de nascimento em 1918. No entanto, ele afirmava ter nascido em 1919 e que a alteração se referia a um erro do cartório na hora do registro. Esse era um acontecimento bem recorrente naquele contexto, pois muitas vezes as crianças só eram registradas algum tempo depois do nascimento. Por isso, nos demais documentos que consultamos, que eram preenchidos pelo próprio Dom José, seu ano de nascimento registrado era 1919.⁷³

José Maria Pires ingressou para o Seminário de Diamantina, em 25 de janeiro de 1931. Coursou o ginásial (atual Ensino Médio do nível básico de educação), Filosofia e Teologia, entre 1931 e 1941. Foi ordenado sacerdote em 20 de dezembro de 1941, aos 22 anos de idade. Exerceu os seguintes ofícios eclesiásticos: professor, no Seminário de Diamantina, de 1938 a 1941; professor, no Colégio Diamantinense, de 1942 a 1943; pároco, em Açucena, de 1943 a 1946; diretor do Ginásio Ibituruna, de Governador Valadares, de 1946 a 1953; missionário arquidiocesano da irmandade da província, de 1953 a 1956; pároco, em Curvelo (Minas Gerais), de 1956 a 1966.⁷⁴

Foi nomeado bispo de Araçuaí (Minas Gerais), em 1957. Além disso, é válido mencionar que foi o primeiro bispo negro do Brasil. Dom José Maria Pires foi bispo conciliar do Concílio Vaticano II (1962-1965), participando das suas quatro sessões: a primeira entre outubro e dezembro de 1962; a segunda entre setembro e dezembro de 1963; a terceira entre setembro e novembro de 1964 e a quarta, e última, ocorreu entre setembro e dezembro do ano de 1965. Signatário do *Pacto das Catacumbas*⁷⁵,

⁷³ TRAÇOS BIOGRÁFICOS. C: g/6 (042 a 061) A 02 p. 158. Chancelaria, Documentos do Clero, Traços Biográficos. *Arquivo eclesiástico Centro Cultural São Francisco*.

⁷⁴ TRAÇOS BIOGRÁFICOS. C: g/6 (042 a 061) A 02 p. 58. Chancelaria, Documentos do Clero, Traços Biográficos. *Arquivo eclesiástico Centro Cultural São Francisco*.

⁷⁵ O pacto aconteceu um pouco antes da clausura do Concílio Vaticano II e evidenciava a necessidade de uma posição que corroborasse uma vida de pobreza, segundo o Evangelho. O resultado desse pacto foi um documento composto por 13 pontos, os quais ressaltavam o compromisso dos integrantes em manter uma vivência mais humilde e a lutar pelos mais pobres. No dia 16 de novembro de 1965, nas catacumbas romanas de Domitila, 40 padres Conciliares celebraram uma Eucaristia para pedir fidelidade ao Espírito de Jesus. Nessa celebração, firmaram o que ficou conhecido como o “Pacto das Catacumbas”. Um dos principais animadores do grupo era Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife. Este foi um dos principais praticantes da Teologia da Libertação no Nordeste e também um dos

a participação de Dom José em todas as sessões do Concílio Vaticano II teve ressonância nos seus discursos e práticas, como veremos adiante.

A convocação para o Concílio Vaticano II⁷⁶ foi realizada pelo então papa João XXIII, entre os anos de 1962 e 1965⁷⁷. O Vaticano II assentou um importante debate sobre a abertura da Igreja ao mundo secular. Alguns autores denominaram o período pós-conciliar de “*Primavera da Igreja*, em que emergiram movimentos tão díspares quanto a Revolução Carismática Católica, nos Estados Unidos, e a Teologia da Libertação — TL, na América Latina”⁷⁸.

As reuniões de bispos e teólogos eram realizadas em sessões que duravam cerca de três meses. Algumas constituições, declarações e decretos⁷⁹ ponderaram sobre os mais diversos assuntos. Neles a relação entre a igreja e os pobres versa sobre “como Cristo realizou a obra da redenção na pobreza e na perseguição; assim a Igreja é chamada a seguir pelo mesmo caminho para comunicar aos homens os frutos da salvação”⁸⁰. A *Lumen Gentium* (Sobre a Igreja) é uma constituição dogmática — assim como a *Dei Verbum* —, por isso, de fundamental importância para refletir sobre os dogmas que são basilares à fé católica. Os documentos lançados durante o Vaticano II refletiam sobre problemáticas em torno da atuação da Igreja em questões

mais perseguidos e vigiados pela Ditadura Militar brasileira. Dentre os que assinaram o pacto no dia da sua proposta e aqueles que o fizeram depois (como signatários) estavam: Dom João Batista da Mota e Albuquerque, arcebispo de Vitória - ES; o Pe. Luiz Gonzaga Fernandes, que seria consagrado bispo auxiliar de Vitória dias depois, em Roma; Dom Jorge Marcos de Oliveira, de Santo André — SP; Dom Henrique Golland Trindade, Ordem dos Franciscanos Menores, arcebispo de Botucatu — SP. Além desses, metade eram clérigos representantes do Nordeste: Dom Antônio Fragoso, de Crateús — CE; Dom Francisco Austregésilo Mesquita Filho, de Afogados da Ingazeira — PE; Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife; Dom José Maria Pires, arcebispo da Paraíba — PB (PACTO DAS CATACUMBAS DA IGREJA SERVA E POBRE, 1965).

⁷⁶ Quando da anúncio da convocação do Concílio Vaticano II, pensou-se que este seria uma continuidade do Concílio do Vaticano I (1870), convocado pelo papa PIO IX. Segundo Silva (2008), o Vaticano I caracterizou-se pela reafirmação da unidade da Igreja católica frente ao mundo moderno. Foi nesse momento que foi definida a *infalibilidade papal*.

⁷⁷ Os documentos decorrentes do Concílio Vaticano II podem ser acessados na página do Vaticano através do link <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm>

⁷⁸ BRITO, Lucelmo Lacerda. Medellín e Puebla: epicentros do confronto entre progressistas e conservadores na América Latina. **Revista Espaço Acadêmico**, São Paulo, v. 10. n. 111, p. 20, ago. 2010.

⁷⁹ Constituições: *Dei Verbum*, *Lumen Gentium* (Constituições Dogmáticas), *Sacrosanctum Concilium*, *Gaudium et Spes* (constituições Disciplinares); Declarações: *Gravissimum Educationis*, *Nostra Aetate*, *Dignitatis Humanae*; Decretos: *Ad Gentes*, *Presbyterorum Ordinis*, *Apostolicam Actuositatem*, *Optatam Totius*, *Perfectae Caritatis*, *Christus Dominus*, *Unitatis Redintegratio*, *Orientalium Ecclesiarum*, *Inter Mirifica*. Disponível em:

http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm Acesso em 20/12/2020.

⁸⁰ CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA *LUMEN GENTIUM* (1964). COMPÊNDIO DO CONCÍLIO VATICANO II. Constituições, decretos, declarações. Constituição Dogmática *Lumen Gentium*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

sociais, enfatizando a necessidade de a Igreja estar atenta aos problemas reais dos cristãos na terra. Nesse sentido, assim expressa a *Lumen Gentium*: “[...] a Igreja terrestre e a Igreja ornada com os dons celestes não se devem considerar como duas entidades, mas como uma única realidade complexa, formada pelo duplo elemento humano e divino”⁸¹.

Em 1965, Dom José Maria Pires foi nomeado arcebispo da Paraíba, o quarto a assumir o cargo. Ao tomar posse, no dia 26 de março de 1966, Dom José realizou um pronunciamento em frente ao Palácio do Carmo, na praça Dom Adauto, também chamada de Praça do Bispo. Nesse espaço estão o Palácio Episcopal, sede administrativa da arquidiocese, e a Igreja Nossa Senhora do Carmo, localizada no Centro histórico da cidade de João Pessoa.

Nos dias anteriores à posse de Dom José Maria Pires, os jornais divulgaram a cerimônia e anunciaram a espera de uma grande concentração de pessoas. O *Jornal do Commercio*, no dia 20 de março de 1966, destacou a chegada do novo arcebispo. Tal evento contaria com a presença do bispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara. Assim foi destacado no jornal: “D. José Maria Pires, nôvo (SIC) arcebispo de João Pessoa, chegará àquela cidade no próximo sábado. Será recebido por uma grande concentração popular, sendo saudado, na ocasião, por D. Helder Câmara em nome da família cristã do Nordeste”⁸²

⁸¹ CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA *LUMEN GENTIUM*, 1964.

⁸² *Jornal do Commercio*, 20 de março de 1966.

Figura 1 — Dom José Maria Pires e o governador da Paraíba João Agripino (1966-1971), março de 1966.



Fonte: Álbum da chegada de Dom José Maria Pires (arcebispo da Paraíba), 26 de março de 1966.
Arquivo eclesiástico do Centro Cultural São Francisco.

Figura 2 — Dom José Maria Pires e o governador da Paraíba João Agripino desfilam em carro aberto (1966-1971), março de 1966



Fonte: Álbum da chegada de Dom José Maria Pires (arcebispo da Paraíba), 26 de março de 1966.
Arquivo eclesiástico do Centro Cultural São Francisco.

Figura 3 — Discurso de Dom Helder Câmara na cerimônia de posse do arcebispo da Paraíba Dom José Maria Pires, 26 de março de 1966.



Fonte: Álbum da chegada de Dom José Maria Pires (arcebispo da Paraíba), 26 de março de 1966.
Arquivo Eclesiástico Centro Cultural São Francisco.

Dom José Maria Pires foi recebido pelo governador da Paraíba, João Agripino. Eleito no final de 1965, o governador foi empossado em fevereiro de 1966, portanto, um mês antes da posse de Dom José, como arcebispo. Na fotografia 1 é possível identificar a recepção do arcebispo, que, de forma cordial, se direciona ao governador, sorrindo. Ao seu redor, estavam crianças, jovens, homens e mulheres que acompanhavam o momento de acolhida. Nesse momento, os dois representantes do Estado e da Igreja tomaram posse de seus cargos. O aparente clima de cordialidade e até de afetuosidade que transparece nas imagens possivelmente reflita um momento em que possíveis divergências ainda não existiam.

Na cerimônia de posse de Dom José Maria Pires esteve presente o arcebispo de Olinda e de Recife, Dom Hélder Câmara. Na imagem acima, Dom Hélder Câmara discursa na cerimônia de posse de Dom José Maria Pires. Os gestos capturados pela

imagem apontam uma gesticulação própria de Dom Helder. Na análise dos documentos para esta pesquisa, localizei cartas pastorais, relatórios, documentos das reuniões do Nordeste II ⁸³ e correspondências entre Dom José Maria Pires e Dom Hélder Câmara.

Figura 4 — Cerimônia de Posse de Dom José Maria Pires, em 26 de março de 1966.



Fonte: Álbum da chegada de Dom José Maria Pires (arcebispo da Paraíba), em 26 de março de 1966. *Arquivo Eclesiástico Centro Cultural São Francisco*.

Na ocasião da cerimônia de posse, o arcebispo Dom José Maria Pires foi recepcionado pelo governador do Estado da Paraíba, João Agripino (1966-1971). Além da presença de autoridades políticas e eclesiais, havia uma multidão em frente ao Palácio do Carmo, para receber Dom José Maria Pires, com uma faixa na porta que dizia: *Os fiéis da Paraíba saúdam o seu novo pastor, luz e guia das suas almas*. Dom José foi recebido com a orquestra da Polícia Militar da Paraíba e caminhou em meio às pessoas saudando-as e sendo aplaudido. Na fotografia, vê-se o arcebispo

⁸³ Grupo de Estados formado por Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

caminhando à frente e sendo seguido por outros religiosos. Ao seu redor, muitas pessoas vestidas de branco aplaudem enquanto Dom José atravessa a multidão.

Figura 5 — Cerimônia de Posse de Dom José Maria Pires, 26 de março de 1966.



Fonte: Álbum da chegada de Dom José Maria Pires (arcebispo da Paraíba), em 26 de março de 1966. *Arquivo Eclesiástico Centro Cultural São Francisco*.

Em seu pronunciamento de posse, Dom José Maria Pires destacou aspectos de sua formação eclesial e saudou Nossa Senhora das Neves, padroeira da cidade de João Pessoa. Dom José, se dirigindo ao Governador do Estado, ressaltou a necessidade da união entre as forças da Igreja e do Estado, tendo em vista o desenvolvimento material do homem. Dom José Maria destacou que não haveria condições para o desenvolvimento da missão sobrenatural da Igreja, em relação aos homens, se não houvesse, também, o desenvolvimento material destes, uma vez que, para o arcebispo, seria impossível dissecar o homem, dividindo-o entre corpo e alma. Portanto, o desenvolvimento espiritual e material deveriam caminhar juntos⁸⁴.

⁸⁴ Tomada de posse — Primeiro pronunciamento ao chegar em João Pessoa, em frente ao Palácio do Carmo, na Praça, em 26 de março de 1966.

Figura 6 — Cerimônia de Posse de Dom José Maria Pires, 26 de março de 1966



Fonte: Álbum da chegada de Dom José Maria Pires (arcebispo da Paraíba), em 26 de março de 1966. *Arquivo Eclesiástico Centro Cultural São Francisco.*

Figura 7 — Cerimônia de Posse de Dom José Maria Pires, 26 de março de 1966



Fonte: Álbum da chegada de Dom José Maria Pires (arcebispo da Paraíba), em 26 de março de 1966. *Arquivo Eclesiástico Centro Cultural São Francisco.*

Um mês após as eleições estaduais, em 17 de outubro de 1965, o Ato Institucional n. 2 foi decretado pelo governo militar de Castelo Branco. Entre as medidas do AI-2 estava a extinção dos partidos políticos do país. Um mês após o AI-2 foi decretado, também, o Ato Complementar n. 4, que definiu uma estrutura política com base em uma organização bipartite, ou seja, os demais partidos deixaram de existir e os políticos se alinharam em um dos dois partidos. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB)⁸⁵ formou-se, pelos chamados partidos oposicionistas, como se convencionou chamar os integrantes do MDB⁸⁶. No entanto, Cittadino (2006) alerta para o fato de que os integrantes do MDB, provenientes do antigo PSD, eram políticos conservadores que apoiaram o Golpe de 1964 e continuaram apoiando o governo militar. Assim, de acordo com a autora, esses políticos não podiam se configurar enquanto oposição. Por sua vez, compuseram a Aliança Renovadora Nacional (Arena) aqueles que formaram a base de apoio ao governo militar. Assim, a nova estrutura política, com o sistema bipartite, era formado pelos partidos MDB e Arena. Na Paraíba, de acordo com Cittadino (2006)⁸⁷, as articulações em torno da adequação ao bipartidarismo tiveram forte participação do então recém-eleito governador João Agripino, que passou a coordenar a formação do diretório local da Arena, reunindo, principalmente, membros da UDN. Segundo Cittadino (2006):

A ARENA teve como seu núcleo fundamental a antiga UDN, assim como os políticos que, integrantes do gondinismo, se mantiveram fiéis ao ex-governador Pedro Gondim. Subsidiariamente, participaram da ARENA os pequenos partidos que, ao longo do governo anterior, se aproximaram progressivamente do esquema governista. (...) Como a perspectiva de integrar o partido oposicionista nessa nova realidade política não era das mais atraentes aos políticos paraibanos, a maioria passou a ingressar no partido governista. (CITTADINO, 2006, p. 306)

Conforme apontado pela historiadora, uma parcela dos políticos, inclusive, opositores de João Agripino, se filiaram à Arena. Tal situação provocou uma série de conflitos entre os apoiadores de João Agripino, que afirmavam seu incômodo em relação à entrada de antigos opositores no diretório da Arena.⁸⁸ O referido partido,

⁸⁵ De acordo com Cittadino (2006), o MDB local constituiu-se, notadamente, por políticos vinculados ao antigo PSD e por aqueles que não conseguiram adentrar na Arena.

⁸⁶ Ver também: MELLO, José Octávio de Arruda. **Da resistência ao poder: O (P)MDB na Paraíba (1965/1999)**. Campina Grande: EDUEP, 2010.

⁸⁷ CITTADINO, Monique. 2006.

⁸⁸ De acordo com a análise de Cittadino (2006), o governador Pedro Gondim, à época do Golpe Militar de 1964, além de prestar seu apoio ao novo governo, tratou de remodelar todo o aparato administrativo

contudo, conseguiu criar uma base de apoio ao Regime Militar, no Estado da Paraíba, reunindo o maior número de partidários no Congresso Nacional e na Assembleia Legislativa.

A Paraíba elegeu, nas eleições de 1966, 63,1% dos deputados estaduais e 50% dos deputados federais da Arena e se constituiu um Estado politicamente alinhado ao regime militar e com uma forte base de apoio. Conforme apontado por Cittadino (2006), vale lembrar que mesmo os deputados do MDB que eram, supostamente, oposição apoiavam o governo militar.

Dom José Maria Pires chegou à Paraíba em um contexto político bastante favorável ao Regime Militar. A recém-eleição do governador João Agripino, apoiador dos militares, garantia que as políticas do governo federal tivessem apoio. Logo em seus primeiros discursos, foi possível identificar que o recém-empossado arcebispo tratou de afirmar seu posicionamento. Segundo suas palavras, assumiu que estaria ligado a uma prática pastoral próxima à defesa dos direitos dos menos abastados e dos trabalhadores. Ao falar de seu posicionamento, reconheceu que, dentro da instituição, havia práticas discordantes e não deixou de mencioná-las.

Figura 8 – Dom José discursa em cerimônia de posse



Fonte: Álbum da chegada de Dom José Maria Pires (arcebispo da Paraíba), em 26 de março de 1966. *Arquivo Eclesiástico Centro Cultural São Francisco*.

do Estado, com a substituição de secretários e servidores, no intuito de não desagradar aos militares. Apesar de Gondim ter adotado uma política populista, tal postura foi assumida mediante a efetivação do Golpe. Assim, a autora sustenta a ideia de que o governo gondinista não se opôs aos militares e, inclusive, estabeleceu uma aliança com a UDN e o posterior governador João Agripino.

Figura 9 – Dom José discursa em cerimônia de posse ao lado do governador João Agripino



Fonte: Álbum da chegada de Dom José Maria Pires (arcebispo da Paraíba), em 26 de março de 1966. *Arquivo Eclesiástico Centro Cultural São Francisco*.

Em seu primeiro pronunciamento, em frente ao Palácio do Carmo⁸⁹, Dom José saudou o Monsenhor Pedro Anísio⁹⁰. Segundo suas palavras, o monsenhor era a

⁸⁹ A Igreja de Nossa Senhora do Carmo está localizada no Centro Histórico da cidade de João Pessoa. Faz parte do conjunto arquitetônico que compreende a Igreja de Nossa Senhora do Carmo e o Palácio Episcopal, residência episcopal e sede da Arquidiocese da Paraíba. A cerimônia de posse de Dom José Maria Pires ocorreu na praça do Carmo, pois a sede da Catedral Basílica de Nossa Senhora das Neves se encontrava em reforma.

⁹⁰“Mons. Pedro Anísio Bezerra Dantas **foi** Vigário Capitular da Arquidiocese da Paraíba de 21/05/1965 a 27/03/1966 (período compreendido entre a renúncia de Dom Mário e a posse de Dom José)”. Disponível em: <https://www.arquidiocesepb.org.br/index.php?arqui=pages/paginasMenuEstatica&id=43> Acesso em 19/09/2019.

representação do clero tradicional. De acordo com o texto *O malogro da educação popular na Paraíba (1930-1945)*⁹¹, a atuação do Monsenhor Pedro Anísio esteve ligada, desde o final da década de 1930, com a publicação do seu *Tratado de Pedagogia*, que versava sobre a defesa de uma prática pedagógica tradicional e alinhada aos interesses das oligarquias locais. Segundo Kulesza (2001), o tratado publicado em 1933 se localizava “já no interior da disputa entre católicos e liberais acerca do papel do Estado na educação, contendo forte crítica aos partidários da Escola Nova”⁹². É possível, portanto, que, ao se referir ao Monsenhor Pedro Anísio como um sacerdote ligado às tradições da Igreja, Dom José esteja demarcando seu posicionamento contrário ao defendido pelo monsenhor e elegendo, por seu turno, a defesa de uma prática pastoral em que a educação seja utilizada como recurso capaz de promover mudanças sociais. Nos próximos capítulos, trataremos das propostas de Dom José Maria Pires, no que se refere a essa prática.

De acordo com Dom José, o clero tradicional, representado pelo Monsenhor Pedro Anísio, deveria entender a importância de a igreja católica abrir-se para novos desafios, estimulando “os seus filhos, sacerdotes, a acompanhá-la nessa verdadeira jornada pelo desenvolvimento integral do homem”⁹³. Dom José encaminha seu pronunciamento, segundo suas palavras, com maior afeto, saudando àqueles que mais sofriam, como os “pobres, doentes e encarcerados”⁹⁴.

No dia 27 de março de 1966, em uma celebração na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Dom José Maria Pires destacou seu compromisso de encaminhar a Igreja da Paraíba, em consonância com o Vaticano II. Para tanto, ressalta o papel de uma Igreja que se insere no mundo como “fermento em sua construção”⁹⁵. De acordo com Dom José Maria Pires:

Enquanto imperar a fome, a miséria, o analfabetismo, enquanto não se respeitar no operário ou no camponês a dignidade da pessoa

⁹¹KULESZA, Wojciech Andrzej et al., *O malogro da educação popular na Paraíba (1930-1945)*. In: V Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, 2001, Campinas. **Anais** [...]. Goiás: [s. n.], CD-ROM, 2001.

⁹²KULESZA, 2001, p. 8.

⁹³ Tomada de Posse — Primeiro pronunciamento ao chegar em João Pessoa, em frente ao Palácio do Carmo, na Praça em 26 de março de 1966.

⁹⁴ Tomada de Posse — Primeiro pronunciamento ao chegar em João Pessoa, em frente ao Palácio do Carmo, na Praça em 26 de março de 1966.

⁹⁵ PIRES, Dom José Maria. Eu queria ser no meio de vós como João XXIII. Sermão de Dom José Maria Pires ao tomar posse como Arcebispo da Paraíba, na Igreja do Rosário, em 27.03.1966. In: RIBEIRO, S. G. L. (Org.). **Dom José Maria Pires: uma voz fiel à mudança social**. São Paulo: Paulus, 2005.

humana, os cristãos não estarão sendo cristãos, a Igreja não estará sendo uma comunhão sem circulação de bens de todos os bens, seja os do espírito, seja os do corpo ou do exterior. (PIRES, 2005) ⁹⁶

Dom José Maria Pires enfatizou a necessidade de a Igreja combater os problemas sociais que permeiam as realidades históricas, de modo que se preocupasse com a injustiça social, buscando promover maior igualdade social e material. Somente com o alcance de uma realidade mais igualitária e menos injusta seria possível, segundo as palavras do arcebispo, a plena comunhão entre os homens.

Nos seus pronunciamentos, Dom José Maria Pires afirma que a Igreja não é somente responsável pelo bem-estar espiritual dos cristãos, através da evangelização, mas também é sua tarefa a preocupação com as condições materiais dos homens e mulheres cristãos. Ao longo da década de 1970, teólogos e clérigos refletiram sobre os encaminhamentos do Concílio Vaticano II e produziram compreensões importantes para legitimar a prática de sacerdotes católicos em espaços da realidade concreta dos cristãos. Essas discussões ressaltavam o papel de uma igreja encarnada, isto é, que tomasse os problemas cotidianos dos sujeitos, em suas dimensões histórica e material, como atividades inerentes ao fazer sacerdotal na busca por uma sociedade de justiça e igualdade.

Para teólogos como Leonardo Boff (1982)⁹⁷ a Igreja não pode ser entendida de forma isolada, mas a partir de realidades que a transcendem. Ela não pode ser entendida dentro de uma gama de dogmas que visam apenas à manutenção de uma tradição, mas deve levar em conta as realidades do mundo em seus diferentes contextos. Segundo o teólogo, é no mundo que se deve pensar a realização histórica do Reino. A Igreja seria, portanto, o sinal do Reino, sua concretude explícita e o instrumento capaz de mediar essa prática no mundo. Vejamos como Boff (1982) entende essa relação:

Cumpra articular numa ordem correta estes três termos. Primeiro vem o Reino como a primeira e última realidade englobando todas as demais. Depois vem o mundo como o espaço da historificação do Reino e de realização da própria Igreja. Por fim vem a Igreja como a

⁹⁶ PIRES, D. J. M. Eu queria ser no meio de vós como João XXIII. Sermão de Dom José Maria Pires ao tomar posse como Arcebispo da Paraíba, na Igreja do Rosário, em 27.03.1966. In: RIBEIRO, S. G. L. (Org.) **Dom José Maria Pires: uma voz fiel à mudança social**. São Paulo: Paulus, 2005.

⁹⁷ BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. Ensaios de Ecclesiologia Militante. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

realização antecipatória e sacramental do Reino dentro do mundo e mediação para que o Reino se antecipe mais densamente no mundo. (BOFF, 1982, p. 16)

Ainda segundo Boff (1982), a práxis é um elemento fundamental para a tarefa mediadora que a Igreja tem no mundo não apenas em seu aspecto sacramental, mas como instrumento que busca a antecipação desse Reino, isto é, luta contra as injustiças e por uma sociedade fraterna e de igualdade na realidade concreta. A participação de clérigos e teólogos nessa reunião conciliar não determinou, contudo, que esses religiosos assumissem pastoralmente, em suas dioceses, práticas religiosas orientadas pelas conclusões e indicações do documento final do Vaticano II. No caso de Dom José Maria Pires, contudo, é possível identificar indícios de que suas práticas pastorais estiveram orientadas pelas conclusões do Concílio Vaticano II e pelo Pacto das Catacumbas, do qual foi signatário.

Os abusos praticados pela ditadura militar, com o cerceamento das liberdades individuais e políticas, como o fim das eleições diretas, foram alvo de críticas feitas pelo arcebispo. Quando de sua primeira visita ao Poder Legislativo da Paraíba, no dia 29 de março de 1966, Dom José Maria Pires proferiu um discurso condenando as violações políticas instauradas pelos militares, como o estabelecimento de eleições indiretas, conforme destacado a seguir:

Faço profissão de fé na democracia. Não aceito, sem mais nem menos, a afirmação de que o poder vem do povo, a não ser que se considere aqui o povo como causa instrumental e não como causa original ou eficiente ao poder. O poder vem de Deus. Mas Deus o comunica através da manifestação popular que ordinariamente é o voto. O legitimamente eleito adquire direito de ser acatado, porque é revestido de uma autoridade divina em sua origem. Dessa autoridade, porém, ele só pode servir-se em benefício comum e não em proveito próprio de uma facção política ou de um credo religioso. (...) E, se o poder vem de Deus através do voto popular, não há justificativas para as ditaduras. Não somos pela anarquia nem pela deliberação da autoridade. Não aplaudimos aqueles que, sob pretexto, recusam a submissão devida ao poder constituído. (...) Mas autoridade e cerceamento da liberdade, além do estritamente necessário para garantir o bem comum, não são sinônimos. Falo como simples homem do povo. E o homem do povo ainda não entende por que lhe negaram, por que não é mais permitido aos cidadãos se agruparem em pequenos partidos políticos. (...) Permitir a existência, apenas a existência dos grandes partidos, não seria sufocar a liberdade política, desde que os pequenos partidos não constituem uma ameaça à segurança nacional ou ao bem da sociedade? Faço minha profissão de fé na oposição. A meu ver, ela não é um mal necessário, mas um

bem necessário. (...) Creio na oposição como poder moderador, como força complementar diversa mas não necessariamente adversa. (PIRES, 1966)⁹⁸

Dom José Maria Pires ressaltou o direito ao voto como sendo uma representação do poder de Deus. Condenou, em sua fala, o que ele denominou de “anarquia ou recusa ao poder constituído”, ou seja, o arcebispo caracteriza como perigosa recusa total ao poder, o que ele chamou de anarquia. Assim, embora tenha tecido duras críticas à ditadura militar, Dom José Maria Pires defende as instituições de poder. Aliás, a instituição da qual faz parte o arcebispo é poderosa e ele próprio, enquanto bispo diocesano, ocupa um lugar de poder dentro da estrutura social⁹⁹. Para o arcebispo, o poder constituído deveria ser respeitado, desde que a dinâmica democrática e a escolha de representantes políticos, através do voto direto, fossem respeitadas.

No texto intitulado *O homem livre, imagem de Deus*, elaborado por Dom José para o discurso da cerimônia de formandos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no ano de 1966, considerou a liberdade a partir da ótica da criação divina. Salientou, em seu discurso, que a liberdade fazia parte, essencialmente, do homem enquanto criação divina, “preferiu Deus os riscos da liberdade às seguranças da escravidão”¹⁰⁰. A fala de Dom José ressalta ainda:

Sendo os homens livres e iguais, são os homens sociais também. E a liberdade exigida para o indivíduo, a Igreja a deseja para os grupos sociais — Liberdade “de se reunirem, de se associarem, de exprimirem as próprias opiniões” (442), liberdade que não se funda em algarismo nem depende de quantos constituem um grupo humano, por

⁹⁸ Discurso na primeira visita de Dom José Maria Pires ao poder Legislativo do Estado da Paraíba, em 29 de março de 1966 (RIBEIRO, 2005).

⁹⁹ O Teólogo brasileiro Leonardo Boff, adepto da Teologia da Libertação, em sua obra *Igreja: carisma e poder* (1982), trouxe importantes reflexões quanto ao lugar que o poder e a hierarquia ocuparam na constituição da Instituição Católica ao longo da história. O referido autor realizou uma leitura crítica de como, historicamente, a Igreja Católica se apropriou do poder, através de pactos estabelecidos com o Estado, por exemplo. Segundo o autor, a Igreja estabeleceu uma instituição hierárquica com poucas possibilidades de participação popular. Para superar esse modelo historicamente amparado no poder e numa hierarquia fechada e centralizadora, Boff (1982) propõe um novo modelo de Igreja baseado nos *carismas*, que seriam as potencialidades individuais dos sujeitos. Apesar de elaborar duras críticas ao modelo hierárquico, Boff (1982) entende que a hierarquia também faria parte dos *carismas* como um dom individual, contudo, esse não poderia ser confundido com um lugar de poder rígido e centralizador.

¹⁰⁰ PIRES, Dom José Maria. *O homem livre, imagem de Deus*. discurso da cerimônia de formandos da UFPB, 1966. In: RIBEIRO, Sampaio Geraldo Lopes. (Org.) **Dom José Maria Pires: uma voz fiel à mudança social**. São Paulo: Paulus, 2005, p. 41.

isso a Igreja firmemente reivindica “que se respeitem os direitos das minorias no interior de uma nação” (443). (PIRES, 2005, p. 42)

Dom José Maria Pires retomou alguns trechos dos documentos do Concílio Vaticano II, especificamente a Constituição *Gaudium et Spes*, para tratar sobre o cerceamento da liberdade por parte do poder político. O discurso do arcebispo foi direcionado a estudantes universitários da UFPB. Nessa instituição, as práticas de vigilância, controle e punição de alunos que participavam de qualquer movimento de contestação da ditadura militar englobavam punições que iam desde suspensão temporária até o desligamento definitivo da instituição. Em consulta aos documentos do DOPS-PB, identificamos listas de nomes de alunos suspensos e desligados da UFPB, acusados segundo a Ideologia de Segurança Nacional de “envolvimento em atividades subversivas”.¹⁰¹

Figura 10 – Visita a reitoria da Universidade Federal da Paraíba em 16 de março de 1973.



Fonte: Álbum de Dom José Maria Pires (arcebispo da Paraíba), 16 de março de 1973.
Arquivo Eclesiástico Centro Cultural São Francisco.

¹⁰¹ARQUIVO DO DOPS, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, UFPB.

Figura 11 – Visita a reitoria da Universidade Federal da Paraíba em 16 de março de 1973



Fonte: Álbum de Dom José Maria Pires (arcebispo da Paraíba), 16 de março de 1973.
Arquivo Eclesiástico Centro Cultural São Francisco.

A UFPB possuía um aparato de vigilância e repressão das atividades estudantis que servia de modelo, inclusive, para a ampliação desses dispositivos em outras instituições¹⁰². De acordo com Motta (2014), no capítulo intitulado *Os espões do Campi*, a repressão se instalou na UFPB através da atuação do reitor Guilardo Martins Alves, que era capitão-médico do Exército e foi nomeado interventor na instituição logo após o Golpe de 1964, quando foi destituído o então reitor Mário Moacyr Porto. Segundo Motta (2014):

Na UFPB, cujo reitor “anfíbio” (o militar e professor Guilardo Martins Alves) também já demonstrara seu empenho “purificador”, no início de 1969 já estava em funcionamento um Serviço de Segurança de Informação. Essas experiências precursoras podem ter estimulado e inspirado a criação de agências de informação em todo o sistema universitário, o que só aconteceu oficialmente em 1971. Graças a seu pioneirismo, a Aesi/UFPB foi das mais bem-organizadas e atuantes na

¹⁰² Ver mais em: DIAS, Elissandra Maria da Costa. **Vigilância e controle:** atuação do SNI sobre a comunidade acadêmica da Universidade Federal da Paraíba (1964-1985). Dissertação de Mestrado. PPGH-UFPB, João Pessoa, 2021.

primeira metade dos anos 1970, quando seu regimento interno servia de modelo para agências congêneres. (MOTA, 2014, p. 196)

A fala de Dom José Maria Pires assumiu, assim, um tom de denúncia das restrições das liberdades e da perseguição que ocorria no campus da UFPB desde o momento imediato pós-golpe, quando da atuação do interventor Guilardo Martins. O discurso do arcebispo foi realizado no ano de 1966. A atuação de Dom José, ao longo do período em que esteve à frente da arquidiocese paraibana, foi marcada, também, por alguns conflitos; alguns deles ocorridos logo no primeiro ano do bispado. Apesar dos conflitos, o lugar de poder de arcebispo, assim como o relacionamento que mantinha com diferentes esferas de poder, o permitiram estabelecer diálogos em espaços distintos e com diferentes sujeitos políticos.

3.1 Atuação social de D. José Maria Pires: de Araçuaí à Paraíba

Dom José Maria Pires foi nomeado bispo de Araçuaí em 12 de outubro de 1957, através do recebimento da carta do Núncio Apostólico¹⁰³. Esta comunicava a sua designação para o cargo de bispo da referida cidade. Ao se referir à experiência em Araçuaí, Dom José Maria destaca que os movimentos Juventude Independente Católica (JIC) e Juventude Estudantil Católica (JEC) realizavam atividades na região, contudo, eram mais ligadas à JIC de Belo Horizonte. De acordo com uma entrevista concedida a Mauro Passos e Leonardo Lucas¹⁰⁴, Dom José Maria ressalta que, apesar da presença dessas organizações católicas na região, não havia uma movimentação significativa em torno da organização política dos leigos. “A Ação Católica funcionava nesses aspectos, mas a parte dos homens era muito fraca. A JOC não existia em Araçuaí. (...) A Ação Católica era fraca em Teófilo Otoni e em Araçuaí”¹⁰⁵

Foi durante o bispado na diocese de Araçuaí que Dom José Maria destacou suas primeiras impressões favoráveis e, posteriormente, contrárias ao governo dos

¹⁰³ Representante da Santa Sé no Brasil.

¹⁰⁴ PIRES, Dom José Maria. [Entrevista concedida a Mauro Passos e Leonardo Lucas Pereira]. In: PASSOS, Mauro (Org.). **Um profeta em movimento** — Dom José Maria Pires desatando nós. Belo Horizonte: O Lutador, 2011.

¹⁰⁵ PIRES, 2014, p. 37.

militares. Durante o processo de iminência e concretização do Golpe Militar de 1964, o bispo afirmou: “o golpe foi apoiado, praticamente, por todos nós, bispos de Minas”¹⁰⁶. Afirmou ainda que “Magalhães Pinto, presidente do Banco Nacional, mandou um emissário aos bispos, comunicando que o governo de Minas ia se levantar contra o governo da República”¹⁰⁷.

A fala de Dom José Maria Pires revela que as articulações que desencadeariam o Golpe eram de conhecimento dos bispos mineiros. Além disso, os bispos foram informados antecipadamente sobre a insurgência dos militares.¹⁰⁸ Estes partiram de Minas Gerais, em 31 de março de 1964, sob o comando do então general Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar e 4ª Divisão de Infantaria, em direção ao então Estado da Guanabara, movimento este que culminou com a deposição do presidente João Goulart.

Ainda de acordo com a entrevista, Dom José Maria Pires destaca que, após confirmada a tomada de poder pelos militares, os bispos se confraternizaram e enviaram ao governador Magalhães Pinto telegramas de aprovação. Dom José não forneceu maiores detalhes sobre o ambiente em que envolveu a confraternização dos bispos pelo sucesso do golpe. Em entrevistas e palestras posteriores, ele afirma seu apoio inicial ao Golpe Militar de 1964.

Em pesquisa sobre o arcebispo, Pereira (2012) destacou sua fala durante a realização do XII Congresso Brasileiro de Comunicação Social, realizado em Recife. De acordo com o referido autor, Dom José Maria Pires afirmou, durante palestra que foi entusiasta do Golpe 1964, que, no imediato momento desse Golpe, acreditava que se tratava de um:

(...) movimento de salvação nacional visando combater a corrupção e toda sorte de desmando na área oficial e impedir que o comunismo tomasse conta do Brasil. Creio que toda a Hierarquia, salvo uma ou outra tímida exceção — e que houve —, sentiu um grande alívio com o triunfo da Revolução. (PEREIRA, 2012, p. 69) ¹⁰⁹

¹⁰⁶ Entrevista feita de agosto a dezembro de 2001 por Mauro Passos e Leonardo Lucas Pereira. In: PASSOS, Mauro. **Um profeta em movimento** — Dom José Maria Pires desatando nós. PASSOS, Mauro (Org.). Belo Horizonte: O Lutador, 2011, p. 39.

¹⁰⁷PASSOS, 2011, p. 39.

¹⁰⁸ PIRES, D. J. M. [Entrevista concedida a Mauro Passos e Leonardo Lucas Pereira]. In: PASSOS, Mauro (Org.). **Um profeta em movimento** — Dom José Maria Pires desatando nós. Belo Horizonte: O Lutador, 2011.

¹⁰⁹ PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **Em nome de Deus, dos Pobres e da Libertação: Ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPB, João Pessoa, 2012.

Tal afirmação revela a percepção de Dom José Maria Pires sobre o governo dos militares, ainda no bispado em Araçuaí. O então bispo de Araçuaí relatou¹¹⁰ que um padre de sua diocese, chamado Sebastião Gomes, estava sendo pressionado pelos militares por considerarem suas pregações subversivas. Dom José Maria Pires juntamente com o comandante do Exército General Guedes intercederam para que cessassem as acusações ao padre. Outra situação também ocorrida quando Dom José era bispo de Araçuaí foi a intimação para que o editor do jornal da diocese prestasse esclarecimento sobre suas publicações, que se mostravam contrárias aos posicionamentos dos militares. Referindo-se ao Golpe de 1964, Dom José escreveu:

“Isso aí é uma palhaçada”. Eu o chamei e disse: “Felipe, o que você escreve é o que muita gente pensa. Mas a gente não pode escrever isso, falar pode, porque estamos vivendo um regime de exceção. Em vista disso, ele teve que depor. Fui comunicado e exigi as condições: “Pode ser ouvido aqui na minha casa, e se eu não estiver, tem que ser com a presença do Vigário Geral. Então montaram um escritório na residência episcopal. Como eu não estava, o Monsenhor Clóvis, Vigário Geral, esteve presente todo o tempo. Houve esses lances com os militares. Mas fora disso, a gente não teve problemas sérios. (PIRES, 2011, p. 69)

Conforme relatado por Dom José, é significativo perceber que o lugar de poder que ele ocupava, enquanto bispo da Igreja Católica, permitia-lhe se movimentar dentro de um lugar distinto. Com isso, era possível exigir condições para que o redator, sob sua responsabilidade, pudesse responder ao interrogatório em um espaço estratégico onde fosse possível manter a segurança do interrogado.

A respeito disso, vale destacar o conceito apresentado por Certeau (2008)¹¹¹, sobre o poder da estratégia. A estratégia seria o “cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ambiente. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um *próprio*. Esse lugar próprio é capaz de “servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta”¹¹². O fato de ocupar um lugar de poder estratégico, como

p. 69.

¹¹⁰PIRES, 2011, p. 69.

¹¹¹CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2008.

¹¹² CERTEAU, 2008, p. 46.

bispo da Igreja Católica, permitiu a Dom José Maria Pires desenvolver encontros e atividades em meio aos trabalhadores do campo.

Realizando a leitura da documentação do arcebispo, especialmente sua correspondência¹¹³ referente ao período pós-anúncio da sua nomeação para a Arquidiocese da Paraíba no ano de 1965, é possível observar uma série de cartas que o parabenizaram pela nomeação e ressaltar seu posicionamento direcionado pelo Concílio Vaticano II. Essas cartas revelavam que a prática de Dom José, já no bispado em Araçuaí¹¹⁴ (1957-1966), tinha uma atuação ligada às causas sociais. Essas correspondências destacam, por exemplo, a participação do bispo em atividades que tinham a finalidade de “difundir os ensinamentos do Concílio Vaticano II”¹¹⁵.

Dom José Maria Pires costumava trocar cartas com seminaristas de Araçuaí que estavam estudando em Roma¹¹⁶. O conteúdo da carta revela que os seminaristas destacaram a atuação social de Dom José e ressaltaram que a presença do clérigo na Paraíba o permitiria ampliar sua atuação social através da prática pastoral. Ao mesmo tempo que comemoravam e parabenizaram Dom José pela nomeação para o arcebispado da Paraíba, um dos seminaristas afirmou a apreensão por saber da mudança do bispo de Araçuaí e pela possibilidade de mudança na prática pastoral até então desenvolvida por Dom José Maria Pires.

Na carta pode-se ler: “o povo já deve estar em prantos. Todos aqui querem saber quem vai substituir o Dom José. Os mineiros temem que os de direita apossam da nossa diocese onde até hoje esteve um bispo de grande valor e de progresso”.¹¹⁷ Os anseios do estudante revelam que Dom José desenvolveu, enquanto bispo da diocese de Araçuaí, um bispado compreendido como um trabalho de progresso. É possível que, ao se falar em progresso, o estudante esteja se referindo a um trabalho social que era representado como próprio dos chamados “clérigos progressistas”. Tal

¹¹³ C: f/4 (001-080) A1 p. 4. Fundo Chancelaria, Doc dos Bispos. Correspondência Pessoal. **ARQUIVO ECLESIASTICO Centro Cultural São Francisco.**

¹¹⁴ Alguns documentos apresentam duas grafias distintas para se referir à diocese, Araçuaí e Arassuaí.

¹¹⁵ DELGADO, J. M. [Correspondência]. Exmo. E Revmo. Irmão do Episcopado Paz no Senhor. Destinatário: Dom José Maria Pires. Roma, 20 nov. 1965. Carta ao arcebispo de Fortaleza. C: f/4 (001-080) A1 p. 4. *Arquivo eclesiástico do Centro Cultural São Francisco.*

¹¹⁶ JOÃO; EDMUNDO. [Correspondência]. Caríssimo Dom José, sua bênção. Destinatário: Dom José Maria Pires. Roma, 20 dez. 1965. Carta. C: f/4 (001-080) A1 p4. *Arquivo eclesiástico do Centro Cultural São Francisco.*

¹¹⁷ JOÃO; EDMUNDO. [Correspondência]. Caríssimo Dom José, sua bênção. Destinatário: Dom José Maria Pires. Roma, 20 dez. 1965. Carta. C: f/4 (001-080) A1 p4. *Arquivo eclesiástico do Centro Cultural São Francisco.*

perspectiva é ressaltada quando o estudante expõe seu temor pela possibilidade de que “os de direita” se apossem da diocese de Araçuaí.

As correspondências de Dom José Maria Pires, entre os meses de novembro e dezembro de 1965, apresentam pelo menos dois aspectos que sobressaem. Primeiro, evidenciam que a atuação de Dom José era direcionada pelo Vaticano II e que aquele possuía projetos e práticas sociais já presentes na sua atuação, no Estado de Minas Gerais e, particularmente, na diocese de Araçuaí. O segundo diz respeito à preocupação demonstrada nas correspondências quanto à possibilidade de que a saída de Dom José da diocese de Araçuaí estivesse vinculada a um possível perigo de que um clérigo da direita (assim como descrito nas cartas) fosse nomeado e modificasse as atividades até então desenvolvidas por Dom José.

Em contrapartida, através das correspondências de novembro e dezembro de 1965, podemos perceber que a nomeação de Dom José para a Arquidiocese da Paraíba enfatiza que sua atuação, direcionada pelo Vaticano II e nomeada de progressista, apontava a expectativa de que Dom José implementaria práticas sociais progressistas naquele Estado, no novo bispado. Tais posicionamentos encontraram, também, já no arcebispado na Paraíba, espaços de diálogos entre Dom José e alguns personagens.

Na correspondência entre Dom José Maria Pires e Onildo Lins de Albuquerque¹¹⁸, de 9 de agosto de 1966, este, que assina a correspondência como amigo de Dom José, destaca a sua surpresa ao ler o documento do Concílio II, enviado por Dom José Maria Pires. Ressalta que o referido documento não o decepcionou e, inclusive, excedeu todas as suas expectativas, tendo em vista a objetividade com que o documento trata de questões concretas da realidade humana. Na correspondência, Onildo diz se alegrar por perceber que:

A Igreja, voltando ao primitivo espírito do cristianismo apostólico, se redemocratiza, porque cristo continua a ser para muitos (mesmo a

¹¹⁸ Onildo Lins de Albuquerque se dizia comunista, embora não filiado ao Partido Comunista; ateu e astrônomo amador. Morava no bairro de Jaguaribe, em João Pessoa, e manteve uma estreita relação de amizade com Dom José Maria Pires, demonstrando, inclusive, admirar o trabalho social desenvolvido pelo bispo. Era funcionário público e trabalhava no Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). Esse serviço foi criado pelo governo de Getúlio Vargas, em 1940, e era composto por restaurantes e armazéns que vendiam comida e gêneros alimentícios a um baixo custo para os trabalhadores. Em 1967, no governo Castello Branco, esse órgão foi extinto. (Informações fornecidas à pesquisadora por Silvio Osias, filho de Onildo Lins de Albuquerque, em 17 de agosto de 2020.)

quem não aceita o mistério da Incarnação [*grafia original*]) (...) autêntico democrata, verdadeiro revolucionário, embora um místico.¹¹⁹

Contudo, no tocante ao Regime Militar, os conflitos referentes ao posicionamento da Igreja Católica no Nordeste consistiram em capítulos de grande acirramento já no primeiro ano da presença de Dom José Maria Pires na Paraíba, especialmente após o segundo semestre do ano de 1966, com a ocorrência da reunião de bispos do Nordeste II¹²⁰. De acordo com o Caderno da Memória e da Verdade (2015):

Em reunião realizada na Casa de Retiros, em Beberibe, no Recife, nos dias 12 a 14 de julho de 1966, os bispos da regional Nordeste emitiram uma Declaração da Comissão Episcopal do Nordeste II, sobre as condições do subdesenvolvimento da região, o que provocou uma reação agressiva dos militares, com repercussão na mídia local e a “interferência do IV Exército”.¹²¹

De acordo com o livro de Renato Torres Anacleto Rosa, *A Igreja Católica e o golpe civil-militar de 1964* (2014)¹²², o rompimento entre Dom Hélder e os militares se formalizou a partir de 1966, com a assinatura do referido bispo e de outros clérigos do Nordeste, incluindo Dom José Maria Pires, de um documento em defesa da declaração da Ação Católica Operária (ACO).

3.2 De Dom José Maria Pires à Dom Pelé e Dom Zumbi

Dom José Maria Pires foi o primeiro bispo negro no Brasil. Em alguns momentos, narrou as experiências que vivenciou em virtude de uma sociedade marcada pelo racismo. Em entrevista a Mauro Passos (2011), se recorda como foi vivenciar o sacerdócio, destacou que, em 1931, quando entrou no seminário compunham a turma cerca de 30 seminaristas, ressaltou que eram poucos aqueles

¹¹⁹ALBUQUERQUE, Onildo Lins de. **[Correspondência]**. [Sem título]. Remetente: Dom José Maria Pires. Carta. Jaguaribe — João Pessoa, 9 ago.1966. C: f/4 (001-080) A1 p. 4. Fundo Chancelaria, Doc dos Bispos. Correspondência Pessoal. *Arquivo Eclesiástico do Centro Cultural São Francisco*.

¹²⁰ O Nordeste II compreende os estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas.

¹²¹COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE. Cadernos da memória e verdade. v. 4. Recife: Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado de Pernambuco, 2015. p. 29.

¹²²ROSA, R. T. A. A Igreja Católica e o golpe civil-militar de 1964. In: XVI Encontro Regional de História, 2014, Rio de Janeiro. ANPUH, 2014.

que conseguiam se ordenar padres sendo negros. Essas relações, marcadas por um racismo estrutural, demarcavam falas e comportamentos permeadas por este. Quando em momentos de conflito ou discordância, destacou Dom José: “qualquer atitude discordando deles merecia o comentário: ‘Bem se vê que é um negro’. Sempre me recusei a pagar um preço por ser negro. Ao contrário, contestei, briguei e mantive com orgulho minha identidade”.¹²³

Durante seu sacerdócio, já depois de ser nomeado bispo, Dom José relembra a experiência que desencadeou o então apelido de Dom Pelé, nome pelo qual, inclusive, era costumeiramente conhecido e tratado cotidianamente. Ao rememorar tal experiência, narra:

A história de D. Pelé surgiu num encontro de bispos em Curitiba. Eu estava discutindo um problema com D. Vicente Távora, que nesse tempo era bispo de Aracajú, quando os bispos entraram numa sala. Nós dois, Távora e eu, ficamos ainda do lado de fora, discutindo e fomos os últimos a entrar na sala. Aí a turma logo aclamou: “Feola e Pelé”. Feola era D. Távora, gordão, pesadão; eu, magrinho, bastante jovem ainda – Pelé. Feola não pegou, mas Pelé a partir daí, se tornou quase internacional. Mesmo durante o Concílio Vaticano II as moças da portaria da casa em que eu estava, a *Domus Mariae*, só me chamavam ao telefone com o nome de Pelé: “D. Pelé è desiderato al telefono”. (PASSOS, 2011, p, 63)

A comparação realizada pelos bispos, narrada no episódio descrito por Dom José se refere a dois personagens do futebol brasileiro. Vicente Feola foi o então técnico da seleção brasileira de 1958, e, responsável pela convocação do então jovem jogador negro da seleção brasileira Edson Arantes, o Pelé. É significativo, destacar, na fala de Dom José, a comparação de dois jovens negros ocupando espaços de poder. No entanto, é simbólico, também, a narrativa do então Dom Pelé sobre esse apelido, ao destacar que, embora representasse o nome de um homem negro que conseguiu acessar um lugar importante de conquista e reconhecimento, segundo a compreensão do arcebispo, o jogador não representava um sujeito cujas falas fossem antissistema. Posteriormente, em contato com católicos da região do Quilombo dos Palmares Dom José recebeu o apelido de Dom Zumbi. Na compreensão do arcebispo sobre essas nomeações e suas representações simbólicas, destacou:

¹²³ PASSOS, 2011, p, 63.

O nome de Dom Zumbi não veio do Seminário. Foi-me dado na Serra da Barriga, sede do Quilombo dos Palmares em substituição a Dom Pelé e a razão foi porque Zumbi, mais do que Pelé, assumiu o compromisso com a causa da libertação dos negros. Na luta de hoje contra a discriminação, eu me devia inspirar não em Pelé, mas em Zumbi dos Palmares. Pelé deixou de ser uma expressão anti-sistema e Zumbi será sempre contra o sistema. É muito mais profético ter o nome de Zumbi do que o nome de Pelé. (PASSOS, 2011, p, 63)

O pesquisador Vanderlan Pereira (2012) destacou que, a partir da década de 1980, o arcebispo passou a realizar a Missa dos Quilombos de Palmares. A primeira celebração ocorreu na cidade do Recife, em novembro de 1981. Oliveira (2015)¹²⁴ em pesquisa sobre a missa dos quilombos recuperou como esse evento foi noticiado em matéria publicada no Jornal do Brasil:

Cerca de 6 mil pessoas assistiram ontem, na Praça do Carmo, à Missa dos Quilombos, celebrada pelo Arcebispo negro Dom José Maria Pires. Com a missa a Igreja se penitencia pelos séculos de omissão em relação às injustiças cometidas contra os negros. Dom Pedro Casaldáliga, autor do texto da missa, fez a apresentação da cerimônia, da qual participaram também Dom Hélder Câmara e dezenas de padres, afirmando: “Negros e brancos do Brasil e das américas (sic), queremos celebrar a ressurreição do povo negro, da sua liberdade, conquistada pela fuga e praticada nos quilombos. (OLIVEIRA, 2015, p. 51)

De acordo com os referidos autores, é possível destacar a significativa atuação social de Dom José Maria Pires, também, na luta dos povos negros. Destacamos o aspecto simbólico da realização das missas dos quilombos. As notícias veiculadas, destacavam, segundo Oliveira (2015) os objetos simbólicos utilizados pelo arcebispo, em 23 de novembro no Diário de Pernambuco foi veiculado o seguinte trecho da matéria sobre a missa dos quilombos:

o bispo de João Pessoa, na cerimônia, usava uma mitra e sobre a batina paramentos africanos.

A Missa dos Quilombos foi oficiada por dom José Maria Pires – auxiliado pelos bispos Pedro Casaldáliga, Marcelo Carvalheira, além do Arcebispo dom Hélder Câmara, e do bispo Victor, da Inglaterra –

¹²⁴ OLIVEIRA, Augusto Marcos Fagundes. **ÊXODOS E ENCRUZILHADAS DA MISSA DOS QUILOMBOS** – Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

em um palanque de 197 metros quadrados e com quatro patamares que variavam de 1,60 a 4,00 metros de altura.

A Missa dos Quilombos surgiu da ideia de dom Hélder Câmara e de dom Pedro Casaldáliga, quando da realização da Missa dos Índios, em Goiânia há dois anos. De acordo com os coordenadores, a celebração foi como um sinal de denúncia e de memória do ato brutal que marcou toda a história brasileira, quando o bandeirante Domingos Jorge Velho, em 1695, expôs a cabeça do Zumbi na Praça do Carmo.

Na cerimônia, apresentaram-se um grupo pernambucano de danças afro-brasileiras, um coral de 10 vozes e um conjunto musical, formado por 15 pessoas, de Minas Gerais, e amigos do cantor Milton Nascimento, que também cantou e musicou as 11 letras de autoria de Pedro Casaldáliga e Pedro Tierra, interpretado nos 90 minutos da missa. (Diário de Pernambuco, 23 de novembro de 1981 *apud* OLIVEIRA, 2015, p. 125)

É significativo identificar, portanto, a representação do arcebispo Dom José Maria Pires nas causas das questões negras. Embora o recorte temporal após a década de 1980, quando identificamos maior atuação do arcebispo nesses eventos, ultrapassem nosso recorte temporal, destacamos a importância de pontuar a sua participação em tais movimentos.

3.3 O manifesto de Beberibe: conflito e tensão entre religiosos e militares

No dia 14 de julho de 1966 foi lido, em reunião dos clérigos em Beberibe (município do Estado do Ceará), o manifesto dos bispos em apoio ao Documento da ACO. Após a leitura, assinaram o manifesto os seguintes bispos: Dom Hélder Câmara (Olinda e Recife); Dom José Maria Pires (João Pessoa); Dom Adelmo Machado (Maceió); Dom José Adelino (Garanhuns); Dom Manuel Pereira (Campina Grande); Dom Severino Mariano (Pesqueira); Dom Augusto Carvalho (Caruaru); Dom Antônio Campelo (Petrolina); Dom Manuel Lisboa (Nazaré da Mata); Dom Francisco A. Mesquita (Afogados da Ingazeira); Dom Francisco Xavier (Floresta); Dom Acácio Alves (Palmares); Dom José Lamartine Soares (Auxiliar de Dom Helder). Além desses, Dom Lamartine assinou em nome de Dom Gentil Diniz Barreto (Mossoró) e Dom José Adelino assinou em nome de Dom Nivaldo Monte (Natal)¹²⁵. O manifesto possui pouco mais de uma página e ressalta que, após tomarem conhecimento do manifesto da ACO, os bispos do Nordeste II (isto é, os bispos dos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte) reafirmavam sua solidariedade aos

¹²⁵ CÂMARA, Dom Helder. *et al.* O manifesto dos bispos do nordeste. In: CIRANO, M. **Os caminhos de Dom Helder: perseguições e censura (1964-1980)**. Recife: Guararapes, 1983. p. 20.

trabalhadores, especialmente àqueles que passavam fome, sofriam pressões e injustiças. Os bispos do Nordeste II apresentaram as seguintes questões:

Onde se desrespeita a pessoa humana, onde não se têm as vistas voltadas para o Bem Comum ou não se defende a igualdade essencial de todos os homens, **não existe desenvolvimento nem cristianismo**. (...) Conclamamos as autoridades e os homens de empresas a empregarem suas energias e seus recursos na criação de novas fontes de promoção social. Deploramos e condenamos todas as injustiças cometidas contra os trabalhadores, seja em questões salariais, seja nas pressões exercidas contra os órgãos de classe, seja nas inúmeras transgressões às leis trabalhistas e ao Estatuto da Terra. (...) Somente pela união de todos será possível a defesa dos interesses coletivos. Ao mesmo tempo, porém, lembramos a todos os trabalhadores que, defendendo seus direitos, não esqueçam, em nenhuma circunstância, seus deveres para com o trabalho e se esforcem para se tornarem sempre mais conscienciosos e eficientes na execução de suas tarefas profissionais. Reafirmamos enfim nossa confiança e nosso apoio às organizações de Ação Católica que atuam no meio operário. (CÂMARA, 1983, p. 19-20.)

Condenando as injustiças sociais cometidas contra os trabalhadores, desrespeitados nas suas condições de trabalho e de salários, os bispos fazem um chamamento pedindo união para a defesa dos interesses coletivos. Ao se referir ao cristianismo, os bispos destacaram a impossibilidade de sua existência sem que houvesse, na realidade histórica, a defesa da igualdade e da justiça. O documento destaca, também, a necessidade do apoio de empresários e autoridades para criar alternativas compatíveis com uma prática de promoção social. Chama-nos a atenção o fato de esse documento destacar o que chamaram de dever para com o trabalho, apesar de evidenciar todo apoio aos trabalhadores, às organizações de classe e à ACO.

Assim, mesmo apoiando os trabalhadores e se colocando ao lado deles e do documento da ACO (que fez duras críticas e denúncias contra as injustiças e as condições de trabalho no Nordeste), os bispos parecem condenar práticas como paralisações e greves, ressaltando a necessidade de os trabalhadores se “esforcem para se tornarem sempre mais conscienciosos e eficientes na execução de suas tarefas profissionais”¹²⁶.

Nesse sentido, é possível observar o manifesto como um posicionamento dos bispos, em defesa da organização e das reivindicações dos trabalhadores, por meio

¹²⁶ CÂMARA, 1983, p. 19-20.

das organizações de classe ou da própria ACO, assumindo, por outro lado, que não deveria haver, por exemplo, a paralisação do trabalho.

O documento reverberou na Imprensa de vários estados do país. No final de julho de 1966, o *Jornal do Brasil* publicou uma matéria com o seguinte título: *Bispos do Nordeste lançam Manifesto de solidariedade a trabalhadores da Região* (1966)¹²⁷. Ao longo de todo o mês de julho, outras matérias foram divulgadas: no *Jornal do Brasil*, em 30 de julho, foi publicada uma matéria cujo título foi: *Padre Hélder marca data para Bispos Nordestinos irem à TV explicar sua Ideologia*¹²⁸. No *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 30/31 de julho de 1966, foi divulgada a manchete *Bispos irritam Governo*¹²⁹. Só entre o final de julho e o mês de agosto, o *Jornal do Commercio* publicou cerca de 19 matérias que variaram entre acusações e respostas de Dom Hélder Câmara a respeito da publicação do manifesto dos bispos e dos conflitos ocorridos em detrimento da publicação do referido manifesto.

No dia 10 de agosto de 1966, o professor de Economia Política da UFPB, Celso de Paiva Leite¹³⁰, escreveu um artigo no *Jornal Correio da Paraíba* criticando o posicionamento dos bispos do Nordeste em apoio ao documento da ACO. Em resposta ao artigo, Dom José Maria Pires enviou a Celso de Paiva uma carta. O arcebispo frisou que leu com angústia o artigo de Celso de Paiva e que gostaria de esclarecer alguns aspectos sobre a reunião dos bispos, que ocorreu em Beberibe, e sobre o manifesto assinado por eles. Dom José destaca que tem a impressão de que existem pessoas interessadas em criar um clima de hostilidade entre os bispos e os militares, buscando elementos que possam opor os bispos “ao Governo e à Revolução”¹³¹. Ressalta, ainda, que a reunião não fez qualquer referência à situação

¹²⁷BISPOS DO NORDESTE LANÇAM MANIFESTO DE SOLIDARIEDADE A TRABALHADORES DA REGIÃO. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, jul. 1966. Disponível em: <http://www.pe-az.com.br/dh/1966.htm> Acesso em 19 out. 2019.

¹²⁸A RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 jul. 1966. Disponível em: <http://www.pe-az.com.br/dh/1966.htm> Acesso em 19 out. 2019.

¹²⁹A RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 30/31 jul. 1966. Disponível em: <http://www.pe-az.com.br/dh/1966.htm> Acesso em 19 out. 2019.

Artigo diz que militares do IV Exército, sediado no Recife, consideram perigoso o Manifesto dos Bispos do Nordeste, lançado dia 14 de julho de 1966, em Recife, porque o texto “condena a política salarial e intervenção nos sindicatos”. Disponível em: <http://www.pe-az.com.br/dh/1966.htm> Acesso: 19/10/ 2019.

¹³⁰Foi Professor de Economia Política da UFPB e exerceu cargos na Administração Pública Estadual e Federal como Juiz Auditor e Secretário-Geral do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba. Informações disponíveis em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/204853> Acesso: 22 out. 2019.

¹³¹PIRES, Dom José Maria. [Correspondência]. Meu caro amigo dr. Celso. Destinatário: Celso de Paiva Leite. João Pessoa, 10 ago. 1966. Carta. C: f/4 (001-080) A1 p4. Fundo Chancelaria, Doc dos Bispos. Correspondência Pessoal. Arquivo eclesiástico do Centro Cultural São Francisco.

nacional ou regional sob o aspecto político, militar ou revolucionário. De acordo com o arcebispo:

O manifesto é de 10 de março. Dois bispos ficaram encarregados de verificar se as denúncias, sobretudo a de n. 10, correspondiam à realidade dos fatos. Você verá que não são denúncias contra o governo ou contra a Revolução, mas contra alguns patrões (no caso do Manifesto da ACO) ou contra alguns proprietários de terras (no caso do Relatório) que estavam ou estão faltando à Justiça para com seus operários. O projeto de resposta foi lido (...) e recebeu aprovação unânime dos presentes, mas nenhum de nós pensava, Celso, que o documento pudesse ser interpretado como um libelo dos Bispos contra o Governo, contra os militares ou contra a Revolução. Foi a Imprensa do Recife, digo melhor, o JORNAL DO COMERCIO que criou esse fantasma. (...) No dia 24 saiu o 2º artigo com acusações muito graves. D. Helder se viu na obrigação de propor um encontro de bispos e jornalistas para debater acusações que não tinham fundamento. (...) Não lhe escrevo estas coisas com o intuito de me defender ou de defender os demais bispos do Regional Nordeste II, mas apenas com o desejo de confortar um católico sincero que se sentiu profundamente chocado com a atitude dos representantes de sua religião. (PIRES, 1966)¹³²

Na resposta de Dom José a Celso de Paiva Leite nota-se que há uma preocupação marcante por parte do arcebispo (não só dele, mas também de Dom Hélder Câmara, em suas respostas veiculadas na imprensa), para diminuir as possíveis tensões entre a Igreja Católica e os militares. Parte do conteúdo da correspondência ressalta que o Manifesto dos Bispos não fazia qualquer referência aos militares, destacando que seu objetivo se voltou, exclusivamente, ao levantamento de críticas ao posicionamento de alguns patrões e alguns proprietários de terra que faltavam com a justiça para com seus operários e trabalhadores. O conteúdo da correspondência se referia, ainda, à tomada de poder pelos militares como revolução.

Apesar de ser apontado como o primeiro episódio¹³³ de maior tensão entre bispos do Nordeste e militares, o teor das correspondências e das respostas publicadas nos jornais demonstra um tom de diálogo, e não de enfrentamento. Dom José trata o governo, por exemplo, como proveniente de uma revolução e destaca que as ideias que poderiam apontar qualquer crítica dos clérigos aos militares não passavam de fantasmas criados pela imprensa e por pessoas que, segundo as

¹³² PIRES, 1966.

¹³³ ROSA, 2014.

palavras do bispo, possuíam interesse em provocar um clima de tensão entre a Igreja e os militares.

Em retorno à carta de Dom José Maria Pires, Celso de Paiva Leite escreveu ao arcebispo no dia 14 de agosto, quatro dias após o envio da correspondência de Dom José, destacando, inicialmente, que “não teve o desejo de ofender ou de atribuir-lhe a condição de subversivo”¹³⁴, mas tinha o desejo de “desabafar, de mostrar que precisa haver maior controle de atitude de quem não deseja contribuir para que nossa pátria volte a viver um período de sofrimento, de desordem e de anarquia”¹³⁵. Sobre o manifesto dos bispos, afirma que “a declaração de Beberibe foi inoportuna e parcial”.¹³⁶

De acordo com Celso de Paiva Leite, o conteúdo do manifesto: “face a hora de incerteza e inquietação em que vivemos o que motivou os comentários do Jornal do Comércio que por sua vez gerou o incidente grave e sério”.¹³⁷ Paiva considerava o manifesto parcial, conforme afirmou em correspondência: “outros assuntos de importância constaram da agenda do encontro (seminário regional e seminários menores, atos recentes da Santa Sé), mas não merecem qualquer referência na declaração que pretendia traduzir um resumo do encontro”¹³⁸.

Para interlocutores como Celso de Paiva Leite, a atuação de bispos católicos denunciando a situação de injustiça de operários e trabalhadores rurais extrapolava o alcance da ação da Igreja. Ou seja, havia uma ideia defendida por alguns cristãos de que a Igreja deveria tratar apenas das questões espirituais. Este foi, de certo, um dos elementos de reflexão da Teologia da Libertação que mais renderam reflexões: apontar para os aspectos da atuação da Igreja na vida terrena, na realidade social dos cristãos, para além dos aspectos espirituais.

Outras questões foram apontadas por Celso de Paiva Leite como inaceitáveis, pois poderiam permitir, segundo suas palavras, a abertura para a “mancomunação com comunistas”.¹³⁹ Segundo Paiva, seria tarefa do cristão autêntico permanecer

¹³⁴ LEITE, Celso de Paiva. **[Correspondência]**. Destinatário: PIRES, D. J. M. João Pessoa, 14 ago. 1966. Carta. C: f/4 (001-080) A1 p. 4. Fundo Chancelaria, Doc dos Bispos. Correspondência Pessoal. *Arquivo eclesiástico do Centro Cultural São Francisco*.

¹³⁵ LEITE, 1966.

¹³⁶ LEITE, 1966.

¹³⁷ LEITE, 1966.

¹³⁸ LEITE, 1966.

¹³⁹ LEITE, 1966.

vigilante para que “a igreja não sirva de veículo de intenções impatrióticas” com a “comunização que se pregava e com a criação de falsos padres”¹⁴⁰.

Na correspondência de Celso de Paiva, enviado a Dom José Maria Pires, é possível identificar um discurso marcado pelo anticomunismo. Tal discurso foi amplamente utilizado pelos agentes políticos e sociais que arquitetaram o Golpe de 1964. Uma vez no poder, os militares continuaram a utilizar a campanha anticomunista como forma de justificar a repressão, a tortura e a perseguição. Esse discurso foi também utilizado como justificativa para legitimar a instituição dos Atos Institucionais a partir da Ideologia de Segurança Nacional. A construção desse discurso anticomunista, contudo, foi produzido em um período histórico anterior, sendo reatualizado em outros contextos históricos.

Cavalcante (2015), em sua pesquisa intitulada *O medo em cena: a ameaça comunista na ditadura militar (Caruaru, PE – 1960 – 1968)*¹⁴¹, localiza o processo de institucionalização do anticomunismo na ditadura varguista por meio da implementação de órgãos como a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo. Apesar de institucionalizada no governo varguista, a circulação do discurso anticomunista, de acordo com o referido autor, passou a circular pela imprensa desde a fundação do Partido Comunista, em 1922, e foi se ampliando significativamente até sua institucionalização em diferentes contextos.

Segundo Cavalcante (2015), durante o governo Dutra (1946-1947) a perseguição ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) acentuou-se de tal modo que o partido foi levado à ilegalidade. Para o autor, apesar das tentativas dos comunistas de adotarem estratégias com a escolha de outra nomenclatura (Partido Popular Progressista — PPP) com o intuito de conseguirem a autorização para funcionar na legalidade, o partido sofreu um novo ataque. Dessa vez, através do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que vetou o pedido do registro do partido. Durante o período seguinte, a perseguição aos comunistas foi ampliada, por meio da criação da Lei de Segurança Nacional, produzida nas redes políticas da Escola Superior de Guerra (ESG). A partir dessa lei, criada por meio da Lei n. 1.802 de 1953, em substituição à Lei n. 38 de abril

¹⁴⁰LEITE, 1966.

¹⁴¹CAVALCANTI, E. V. **O medo em cena: a ameaça comunista na ditadura militar (Caruaru, PE – 1960 – 1968)**. 2015. X. f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015, p. 107-108.

de 1935, instituiu-se um conjunto de normas que submetiam todos os cidadãos brasileiros a certas regras. De acordo com Cavalcante (2015):

Em 1953, a construção do ideário de segurança nacional — que justificava a necessidade e aplicabilidade da lei — foi em larga medida instituída por meio do discurso de ameaça e perigo que o comunismo representava, de acordo com as lentes políticas da ESG279. Nesse sentido o combate ao comunismo ganhava estatuto de missão oficial do Estado e não apenas do governo. Essa dimensão é bastante significativa, pois ela institucionalizava o anticomunismo por meio das leis que instituíam e direcionavam as práticas de combate ao comunismo. Nessa dinâmica se instrumentalizava a ameaça comunista como um dos elementos — senão o principal — usados na justificativa da criação e execução da política estatal de segurança nacional. (...) Dessa forma, a Lei de Segurança Nacional tornava missão do Estado e obrigação do governo o combate aos inimigos da nação — denominação associada, em larga medida, àqueles ligados às esquerdas no Brasil — e para tanto deveria ser posto em prática o cumprimento da lei. Por certo que a jurisprudência da LSN sofreu mudanças entre 1953 e 1964. Suas condições de execução no início da década de 1960 contaram com o discurso da necessidade de combater não apenas o Partido Comunista, que estava na ilegalidade. Outros segmentos sociais também passaram a ser vigiados e percebidos como ameaça política, como o PC do B (criado em 1962, decorrente da cisão do PCB), as Ligas Camponesas e os diversos sindicatos ligados às esquerdas, todos denominados, politicamente, de comunistas, como demonstra a historiografia especializada. (CAVALCANTI, 2015, p. 107-108)

Esses discursos anticomunistas permeavam as propagandas, a política e os jornais. Não foi diferente, pois, nos meios religiosos. A carta de Celso de Paiva Leite endereçada a Dom José Maria Pires revela traços significativos do olhar de Celso de Paiva em relação ao posicionamento dos bispos no manifesto de Beberibe, em 1966. Era preciso combater o perigo vermelho que estava tentando adentrar ao catolicismo por meio da criação de falsos padres e da comunização¹⁴² dos meios religiosos, segundo Celso de Paiva.

A repercussão do Manifesto dos Bispos se estendeu a outros setores na própria Igreja Católica. Em 8 de setembro de 1966, em carta circular ao episcopado, o bispo de Campos, Dom Antonio de Castro Mayer (1949-1981), escreveu aos sacerdotes católicos sobre sua preocupação com o ocorrido no Encontro dos Bispos do Nordeste II, em julho de 1966.

¹⁴² PAIVA, 1966.

A correspondência também foi recebida por Dom José Maria Pires. O bispo de Campos afirmou que a análise dos bispos do Nordeste, durante o encontro de Beberibe, fazia uma leitura, sob o ponto de vista econômico, que colocava em lados opostos “os que possuem e os pobres do Nordeste”¹⁴³. Para este bispo, tal leitura foi divulgada pela imprensa, fazendo crer que se tratava de um “protótipo da linguagem da Igreja na questão entre ricos e pobres”.¹⁴⁴ Dom Antonio de Castro Mayer trata, portanto, de ressaltar que o posicionamento dos bispos, em favor das reivindicações da ACO, não representava o posicionamento de toda a Igreja. O bispo ressalta sua preocupação quanto a possíveis divergências entre o clero e o governo e destaca seu alívio mediante aparente apaziguamento do ocorrido. Segundo Dom Antônio de Castro, a pacificação do ocorrido enfatizava:

[...] motivo para agradecermos a Deus — mediante uma atitude louvável do Governo, que deu todas as mostras do respeito em que tem a autonomia da Igreja, de sorte que não se realizou o que muitos temiam, que a questão do Nordeste originasse novamente o problema da independência da Igreja diante da incursão indébita de autoridades do Exército. (PAIVA, 1966)

A inquietação de Dom Antônio de Castro Mayer está associada, principalmente, ao perigo que um conflito com o Exército pudesse causar, no que se refere à autonomia da Igreja Católica no país. No entanto, ele não deixa de tecer elogios ao posicionamento assumido pelo Governo, pois considerou louvável o posicionamento de não interferir na instituição diante do ocorrido. O conteúdo da sua circular, dirigida ao episcopado, ressalta, especialmente, a preocupação da leitura feita pelos bispos do Nordeste em relação à oposição entre ricos e pobres. Dom Antônio destaca que, mesmo com a aparente tranquilidade após o ocorrido, “o problema doutrinário e pastoral permanece”.¹⁴⁵ O bispo de Campos solicita aos demais bispos que o tema seja amadurecido e pensado, pois trata-se de uma questão complexa.

Ao final da carta circular, Dom Antônio de Castro Mayer (ele era do mesmo grupo político do estadão) salientou que o conteúdo da correspondência se referia a algo reservado ao diálogo com os bispos sobre suas impressões em relação ao

¹⁴³MAYER, Antonio de Castro **[Correspondência]**. [Sem título]. Destinatário: Carta circular ao episcopado. Campos, 8 set. 1966. C: f/4 (001-080) A1 p. 4. Fundo Chancelaria, Doc dos Bispos. Correspondência Pessoal. *Arquivo eclesiástico do Centro Cultural São Francisco*.

¹⁴⁴MAYER, 1996.

¹⁴⁵ MAYER, 1996.

encontro de Beberibe. Contudo, aproximadamente um mês da circular, o Jornal *O Estado de S. Paulo*¹⁴⁶ publicou na íntegra a carta do bispo de Campos, cujo título e subitem eram, respectivamente, *Prelado faz reparos ao Manifesto e Proveitoso ao marxismo*.

A matéria veiculada no *O Estado de S. Paulo*, no dia 5 de outubro de 1966, trouxe, na íntegra, a carta circular do bispo de Campos, Dom Antônio de Castro Mayer. Para a divulgação da carta foi acrescentada uma pequena introdução destacando que a linguagem empregada pelos bispos do Nordeste, no manifesto, apresentava termos que, segundo a leitura do bispo de Campos, favoreciam a criação de uma mentalidade materialista e igualitária, assim como preconizava o socialismo marxista.

A matéria retoma, em sua introdução, trechos referentes à carta circular, destacando, inclusive, como subtítulo da matéria o termo “proveitoso ao marxismo”, alusivo à passagem em que o bispo de Campos ressalta que o manifesto dos bispos do Nordeste “não mostra nenhuma apreensão sobre o eventual proveito que os comunistas — sempre empenhados em insuflar a luta de classes — poderiam tirar de semelhante linguagem e omissão”¹⁴⁷. Dom Antônio de Castro demonstra desassossego com a linguagem utilizada pelos bispos do Nordeste, que poderia dar margem a interpretações que associassem os bispos a um vocabulário próximo ao marxismo, conforme foi destacado na introdução de uma matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. Em seguida, a carta circular do bispo de Campos foi apresentada na íntegra para os leitores do referido jornal.

Após a publicação da carta circular de Dom Antônio de Castro Mayer, pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, o bispo de Campos enviou aos bispos do Nordeste outra carta circular informando o ocorrido. Dom José Maria Pires recebeu uma cópia dessa carta, datada do dia 9 de outubro de 1966, na qual Dom Antônio de Castro afirma que a viu com surpresa, com considerações ao manifesto dos bispos do Nordeste, publicada na imprensa. O bispo de Campos destaca que suas observações foram publicadas sem a sua autorização e pede desculpas ao clero do Nordeste pela publicidade do conteúdo de sua correspondência.

¹⁴⁶. Prelado faz reparos ao Manifesto. Jornal *O Estado de S. Paulo*, quarta-feira, 5 de outubro de 1966, p. 6.

¹⁴⁷. Prelado faz reparos ao Manifesto. Jornal *O Estado de S. Paulo* quarta-feira, 5 de outubro de 1966, p. 6.

Sabemos que, em virtude de outros posicionamentos¹⁴⁸, o bispo de Campos era contrário ao envolvimento da Igreja com questões sociais, por exemplo, pois não as considerava próprias à missão da Igreja. O bispo ressaltava que o papel da instituição e dos seus sacerdotes deveria voltar-se, unicamente, às demandas espirituais. O conflito que perpassava o manifesto dos bispos do Nordeste foi, sem dúvida, um momento significativo para a atuação de Dom José Maria Pires na Paraíba, seja por se tratar de um acontecimento que se desenrolou ainda no primeiro ano do seu bispado na arquidiocese, seja pelas repercussões e conflitos que esse acontecimento gerou entre clérigos e militares e dentro da própria Igreja Católica.

De acordo com o referido arcebispo, apesar de ter vivenciado os primeiros conflitos com os militares na diocese de Araçuaí, ainda não havia sido marcada uma mudança substancial na sua postura pastoral. Para ele, essa mudança de postura se deu em virtude da experiência política que encontrou na Paraíba. Segundo o arcebispo:

A impressão primeira que tive foi muito chocante! Deixei o nordeste de Minas e fui para o nordeste do Brasil. No nordeste de Minas, praticamente, não havia nenhuma organização de povo, os fazendeiros faziam o que bem entendiam. Havia começado o sindicato dos trabalhadores rurais. Enquanto no Nordeste já havia uma experiência política bastante forte do povo, as Ligas Camponesas, massacradas pela ditadura militar, mas que estavam no coração do povo. (PIRES, 2011, p. 45.)

As ligas camponesas que emergiram no campo e tomaram força na década de 1950, inicialmente, em regiões rurais de Pernambuco¹⁴⁹, se expandiram também em outras regiões. Na Paraíba, de acordo com Pessoa (2015), as ligas camponesas se desenvolveram, notoriamente, em Sapé. Além de enfrentar a pressão dos latifundiários e políticos contrários ao movimento dos trabalhadores rurais, os agricultores que faziam parte das ligas camponesas na Paraíba foram presos e

¹⁴⁸ Dom Antônio de Castro Mayer foi, inclusive, um dos fundadores da associação civil denominada Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade. Além dele, o bispo de Diamantina Dom Geraldo Proença Sigaud e Plínio Correia de Oliveira fizeram parte da fundação dessa organização em 1960. Ver mais em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/sociedade-brasileira-de-defesa-da-tradicao-familia-e-propriedade> Acesso: 25/03/2022.

¹⁴⁹ “A primeira Liga Camponesa surgiu no Engenho Galileia, em 1955, sob o nome oficial de Sociedade de Agricultores, Plantadores e Pecuaristas Pernambucanos (SAPPP). Todavia, inicialmente, foram nomeadas pela imprensa de Ligas Camponesas numa tentativa de associá-las às antigas ligas comunistas da década de 1940, objetivando denegrir a imagem do movimento que acabara de surgir” (PESSOA, 2015, p. 40).

perseguidos com a instauração do Golpe Militar de 1964. Nomes como “Assis Lemos, Antônio Dantas, Ophélia Amorim, Elizabeth Teixeira, Nego Fuba e Pedro Fazendeiro”¹⁵⁰ foram os primeiros alvos do Regime Militar na Paraíba.

Quando Dom José Maria Pires chegou à Paraíba, as principais lideranças dos movimentos dos agricultores estavam presas, desaparecidas ou mortas. Contudo, grupos de trabalhadores ainda se organizavam e denunciavam a perseguição, o sequestro e as mais variadas formas de violências cometidas pelos latifundiários na região. Com o aumento da repressão aos sindicatos, partidos e trabalhadores, o lugar estratégico de poder ocupado por Dom José Maria Pires permitiu, conforme discorreremos mais adiante, oferecer espaços de organização possíveis entre os trabalhadores.

Ao assumir tal postura, Dom José Maria Pires passou a ser alvo dos serviços de informação e repressão da ditadura militar. Ao analisarmos a documentação do Serviço Nacional de Informação (SNI), encontramos informações sobre a atuação do arcebispo. Dentre a produção de informações os registros passaram a considerar a atuação de Dom José Maria Pires como subversiva e o arcebispo passou a ser vigiado de perto pelos agentes do SNI.

Analisar a documentação do SNI sobre Dom José Maria Pires pode revelar problemáticas importantes, que seguiremos ao longo desse trabalho, tais como: quais conflitos entre a Ditadura Militar e a Igreja Católica aparecem nesses documentos? De que forma os órgãos de segurança e informação e repressão se comportavam diante de um sujeito que ocupava um lugar estratégico de poder nos conflitos suscitados? Quais discursos esses órgãos construíram sobre a figura de Dom José Maria Pires?

¹⁵⁰PESSOA, V. G. **As ligas camponesas da Paraíba: história e memória**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015, p. 70.

4 A ATUAÇÃO DO SNI NA PARAÍBA: A PRODUÇÃO DO PERFIL SUBVERSIVO DE DOM JOSÉ MARIA PIRES

Em 10 de setembro de 1976, do gabinete central do Serviço Nacional de Informação (SNI) foi despachado o memorando de nº 2360/SI-GAB onde se pediu parecer sobre o arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, indicando que se houvesse dossiê mais completo este deveria ser anexado ao processo. Em resposta ao memorando foi anexado um dossiê montado pelo Ministério da Justiça (processo nº 066332) com informações sobre Dom José Maria Pires. Nas primeiras páginas do processo Jesuan de Paula Xavier, Assessor do Ministro da Justiça, descreveu, segundo suas palavras, uma síntese sobre as atividades subversivas do arcebispo da Paraíba¹⁵¹.

De acordo com as informações requeridas, a Agência Central do Serviço Nacional de Informação (AC/SNI) elabora algumas considerações quanto a atuação do arcebispo, destacando Dom José Maria Pires como “um dos mais atuantes integrantes da esquerda clerical”. O documento ressalta também a atuação do bispo auxiliar Dom Marcelo Pinto Carvalheira evidenciando que este esteve preso durante 50 dias em 1969 sob a acusação de envolvimento nas atividades da Ação Libertadora Nacional, ALN, considerada pelo SNI como organização terrorista. O referido dossiê é composto por 135 páginas que trazem como anexos o processo nº 066.332/76 – MJ e o Extrato de Prontuário de Dom José Maria Pires. As informações são correspondentes aos anos de 1966-1976.

Neste capítulo, analisaremos a produção de informações sobre Dom José Maria Pires através do SNI. Este era o órgão central do Sistema Nacional de Informação SISNI, Sistema Nacional de Informação, que integrava, além do SNI, os Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Cíveis, os Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares e os Subsistema de Informações Estratégicas Militares (SUSIEM) e demais órgãos setoriais¹⁵².

O dossiê sobre Dom José Maria Pires reuniu documentos a partir de 1966, quando este já havia assumido o cargo de arcebispo na Paraíba. Como era de praxe

¹⁵¹ Dossiê D. José Maria Pires – Arcebispo da Paraíba. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação (páginas 1-135), p. 2.

¹⁵² FICO, Carlos. **Como eles agiam** - Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política – Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 80-81.

e como se destaca no próprio documento, o memorando de nº 2360/SI-GAB solicitava informações e anexos de registros sobre o arcebispo, destacando a necessidade de colher informações completas e adicionais de todos os registros existentes na Agência Central. O conteúdo das informações e os direcionamentos propostos, conforme destacou Carlos Fico (2001) demonstrava que o SISNI não era uma estrutura voltada unicamente “para o recolhimento de informações capazes de subsidiar a tomada de decisões das autoridades brasileiras. Era, antes de tudo, um sistema de espionagem e inculpação”¹⁵³. Assim, partia-se da inferência de que todos poderiam ser potenciais suspeitos de subversão.

Neste sentido, o funcionamento do Sistema Nacional de Informação e seus agentes consideravam o mínimo indício como um sinal de perigo. Carlos Fico (2001) nomeia como reiteração essa prática. De acordo com o autor:

A reiteração era a principal técnica de inculpação da comunidade de informações. Consistia em lançar uma primeira dúvida, baseada em indícios aparentemente insignificantes, que, posteriormente (mesmo anos depois), poderia ser usada como dado desabonador da vida pretérita de alguém. (FICO, 2001, p, 101)

Nas anotações do prontuário de Dom José Maria Pires, no ano de 1966, consta a presença de Dom Helder Câmara na cerimônia de posse. É possível que, pela atuação do arcebispo de Olinda e Recife, sua presença no ato de posse do arcebispo da Paraíba tenha funcionado como indício de subversão anotado no prontuário de Dom José. Apesar da referência da presença de Dom Helder na cerimônia, outras informações sobre o acontecimento não foram anotadas no prontuário.

A produção de perfis considerados subversivos através da inculpação pode ser observada, em relação a Dom José Maria Pires, através da elaboração da informação Nº 886/19/AC/75 de 26 de dezembro de 1975. O documento toma como base a informação Nº 1437 B-E/2, elaborada pelo IV Exército e originária da 7ª RM¹⁵⁴. Na informação pode-se ler o seguinte:

¹⁵³ FICO, Carlos. **Como eles agiam** - Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política – Rio de Janeiro: Record, 2001, p, 100.

¹⁵⁴ O IV Exército é o Comando Militar do Nordeste e fica localizado na cidade de Recife (PE). São parte do IV Exército as 3 Regiões Militares, sendo elas a 6ª Região Militar (Salvador), a 7ª Região Militar (Recife) e 10ª Região Militar (Fortaleza). Além das três Regiões Militares, faz parte do IV Exército a 7ª Brigada de Infantaria Motorizada (Natal) e 10ª Brigada de Infantaria Motorizada (Recife), o 1º Grupamento de Engenharia (João Pessoa).

1. Dom JOSÉ MARIA PIRES, vulgo “Dom PELÉ”, tem ultimamente desenvolvido um trabalho de intensa pregação em sua área de jurisdição, promovendo reuniões com jovens, nas quais vem explorando as diferenças sociais, problemas de salário, fome e aspectos positivos do comunismo.
2. Em reunião promovida na cidade de ARAÇAGI/PB, em 14 de Set 75, presentes cerca de 100 pessoas, Dom JOSÉ proferiu palestra abordando os seguintes tópicos: - “Povo Jovem de Araçagi, a fome não é só aqui onde constatei a miséria reinante, mas sim em todo o BRASIL de Norte a Sul”; - “O comunismo tem que vir para acabar com essa fome, ele não oferece liberdade, mas ninguém passa fome”; “(...) o povo tem que se unir e explodir de uma só vez para acabar com a miséria”; (...) “Esta semana recebi uma carta de um amigo meu de BUDAPESTE e ele dizia-me que lá não existe liberdade, mas também não existe fome, e que na ROMÊNIA o salário mínimo é de CR\$ 2.500 (...) Lá não existe gente com carrões e duas ou três casas na praia, como existe aqui no BRASIL, lá o nível de vida de todos é igual”; (...) “A missão de vocês, jovens, é lutar no meio do povo pra mudar e ver se o comunismo vem logo.” (...) -Ao terminar a reunião, todos os jovens diziam: “É turma, só o comunismo dá jeito misso”.¹⁵⁵

A informação destaca os pontos que o agente produziu sobre a fala de Dom José Maria Pires. Vale destacar que algumas frases foram sublinhadas no documento, certamente, para dar destaque ao seu conteúdo. Chamou-me a atenção o que foi escrito pelo agente em alguns trechos específicos, tais como: “O comunismo tem que vir para acabar com essa fome, ele não oferece liberdade, mas ninguém passa fome”. A linguagem apresenta uma comparação simplista sobre a análise do comunismo, “ele não oferece liberdade, mas ninguém passa fome”. É provável que não tenha sido essa a frase dita pelo arcebispo, mas, ao grafá-la dessa forma a informação revela como a linguagem utilizada pelos agentes de informação resgatavam das falas dos indivíduos vigiados elementos que pudessem confirmar, para os serviços de repressão, a subversão. Da mesma forma, os trechos sublinhados dão ênfase aos trechos considerados provas da subversão.

A forma como os agentes do SNI direcionava as narrativas como forma de culpabilizar os acusados de subversão era uma prática comum e que se realizava de diferentes formas. O historiador Antonio Torres Montenegro em artigo intitulado

¹⁵⁵ Informação Nº886/19/AC/75, sobre Dom José Maria Pires – BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação (páginas 1-7), p, 2-3.

Comblin: historiografia, história oral e memória (2021)¹⁵⁶ detalha como uma carta, do padre belga Comblin, apreendida pelos agentes de informação, acabou se tornando prova de subversão. A carta redigida por Comblin e enviada para o bispo auxiliar de Fortaleza para ser entregue a Dom Frágoso foi apreendida pelos agentes. Comblin, acusado de comunista foi interrogado sobre o conteúdo da carta. Segundo o relato oral de Comblin, o coronel responsável pelo interrogatório afirmou que a carta era a prova do seu envolvimento com o comunismo, pois, em determinado trecho o padre belga havia escrito “as bases”, coisa que, para o coronel, era considerado comunista. De acordo com Antonio Torres Montenegro:

A experiência do interrogatório, contada com o tropo linguístico da ironia, reproduz procedimentos policiais e militares no sentido de confirmar culpabilidades definidas como verdades evidentes. Centenas de entrevistas de homens e mulheres que foram alvo de interrogatórios policiais e militares registram idênticos procedimentos aos dos agentes dos órgãos do Estado. (MONTENEGRO, 2021, p. 497)

A culpabilidade previamente definida era, pois, um modo de agir próprio da lógica da Ideologia de Segurança Nacional e dos seus órgãos informação e repressão. Nesse aspecto o referido autor destacou como os interrogatórios funcionavam como tribunais que já estabeleciam a culpa dos acusados a partir de indícios, por vezes, construídos a partir de cartas, pronunciamentos, textos que eram distorcidos para falsear um perfil subversivo. Assim, nos documentos escritos sobre o arcebispo Dom José Maria Pires, estes elementos também estiveram presentes através da produção de informação dos agentes.

A classificação da informação contém uma tabela que compõe a especificação da produção. Assim, a informação de Nº 1437 foi identificada como B-E/2. De acordo com Carlos Fico (2001) as informações eram classificadas de acordo com quem prestava a informação. A fonte da informação recebia uma denominação que variavam entre “A” a “F” e com notas de 1 a 6 de acordo com o que consideravam confiável e fidedigno. Desse modo, “uma informação tida como verdadeira e oriunda de fonte altamente confiável recebia a classificação “A1”¹⁵⁷. A informação Nº 1437 B-

¹⁵⁶ MONTENEGRO, Antonio Torres. **Comblin: historiografia, história oral e memória** - Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol 34, nº 74, p.492-511, Setembro-Dezembro 2021.

¹⁵⁷ FICO, Carlos. **Como eles agiam** - Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política – Rio de Janeiro: Record, 2001, p, 95.

E/2, sobre Dom José Maria Pires, elaborada pelo IV Exército e originária da 7ª RM, foi classificada como fonte aparentemente fidedigna, mas não chegou a receber a classificação mais alta, e sua confiabilidade recebeu a nomeação 2 na escala pré-definida. A fidedignidade e confiabilidade correspondiam a lógica da Lei de Segurança Nacional e ao *modos operandi* dos órgãos de vigilância e informações, que funcionavam dentro de uma lógica de inculpação. Esta, segundo o historiador Carlos Fico (2001) partia da lógica de que “ninguém estava totalmente imune ao comunismo, à subversão ou à corrupção.”¹⁵⁸

Sobre a atuação do SNI na Paraíba a historiadora Olga Larissa Veiga Ferreira (2020)¹⁵⁹ analisou a Igreja Católica e os movimentos sociais no campo entre os anos de 1975-1985. Para tanto, a autora estudou a estrutura do Sistema Nacional de Informações na Paraíba. A partir dessa estrutura, localizou o papel da Igreja Católica da Paraíba no contexto do regime militar e da repressão. Para esta autora Dom José Maria Pires se constituiu, enquanto religioso da Igreja Católica, como um intelectual orgânico junto a sociedade civil organizada. Segundo a autora, a atuação do arcebispo como intelectual orgânico refletia a origem de classe de Dom José Maria Pires.

Nossa pesquisa, pretende destacar que o lugar de poder ocupado por Dom José Maria Pires enquanto bispo lhe permitiu criar espaços de práticas de auxílio jurídico para os trabalhadores como, por exemplo, com a criação da Equipe de Promoção Humana (1971) e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos (1976). É importante salientar que os cidadãos que se opuseram de alguma forma contra o regime militar e atuaram em atividades sociais tiveram tratamentos diversos em relação aos serviços de vigilância e repressão. Neste sentido, os lugares estratégicos de poder podiam favorecer manobras dentro da estrutura de vigilância, facilitando ou dificultando suas ações. Percorreremos, assim, o conteúdo da produção de informação sobre o arcebispo destacando sua atuação e como a repressão agiu sobre ele.

O prontuário nº 55, que faz parte do dossiê, foi elaborado por meio da AESI (Assessoria Especial de Segurança da Informação da UFPB) como um dossiê sobre o arcebispo Dom José Maria Pires. De acordo com Carlos Fico (2001) as Assessorias

¹⁵⁸ FICO, 2001, p, 100.

¹⁵⁹ FERREIRA, Olga Larissa Veiga. **“Onde termina a justiça social e começa a subversão? Igreja Católica progressista e movimentos sociais no campo sob a vigilância do SNI na Paraíba (1975-1985)”** – Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPB, João Pessoa, 2020.

Especiais de Segurança da Informação ou Assessoria de Segurança e Informação (ASI) foram órgãos instalados dentro de cada setor considerado importante da administração pública, estes, por sua vez, estavam ligados ao órgão central de informação de um ministério civil através da sua Divisão de Segurança da Informação (DSI).

O documento anteriormente citado inicia com informações proveniente do mês de março do ano de 1966. Ou seja, no mês e ano da nomeação do arcebispo na Paraíba. As informações decorridas ao longo do mês de março descrevem dados da sua biografia, trechos retirados de uma publicação do jornal *O Norte* datada do dia 24 do referido mês. Também foram feitas referências a solenidade de posse do arcebispo, destacando a presença de Dom Helder Câmara na cerimônia de posse e os dias seguintes em que Dom José fez as visitas oficiais as autoridades federais e estaduais, inclusive, comparecendo ao Quartel General do 1º Gpt Eng - Grupamento de Engenharia no dia 29 de março.

No dia 29 de março quando esteve presente na Assembleia Legislativa da Paraíba, o arcebispo proferiu discurso que foi destacado pelo 1º Gpt Eng pelo seguinte trecho:

O homem do povo ainda não entendeu porque lhe negam o direito de escolher diretamente seus governantes, porque não se reconhece ao analfabeto o direito do voto, porque não é mais permitido aos cidadãos se agruparem em pequenos partidos políticos... ; Permitir a existência apenas dos grandes partidos não seria sufocar a liberdade política desde que os pequenos partidos não constituem uma ameaça à segurança nacional ou ao bem da sociedade?¹⁶⁰

A fala de Dom José fazia referência ao fato de que em fevereiro daquele ano foi promulgado o Ato Institucional nº 3 que instituiu, entre outras coisas, sobre a realização de eleições indireta para governadores e vice-governadores. A partir do AI 3 governadores e vice eram eleitos por votação nominal dos deputados estaduais na Assembleia Legislativa. Os prefeitos municipais das capitais eram nomeados, por sua vez, pelo governador desde que o nome para o cargo tenha tido previamente a anuência da Assembleia Legislativa.¹⁶¹

¹⁶⁰ Dossiê D. José Maria Pires – Arcebispo da Paraíba. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação (páginas 1-135), p, 75.

¹⁶¹ Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-03-66.htm Acesso: 30/03/2021.

Além da crítica as eleições indiretas, o arcebispo questiona o fato de não se permitir aos analfabetos o direito ao voto¹⁶² e a existência de outros partidos políticos. Desde a publicação do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, em seu Artigo 18 foram extintos os partidos políticos e cancelados seus registros, estabelecendo-se, a partir de então, um sistema bipartidarista com a criação e permanência de dois partidos, a Arena e o MDB¹⁶³. As críticas realizadas por Dom José Maria Pires no pronunciamento na Assembleia Legislativas foram anotadas no prontuário de registro do arcebispo da Paraíba. Contudo, seu registro, apesar de ser um indício de desagrado por parte dos órgãos de informação dos militares, não tiveram maiores repercussões.

Logo após um mês da chegada de Dom José Maria Pires a Paraíba, isto é, no mês de abril de 1966 foi comemorado, pelos militares, o que estes chamavam de aniversário da revolução, isto é, a data do segundo ano do golpe militar de 1964. Faziam parte dos eventos organizados pelos militares a realização de celebrações católicas pela passagem da data. Na ocasião, Dom José Maria Pires realizou a celebração no dia 1º de abril de 1966 na Igreja do Rosário. As falas do arcebispo durante a homilia, no entanto, desagradaram a alguns militares presentes. No prontuário do arcebispo, pela ocasião do evento, foi anotado:

No sermão feito por D. José Maria Pires, durante a missa mandada celebrar em comemoração ao 2º aniversário da revolução de 31 de Mar 64, estando presente autoridades militares da Guarnição, Gov do Estado e outras autoridades civis, declarou: - Reconhecia os méritos da Revolução e sua necessidade; - Ser anticomunista, atacando o regime que vigorava antes de 31 de Mar 64; - Que a Revolução muito fez, porém ainda existiam certas falhas a corrigir tais como: Clima e intranquilidade reinante com as cassações, atos institucionais e complementares; o aumento corrente do custo de vida; Que se concretizasse a realização da reforma agrária, porque o trabalhador rural estava sem segurança, meios, assistência, educação, etc; Instabilidade dos trabalhadores face aos estudos que estão sendo realizados.¹⁶⁴

¹⁶² O AI 3 assim se referia as eleições dos municípios fora das capitais: “§ 1º - Os Prefeitos dos demais Municípios serão eleitos por voto direto e maioria simples”. Os analfabetos, contudo, que eram uma parcela significativa da população, não tinham acesso ao voto.

¹⁶³ Ato Institucional nº 2, de 27 de fevereiro de 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm Acesso: 30/03/2021.

¹⁶⁴ Dossiê D. José Maria Pires – Arcebispo da Paraíba. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação (páginas 1-135), p, 76.

Os agentes da AESI anotaram pontos que consideravam de desagrado como a fala do arcebispo em relação a situação dos trabalhadores rurais, as inseguranças sociais e políticas em detrimento do custo de vida, a desigualdade social e as perseguições políticas representadas pelos Atos Institucionais, e as cassações decorrentes destes. No entanto, não deixou de destacar, o arcebispo, que reconhecia importância no que chamou de revolução de 1964 e se disse contrário ao governo anterior ao golpe. A fala de Dom José parece ainda em consonância com o posicionamento que este teve no imediato pós-golpe ao celebrar, quando ainda era bispo em Araçuaí-MG, a tomada de poder pelos militares.

Apesar de destacar, em sua fala, que reconhecia “os méritos da Revolução e suas necessidades”¹⁶⁵, os comentários do arcebispo sobre a situação dos trabalhadores rurais fez com que os agentes da AESI notassem que se tratava de uma fala inoportuna, considerando o local e ocasião em que foram ditas, e destacaram na fala do bispo “a incompreensão da complexidade dos problemas brasileiros (cópia do sermão em 0-003/66- F1 65)”¹⁶⁶. Após os conflitos pela sua pregação, o arcebispo foi convocado pelo comandante General Euler Bentes Monteiro¹⁶⁷ para prestar esclarecimentos.

Após cinco dias, isto é, no dia 6 de abril, o arcebispo se dirigiu ao 1º grupamento de Engenharia e declarou que “teve a melhor das intenções quando de sua pregação, ao celebrar a missa comemorativa do 2º aniversário da revolução de 31 Mar 64”¹⁶⁸. O documento destaca que Dom José Maria Pires declarou da “necessidade do entendimento, ligação e esforço convergente das autoridades federais e igreja tendo em vista, além de outros objetivos, a tranquilidade da população e paz social”.¹⁶⁹

¹⁶⁵ Dossiê D. José Maria Pires – Arcebispo da Paraíba. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação (páginas 1-135), p, 76.

¹⁶⁶ Dossiê D. José Maria Pires – Arcebispo da Paraíba. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação (páginas 1-135), p, 76.

¹⁶⁷ O General Euler Bentes Monteiro foi nomeado comandante do 1º Grupamento de Engenharia do IV Exército em junho de 1965, ocupando a vaga que anteriormente era do comando do General Artur Duarte Candal Fonseca. Ver mais em: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/acm/audiovisual/cerimonia-de-passagem-do-comando-do-1-grupamento-de-engenharia-do-iv-exercito-do-general-artur-duarte-candal-fonseca-para-o-general-euler-bentes-m> Acesso: 02/12/2021

¹⁶⁸ Dossiê D. José Maria Pires – Arcebispo da Paraíba. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação (páginas 1-135), p, 76.

¹⁶⁹ Dossiê D. José Maria Pires – Arcebispo da Paraíba. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação (páginas 1-135), p, 76.

Em 1967 a Assembleia Legislativa da Paraíba concedeu a Dom José Maria Pires o título de Cidadão Paraibano¹⁷⁰, contudo, a cerimônia de outorga foi condicionada a leitura prévia do discurso que o arcebispo iria ler na ocasião. Sobre a concessão do título os agentes do SNI anotaram na ficha do arcebispo, a partir de um trecho de reportagem do Jornal *Correio da Paraíba*, a informação de que no dia 30 de novembro de 1967 “O deputado Estadual Francisco Souto apresentou um projeto de Lei, que foi aprovado pela Assembléia Legislativa da Paraíba, concedendo o título de CIDADÃO PARAIBANO ao arcebispo D. José Maria Pires”¹⁷¹

A solenidade de concessão do título de Cidadão Paraibano ocorreria desde que a exposição oral que seria feita por Dom José fosse aprovada. A censura prévia fez com que Dom José Maria Pires se negasse a aceitar as condições impostas para o recebimento do título. O discurso escrito pelo arcebispo para a ocasião destacava a necessidade de comprometimento da Igreja com as realidades temporais, ressaltando que o “que vem depois do tempo é decidido no tempo”¹⁷². A reflexão do arcebispo reforça a compreensão de que é a realidade temporal, portanto, histórica, e as práticas de homens e mulheres que conduzem a eternidade.

No decorrer dos escritos que Dom José escreveu para ser lido na cerimônia de posse do título de cidadão paraibano (que não ocorreu em virtude da censura sofrida), o arcebispo se posiciona em relação a aproximação de clérigos católicos com a esquerda. No decorrer do discurso escrito o arcebispo ressalta:

A Igreja crê que nenhuma realidade humana é tão satânica que nada de bom se possa salvar nela. E por não querer entender isso, é que muita gente se escandaliza ao ouvir de bispos elogios a aspectos positivos de realidades socialistas, seja em Cuba, China ou Moscou. A Igreja crê que nenhuma realidade humana é tão divina que nada de mau se possa apontar nela. (...) Só resta uma opção a Igreja: ser universal e particular ao mesmo tempo. Assumir todos os homens,

170 No dia 18 de novembro de 2019 a Assembleia Legislativa da Paraíba, por meio da proposta do então presidente da Assembleia Adriano Galdino (PSB), realizou cerimônia de concessão do título de Cidadão Paraibano *post mortem* a Dom José Maria Pires. Na ocasião o discurso que Dom José Maria não pôde ler foi apresentado em plenária, pelo amigo do arcebispo, o jornalista Silvio Osias. **O discurso que Dom José Maria Pires se negou a submeter à censura, na Paraíba.** 19 de novembro de 2019 – 1 vídeo (14:28 minutos) Publicado pelo Canal Wellington Farias. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YpPU4Cn7_LI Acesso: 19/08/2020.

171 Dossiê D. José Maria Pires – Arcebispo da Paraíba. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação (páginas 1-135), p, 81.

172 Discurso de Dom José Maria Pires lido pelo jornalista Silvio Osias na cerimônia de concessão do título de Cidadão Paraibano *post mortem* a Dom José Maria Pires. [transcrição do vídeo] **O discurso que Dom José Maria Pires se negou a submeter à censura, na Paraíba.** 19 de novembro de 2019 – 1 vídeo (14:28 minutos) Publicado pelo Canal Wellington Farias. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YpPU4Cn7_LI Acesso: 19/08/2020.

assumindo cada homem: o capitalista e o comunista, o patrão e o operário, o rico e o povo. (...) Se, entretanto, nos afastássemos um instante das realidades concretas, dos homens que a dirigem, dos atos humanos, sempre falhos porque humanos, e nos ativéssemos a uma pouca conceituação do que seja direita e esquerda, talvez se ativéssemos pudesse dizer que a esquerda se aproxima mais do Evangelho. Repito – porque é melhor mil repetições do que uma ambiguidade – não falo de regimes vigentes, de realidades sociais ou políticas: falo de conceitos. A ideologia da direita se exprime com preocupação de promover alguns, privilegiar alguns, dar a alguns acesso às conquistas da humanidade. Em um segundo momento pensa no resto da humanidade para o qual procura dispensar gestos de compaixão e desejos de promoção humana, contanto que não fira seus privilégios, suas situações criadas. (...) Em teoria, a esquerda se apresenta como aquela tendência de pensar não apenas em alguns, mas no Homem. Não deseja a promoção de alguns, mas de todos. (...) E quando sua preferência se afirma pelos pobres – é esta uma nota do Evangelho – não é por desejar aos ricos uma condição infra-humana, é por desejar a todos os bens que ainda faltam a tantos.(PIRES, 2019)¹⁷³

Dom José destacou em seu discurso que conceitualmente, isto é, o que define enquanto teoria a esquerda e a direita, faz com que, em sua análise, a teoria da esquerda se aproxime mais do Evangelho. De acordo com essa reflexão, o arcebispo enfatiza que a concepção de promoção humana e a opção pelos pobres são vínculos comuns da teoria da esquerda e o evangelho cristão. Para o arcebispo, a concepção teórica que sustenta a ideologia de direita se respalda pela defesa dos privilégios de poucos em detrimento da promoção de todos. Em outro trecho do discurso preparado para o recebimento do título, Dom José destacou os problemas socioeconômicos e políticos, assim, descreveu:

Representante desses ideais evangélicos, vim eu, mineiro, para a Paraíba, e me torno, oficialmente, paraibano – sinal de que o Bispo deveria mesmo pensar no particular, em nossa terra, em nossos problemas. Aqui enxerguei desde o início a luta contra dois determinismos: um geográfico, outro histórico. No determinismo geográfico, no sentido mais lato, incluo o fenômeno das secas, a precariedade da agricultura, a falta da indústria, tudo o que condiciona o subdesenvolvimento. E, para que o mal não esteja apenas na terra, para lembrar o joio dentro do homem, penso nos que, em tempos não muito remotos, fizeram a indústria da seca, deixando a Paraíba mais subdesenvolvida. Penso no latifúndio improdutivo ou mal explorado.

¹⁷³ Discurso de Dom José Maria Pires lido pelo jornalista Silvio Osias na cerimônia de concessão do título de Cidadão Paraibano *post mortem* a Dom José Maria Pires. [transcrição do vídeo] **O discurso que Dom José Maria Pires se negou a submeter à censura, na Paraíba**. 19 de novembro de 2019 – 1 vídeo (14:28 minutos) Publicado pelo Canal Wellington Farias. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YpPU4Cn7_LI Acesso: 19/08/2020.

Penso na condição de miséria a que se reduziu o camponês e no pouco de indústria que temos. Penso na insegurança do trabalhador na hora atual. Para superar os condicionamentos geográficos, era preciso a boa vontade. Aqui encontrou seu lugar a voz do Evangelho. E para anunciá-lo a respeito dessas realidades, fui me fazendo cada vez mais paraibano. Como sinal dos tempos e resposta a esses males, surge, no plano histórico, a Sudene. Surge, nos anseios coletivos, a sede do desenvolvimento.¹⁷⁴

A temática da pobreza emergiu de forma significativa durante a realização do Concílio Vaticano II (1962-1965). Contudo, tal temática apareceu de forma mais patente no documento da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín (1968). Neste sentido, é possível dizer que o texto escrito por Dom José Maria Pires reflete a doutrina social da Igreja e sua emergência durante o Concílio Vaticano II, do qual, o arcebispo foi bispo conciliar, mas, também, enfatiza questões aprofundadas posteriormente, em 1968 durante a realização da Conferência de Medellín.

Na introdução do documento final de Medellín, é possível identificar um apelo às mudanças sociais na América Latina. Para esses bispos, reunidos na II Conferência Episcopal, “o verdadeiro desenvolvimento, que é, para um e para todos, a passagem de condições de vida menos humanas para condições mais humanas”¹⁷⁵, elegendo as condições de vida menos humanas como as estruturas opressoras, através dos abusos de poderes, explorações dos trabalhadores, a miséria etc, devem dar lugar a posse do necessário a uma vida digna, a cooperação do bem comum, ampliação do conhecimento, aquisição da cultura. Salientamos no posicionamento de Medellín que há um forte apelo para que a Igreja e seus membros não se limitem às reflexões teológicas, ainda que importantes. A *práxis*, antes de tudo, era o meio eficaz para combater as injustiças sociais, o documento ressalta: “Não basta, certamente, refletir, conseguir mais clarividência e falar. É necessário agir. A hora atual não deixou

¹⁷⁴ **discurso que Dom José Maria Pires se negou a submeter à censura, na Paraíba.** 19 de novembro de 2019 – 1 vídeo (14:28 minutos) Publicado pelo Canal Wellington Farias. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YpPU4Cn7_LI Acesso: 19/08/2020.

¹⁷⁵ **CONCLUSÕES DA II CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO** - Medellín, Colômbia 1968, p, 12.

de ser a hora da <palavra>, mas já se tornou, com dramática urgência, a hora da ação”¹⁷⁶

As temáticas do Concílio Vaticano II estavam em consonância com as discussões que emergiram ao longo do contexto no meio católico. É possível identificar no texto escrito por Dom José Maria Pires a referência e o elogio a aspectos teóricos de esquerda e mesmo a vinculação do evangelho a esta teoria pela sua preferência pelos pobres.

Notamos que as referências que o arcebispo descreve difere da forma como os agentes de informação narravam suas falas com essa temática. Quando na Informação Nº886/19/AC/75 os agentes recontam as falas do arcebispo ressaltam trechos supostamente ditos pelo arcebispo, tais como: “O comunismo tem que vir para acabar com essa fome, ele não oferece liberdade, mas ninguém passa fome”¹⁷⁷. A forma com que os agentes produzem a informação evidencia um conteúdo direto, determinista e ofensivo, distinto, portanto, do conteúdo escrito por Dom José Maria Pires na ocasião da sua indicação para receber o título de cidadão paraibano quando cita elementos de uma possível vinculação entre a teoria da esquerda e o evangelho.

Ao analisar a produção da comunidade de informações Carlos Fico (2001) salientou que os clichês e os exageros dos documentos podiam produzir, em um primeiro momento, o riso. A forma com que se detalhava a suposta força do inimigo com um “tom grandilhoquente e tecnicista de algum modo incompatível com a real dimensão do problema; o tratamento ideológico é de tal forma precário, que soa como o mais elementar ‘falseamento da realidade’”¹⁷⁸ podiam destacar, muitas vezes, a forma grotesca como os agentes descreviam um suposto perigo comunista. Contudo, vale ressaltar, conforme aponta Carlos Fico (2001) que a produção da comunidade de informações e a repressão da polícia política gerou situações sérias e graves de violência contra os supostos inimigos da Segurança Nacional.

As alterações na forma como os agentes descreviam o que ouviam dos cidadãos vigiados fazia parte do *modus operandi* como agiam para produzir, o sujeito

¹⁷⁶ **CONCLUSÕES DA II CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO** - Medellín, Colômbia 1968, p, 1.

¹⁷⁷ Informação, sobre Dom José Maria Pires – BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação (páginas 1-7), p, 2-3.

¹⁷⁸ FICO, Carlos. **Como eles agiam** - Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política – Rio de Janeiro: Record, 2001, p, 74-75.

subversivo. Assim, ao analisarmos essas produções destacamos como o modo de funcionamento da comunidade de informação se compunha por uma estrutura de vigilância e uma linguagem própria para a produção desses perfis subversivos. As anotações referentes as falas e o comportamento de Dom José Maria Pires, portanto, estão carregadas desse modo de fazer dos agentes de informação.

O então deputado Estadual Francisco Souto Neto (ARENA) proponente do projeto de Lei para a concessão do título de Cidadão Paraibano a Dom José Maria Pires teve seu mandato cassado após a instituição do Ato Institucional N° 5. De acordo com o historiador Paulo Giovani Antonino Nunes (2014) foi possível identificar três momentos de cassações de mandatos de parlamentares e prefeitos durante o regime militar, sendo eles: o primeiro através de Resoluções e Projetos das Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores, o segundo momento por meio do Ato Institucional de 10 de abril de 1964, no imediato pós golpe e o terceiro momento após o Ato Institucional N° 5. No caso do Deputado Estadual Francisco Souto Neto a cassação do mandato foi feita por meio do amparo no AI-5 onde o político era acusado de agitação, envolvimento com o movimento estudantil de 1968, notadamente com as manifestações em decorrência da morte do estudante Edson Luís.¹⁷⁹

Conforme descrito por Paulo Giovani Antonino Nunes (2014), constava na ficha do Deputado Francisco Souto Neto (ARENA):

[Francisco Souto Neto] Agitador. Protestou contra as explosões atômicas realizadas por Norte-americanos no Nordeste. Atuou de forma marcante no movimento estudantil de protesto quando da morte do estudante EDSON LUIZ nas agitações estudantis de 1968. Comunista ou simpatizante. Contribuiu com importância em dinheiro para a realização do VII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes pela Paz e Amizade. Desempenhou tarefas de grande importância no PC. Estabelecia contatos com altos dirigentes comunistas na Paraíba inclusive com LUIZ CARLOS PRESTES. Defensor das “Ligas Camponesas”. Participou da mesa que dirigiu os trabalhos da Conferência da comunista argentina CÉLIA DE LA SERNA DE GUEVARA, em 20 de maio de 1961, na Faculdade de Direito de João Pessoa. Foi um dos que mantiveram contato com o dirigente comunista JACOB GORENDER em JOÃO PESSOA, em 27 de março de 1962. Assinou manifesto da Frente Parlamentar Nacionalista, publicado no “Correio da Paraíba”, de 5 de maio de 1963.

¹⁷⁹ NUNES, Paulo Giovani Antonino. **CASSAÇÕES DE MANDATOS PARLAMENTARES NO ESTADO DA PARAÍBA APÓS O ATO INSTITUCIONAL N° 5 (AI-5)** - Anais Eletrônicos do XVI Encontro Estadual de História – Poder, memória e resistência: 50 anos do golpe de 1964. Campina Grande. 25 a 29 de agosto de 2014, p, 535.

Documento que caracteriza a orientação comunista do marginado, bem como sua atuação subversiva. (NUNES, 2014, p, 536.)

As acusações produzidas sobre o referido deputado constavam de sua atuação anterior ao golpe de 1964, como o contato com as Ligas Camponesas e com militantes como Luiz Carlos Prestes e Jacob Gorender, além da participação nas manifestações estudantis de 1968. Ao consultarmos a ATA da 47ª sessão do Conselho de Segurança Nacional de 13 de março de 1969¹⁸⁰ onde consta o registro da cassação do deputado Francisco Souto (ARENA) não encontramos referência ao conflito gerado pelo projeto de Lei deste deputado concedendo o título de cidadão paraibano a Dom José Maria Pires. Mas, as demais acusações destacavam a atuação do deputado como subversivo e agitador, conforme anotações dos agentes de informações baseados na Lei de Segurança Nacional. Francisco Souto Neto teve seu mandato de deputado estadual e seus direitos políticos cassados por dez anos.

Durante o ano de 1968 o movimento estudantil avolumou suas atividades. Em março, durante uma manifestação no Centro do Rio de Janeiro, o estudante Edson Luíz de 18 anos foi baleado e morto pela polícia no restaurante calabouço, onde ocorria o protesto dos estudantes. A morte do jovem estudante acarretou novas manifestações pelo Brasil. Ainda no mesmo ano, mesmo de modo clandestino, os estudantes organizaram o 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna. Na ocasião a grande movimentação de estudantes na cidade do interior de São Paulo chamou a atenção da população e a polícia foi avisada. O Congresso da UNE acabou com centenas de estudantes presos. O recrudesimento da polícia política se intensificou contra militantes contrários ao regime militar aumentando, também, a produção de informações nos órgãos de informação.

4.1 A ampliação da repressão em 1968: a intensificação de informação sobre Dom José Maria Pires

A partir de 1968 as anotações produzidas pelos agentes de informações sobre Dom José Maria Pires aumentaram. O processo nº 066332 onde consta o prontuário

¹⁸⁰ Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN). Ata da 47ª sessão do Conselho de Segurança Nacional de 13 de março de 1969 Fundo do Conselho de Segurança Nacional – BR DFANBSB N8.0.ATA.5/2, p.71-173.

do arcebispo registrou entre os anos de 1966 e 1967 a produção de 21 registros sobre o arcebispo, enquanto, apenas no ano de 1968, foram elaboradas 27 anotações, desde o dia 11 de março a 25 de dezembro de 1968.

No dia 31 de março de 1968, durante a realização da missa na Igreja de Nossa Senhora de Fátima localizada no bairro do Miramar, João Pessoa, Dom José Maria Pires declarou, durante a pregação, que “o governo estava fugindo do diálogo com os estudantes”¹⁸¹. A informação descrita pelos agentes não menciona se a referida missa era parte das comemorações aos quatro anos do governo militar. Por tratar-se da data em que todos os anos os militares promoviam missas em ação de graças as comemorações do que chamavam de revolução, presumimos que se trata de uma fala do arcebispo dita em ocasião de tal comemoração.

No dia seguinte, isto é, em 1º de abril de 1968 foi publicado no jornal *A Imprensa*¹⁸² o texto *A revolução que não houve*. Os agentes de informação descreveram o seguinte trecho sobre a matéria:

O jornal “A Imprensa”, edição de 1º Abr 68 publica: - “A revolução que não houve”. Nesta edição Dom José Maria Pires diz que foi um dos entusiastas do movimento de 31 Mar 64; que não está arrependido, porém, decepcionado; que o comunismo não era nosso único problema nem o maior; que o problema nosso era e é a fome, o analfabetismo, o colonialismo interno e externo, o subdesenvolvimento; que o combate à infiltração marxista deveria ter sido a primeira tarefa da revolução; que a igreja não aceita a acusação injuriosa de que Bispos, Sacerdotes e fieis ou organizações sejam comunistas. Finalizou dizendo que o Deputado MATA MACHADO, bom cristão, e bom brasileiro que é, não dirá mais, da Tribuna da Câmara Federal, que fomos vítimas da revolução que não houve”. (Jornal A IMPRENSA, 1968)

No dia 1º de abril de 1968, o arcebispo retomou a posição que assumiu na época em que ocorreu o golpe militar de 1964, destacando seu apoio na época ao que chamou de movimento de 31 de março de 1964. Ressaltou, contudo, que se decepcionou com a dita revolução retomando uma fala do deputado federal Edgar de

¹⁸¹ Dossiê D. José Maria Pires – Arcebispo da Paraíba. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação (páginas 1-135), p 83.

¹⁸² Jornal pertencente a Arquidiocese da Paraíba. Criado em 27 de março de 1987, criado pelo bispo D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques. Ver mais em: COSTA, Suzana Queiroga. **Jornal <<A Imprensa>> como fonte de informação e memória da produção editorial paraibana do século XX (1912-1942)** – Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, 2011.

Godói da Mata Machado¹⁸³ mencionando “a revolução que não houve”. O arcebispo afirmou que a fome, o analfabetismo, o colonialismo e o subdesenvolvimento eram os verdadeiros inimigos. Chamou-nos a atenção que Dom José destacou que a infiltração marxista deveria ter sido combatida. Nesse aspecto, ao mencionar que o “comunismo não era nosso único problema nem o maior”, mas a infiltração marxista deveria ser o primeiro a ser combatido. Parece-nos que Dom José Maria Pires traça uma distinção entre comunismo e marxismo. Em outras passagens aqui já citadas o arcebispo tece comentários elegendo traços benéficos do comunismo, notadamente, em seu aparato teórico.

Não conseguimos ter acesso ao discurso do deputado federal Mata Machado, do MDB, do qual Dom José Maria Pires faz referência. Vale destacar que o mencionado deputado fez oposição aos militares e teve seu mandato e direitos políticos cassados por dez anos em janeiro 1969 além de ter sido aposentado compulsoriamente como professor da Faculdade de Direito de UFMG e afastado do cargo na Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG) por determinação do então Ministro da Educação Jarbas Passarinho.

No Informe N° 184/QG-4 de 4 de junho de 1968 o Centro de Informação da Marinha CENIMAR e o Estado Maior da Aeronáutica (EMAER) notificou a existência de uma manifestação liderada por deputados federais do MDB, dentre eles, Edgar da Mata Machado, para junto com o movimento estudantil, intelectuais, operários, clero e outros setores fazer frente ao regime militar¹⁸⁴. A repressão sob o movimento estudantil e os militantes em 1968 também se abateu sobre o filho do deputado federal Edgar Mata Machado. José Carlos Novais da Mata Machado¹⁸⁵, foi um dos estudantes preso no Congresso da UNE em Ibiúna¹⁸⁶.

¹⁸³ “Foi preso diversas vezes durante o Estado Novo (1937-1945) e, em janeiro de 1944 (...) Em outubro de 1961, no governo de José de Magalhães Pinto (1961-1966), assumiu interinamente o cargo de secretário de Educação de Minas, na ausência do titular Oscar Dias Correia. Em outubro de 1963, assumiu o cargo de secretário da Fazenda, do Trabalho e da Cultura Popular, no qual permaneceu até 4 de abril de 1964, quando se exonerou por discordar do movimento político-militar que depôs o presidente João Goulart” Verbete EDGAR DE GODOI DA MATA MACHADO Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) Fundação Getúlio Vargas (FGV) Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/edgar-de-godoi-da-mata-machado>.

¹⁸⁴ Informe N° 184/QG-4 de 4 de junho de 1968. Movimento Subversivo. Fundo Centro de Informação de Segurança da Aeronáutica BR DFANBSB VAZ.

¹⁸⁵ Morreu em 1973 depois de sessões de tortura nas dependências do DOI-Codi do Recife-PE.

¹⁸⁶ MACHADO, Bernardo Novais da Mata. **EDGAR E JOSÉ CARLOS: PAI E FILHO NA RESISTÊNCIA À DITADURA** - Rev. Fac. Direito UFMG, Belo Horizonte, n. 64, pp. 613 - 622, jan./jun. 2014.

No dia 05 de abril de 1968 foram anotadas informações no dossiê de Dom José Maria Pires sobre a defesa que o arcebispo fez dos estudantes. Na tarde do dia 04 o arcebispo realizou uma missa no Palácio do Carmo em sufrágio a mortes dos estudantes que morreram nas manifestações estudantis, fazendo referência, ao estudante Edson Luiz. O espaço era sede da residência do bispo. Chama-nos atenção que o documento que registra a cerimônia destaca que assistiram a referida missa “duas senhoras, um funcionário da Arquidiocese e um repórter do referido jornal”¹⁸⁷. Esse espaço pode denunciar a tensão própria do momento, assim, a celebração reflete o espaço de conflito que vivia o país com as reivindicações estudantis e a repressão militar que culminou com a prisão de estudantes e a morte de um deles. O posicionamento do religioso foi publicado no jornal *Correio da Paraíba* que intitulou a matéria *Dom José apoia estudantes, mas pede ordem* (1698). A ponderação do arcebispo corrobora o temor que a repressão imprimiu nos cidadãos que se posicionavam contrários aos militares.

O posicionamento de Dom José Maria Pires também foi noticiado pelo jornal *O Norte* de 8 de abril de 1968. Na matéria o impresso destaca que o arcebispo da Paraíba afirmou que a movimentação dos estudantes tinha sido pacífica e que tal fala do religioso deixava “claro a sua simpatia pela causa dos corruptos e comunistas expurgados pela revolução”¹⁸⁸. No prontuário do arcebispo esses trechos foram transcritos como provas da subversão do religioso.

O jogo de palavras utilizado pela imprensa e pelos agentes de informação produzia um discurso que endossava a criação do perfil subversivo do arcebispo. Em 14 de abril de 1968 os agentes do 1º Grupamento de Engenharia anotaram as seguintes informações sobre o que afirmavam fazer parte do sermão, da Sexta-Feira Santa, feito por Dom José:

Então se faça uma revolução. O Evangelho é uma revolução. Ele abalou e destruiu estruturas milenares. – D. JOSÉ MARIA PIRES QUER MAIS FÉ EM CRISTO – com esse título o jornal “CORREIO DA PARAÍBA” publica o sermão da Sexta-feira Santa onde, entre outros, temos o seguinte trecho: “A Rússia de hoje é o resultado de esforço de milhões de homens que aceitaram ler pela cartilha de um só: Lenine. A face da China está se transformando porque 700 milhões de chineses consagraram à formidável tentativa de cada um deles pensar

¹⁸⁷ Dossiê D. José Maria Pires – Arcebispo da Paraíba. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação (páginas 1-135), p, 83.

¹⁸⁸ Dossiê D. José Maria Pires – Arcebispo da Paraíba. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação (páginas 1-135), p, 84.

Mau, Fazer Mau, ser Mau; um quarto da humanidade de quem se exige aplique o pensamento de um só homem”.¹⁸⁹

Os agentes destacaram que durante o sermão da Sexta-feira Santa, o arcebispo da Paraíba teria feito referência ao evangelho como revolução, citando, posteriormente, um trecho retirado do jornal *Correio da Paraíba*. O arcebispo comparou a revolução do evangelho, com a revolução Russa onde “um só” homem, teria conduzido o processo revolucionário. Do mesmo modo, também, teria referido-se a China. No entanto, ao mencionar este país ao invés de grafar o nome “Mao”¹⁹⁰ os agentes reproduziram a grafia “Mau”. Os jogos de linguagem não se encerram por aí, pois, o recorte feito pelos agentes de trechos distintos na ficha de Dom José faz crer que ao se referir a revolução do evangelho feita por Cristo, e as revoluções Russas e Chinesas, o arcebispo equivalia a revolução do evangelho com estas, também conduzidas por “um só homem”¹⁹¹.

A produção de informações, como já destacamos, possuem características muito próprias, pois, são conduzidas para a construção de um perfil subversivo. Tais anotações afirmavam a prática subversiva do arcebispo da Paraíba, ressaltando, ainda, que suas ações não paravam de se disseminar. Avolumaram-se as anotações sobre Dom José Maria Pires e suas práticas ditas subversivas, a partir de meados do ano de 1968, com a divulgação da criação de um Instituto ligado a Igreja que promoveria ações visando o desenvolvimento regional.

4.2 A criação do Instituto de Formação para o Desenvolvimento (INDES)

O jornal *O Norte* de 7 de julho de 1968 publicou trechos da entrevista coletiva do arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires. Na ocasião o setor de Informação do 1º Grupamento de Engenharia de João Pessoa reproduziu no prontuário do arcebispo

¹⁸⁹ Dossiê D. José Maria Pires – Arcebispo da Paraíba. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação (páginas 1-135), p, 84.

¹⁹⁰ O líder chinês Mao Tse Tung fundou a República Popular da China e teve atuação decisiva para a organização do Partido Comunista Chinês.

¹⁹¹ Dossiê D. José Maria Pires – Arcebispo da Paraíba. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação (páginas 1-135), p, 84.

as palavras consideradas de cunho subversivas. Destacando, notadamente, o anúncio feito da criação de um Instituto de Formação para o Desenvolvimento (INDES). De acordo com os agentes do SNI as palavras de Dom José Maria Pires enfatizavam que o instituto iria promover “a liberdade integral do homem”¹⁹².

De acordo com a fala de Dom José Maria Pires, o objetivo da criação do Instituto de Formação para o Desenvolvimento era promover a formação de lideranças religiosas e populares. Além disso, visava manter uma dinâmica de promoção de debates para fortalecer o campo de ação popular destacando a importância de temáticas como a economia para a ampliação da formação e da ação dos líderes religiosos e populares. De acordo com o arcebispo, o instituto deveria promover o debate de temas pertinentes as práticas sociais. Assim, destinava-se também a formação de diáconos para dirigirem as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) fortalecendo as organizações de bases sociais.

O anúncio da presença de religiosos no evento de inauguração do INDES repercutiu na imprensa. O jornal *O Norte* destacava que o padre belga Joseph Comblin chegaria a Paraíba no dia 15 de agosto de 1968 para participar do evento. Essa notícia se difundiu e logo algumas ações foram promovidas no campo político. A Câmara de Vereadores do Recife, em razão do requerimento do então vereador Wandenkolk Wanderley, emitiu ofício dirigido a Dom José Maria Pires em 18 de julho de 1968, formulando um apelo ao arcebispo da Paraíba no sentido de não permitir que o padre belga Joseph Comblin fizesse parte da inauguração ou da equipe que constituiria o instituto proposto por Dom José Maria Pires. De acordo com o ofício, o padre Joseph Comblin havia elaborado a algum tempo um texto considerado “altamente subversivo”¹⁹³.

Sobre tal acontecimento, o historiador Samuel Carvalheira de Maupeou¹⁹⁴ analisou a intensificação dos conflitos entre parcelas conservadoras do Estado e setores progressistas da Igreja em Pernambuco. De acordo com o autor, os conflitos envolviam o arcebispo de Olinda e Recife Dom Helder Câmara e seu assessor o padre belga Joseph Comblin e políticos conservadores. A produção do documento

¹⁹² Dossiê D. José Maria Pires – Arcebispo da Paraíba. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação (páginas 1-135), p, 85.

¹⁹³ Dossiê D. José Maria Pires – Arcebispo da Paraíba. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação (páginas 1-135), p, 86.

¹⁹⁴ MAUPEOU, Samuel Carvalheira de. **Práticas e discursos na relação entre Igreja e Estado, no ano de 1968, em Pernambuco**. ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História – João Pessoa, 2003.

elaborado pelo padre belga para a reunião geral dos bispos no evento do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) que ocorreu no mês de agosto de 1968 promoveu a acusação feita pelo vereador Wandenkolk Wanderley (ARENA) de subversão de Joseph Comblin.

De acordo com Samuel Carneiro de Maupeou (2003) o vereador Wandenkolk afirmou que pediria ao comandante da 7ª Região Militar, general Antônio Augusto Gomes Tinoco, “uma representação contra o padre Joseph Comblin pedindo a decretação de sua prisão preventiva [...] Salienta que o padre Comblin ‘incitou publicamente a subversão da ordem político-social e a luta pela violência entre as classes sociais’¹⁹⁵.

O historiador Antônio Torres Montenegro analisou em sua obra *Travessias: padres europeus no Nordeste do Brasil (1950-1990)*¹⁹⁶ (2019) a saga de cinco padres europeus em diferentes regiões do Brasil e suas travessias nas lutas sociais ao longo de quatro décadas. Dentre eles, o autor destaca a travessia do padre belga Joseph Comblin. A referida obra apresentou a experiência dos padres europeus a partir das memórias destes através da realização de entrevistas orais. Ao tratar do ano de 1968, a narrativa do padre Joseph Comblin evidencia a experiência com a repressão na cidade do Recife. Sobre o conflito com o vereador Wandenkolk Wanderley, destaca:

Em 1968, já tinha havido um incidente. Estávamos preparando a Conferência de Medellín. Dom Helder pediu uma colaboração, queria juntar material e recolher sugestões. Era evidente que ele teria um papel fundamental na conferência. Redigi um texto, que foi discutido num pequeno grupo de 12 pessoas. Tratava-se de um ponto de partida para a discussão. A questão foi que um dos exemplares caiu nas mãos de Wandenkolk Wanderley, vereador do Recife e o inimigo mais implacável de Dom Helder na cidade. O homem aproveitou, fez uma denúncia pública. (MONTENEGRO, 2019, p, 146.)

As memórias de Joseph Comblin revelam uma possível vigilância mesmo em um grupo restrito de doze pessoas. A relação do padre belga com o bispo Dom Helder Câmara colaborou para a perseguição que se empreendeu contra Comblin, além de sua atuação nas lutas sociais. Conforme mencionou o padre Comblin, o vereador Wandenkolk Wanderley era considerado o inimigo mais implacável de Dom Helder

¹⁹⁵ MAUPEOU, 2003, p, 3.

¹⁹⁶ MONTENEGRO, Antonio Torres. **Travessias: padres europeus no Nordeste do Brasil (1950-1990)** – Recife: CEPE, 2019.

Câmara e, logo, a atuação do padre belga com o bispo de Olinda e Recife direcionaram a perseguição do vereador também para Joseph Comblin. Esse episódio motivou o envio do Ofício para o arcebispo Dom José Maria Pires recomendando a não participação do padre belga na inauguração do INDES.

Oficialmente inaugurado no dia 15 de agosto de 1968, o Instituto de Formação para o Desenvolvimento (INDES) avolumou a produção de informação no prontuário de Dom José Maria Pires. No entanto, após a sua instauração, os registros sobre o centro de formação não geraram mais anotações na ficha do arcebispo. Contudo, os sermões durante a realizações de celebrações, particularmente, em favor dos estudantes e suas manifestações tomaram espaço nos meses seguintes. Isto é, dos meses de agosto a dezembro de 1968 a produção de informação sobre Dom José Maria Pires versavam sobre seu apoio aos movimentos estudantis.

Após o Ato Institucional Nº 5 decretado em 13 de dezembro de 1968 se observa um silenciamento ou apagamento na produção de informação a respeito do arcebispo. Só após 6 meses, isto é, em 10 de junho de 1969, novas produções constaram no prontuário de Dom José Maria Pires. Sobre essa lacuna das anotações do SNI sobre o arcebispo uma possibilidade é que elas tenham sido subtraídas da documentação disponibilizada para a pesquisa pública. No entanto, esse possível intervalo não provocou o afastamento definitivo de Dom José Maria Pires no enfrentamento aos militares e, notadamente, na sua atuação social. Veremos, no capítulo seguinte, que, pelo contrário, ao invés de recuar, o lugar de poder ocupado pelo arcebispo o possibilitou a prática de espaços de resistência com ampla atuação com a criação da Equipe de Promoção Humana (1971) e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos (1976).

A pesquisadora Janaína Gomes da Silva (2017)¹⁹⁷ localiza a resistência à ditadura militar na Paraíba, na década de 1960, a partir da ação armada empreendida pelo Partido Comunista Revolucionário PCBR através do assalto da fábrica de cigarros Souza Cruz. Segundo as informações publicadas no jornal A União de 06 de maio de 1969:

¹⁹⁷ SILVA, Janaína Gomes da. **“Os anos de chumbo” da ditadura militar na Paraíba (1969-1974)** – Anais do II Encontro Nacional de História política: História, rupturas institucionais e revoluções, João Pessoa, 2017. Disponível em: http://uece.br/eventos/gthpanpuh/anais/trabalhos_completos/298-45120-28042017-224421.pdf Acesso: 28/02/2022.

O assalto verificou-se em frente ao escritório da Souza Cruz na praça Pedro Gonçalves, por volta das 13:45 horas. Os assaltantes portavam revólveres e uma arma de cano longo, que os funcionários do banco não puderam identificar se era fuzil ou espingarda, e utilizaram na fuga um automóvel Volkswagen cor gelo, com placa branca 2888. A polícia compareceu ao local do assalto poucos minutos depois, encontrando ali uma cartucheira, uma caixa de fósforos e um cartucho calibre 12 deixado pelos assaltantes, imediatamente todas as saídas da capital foram tomadas pela Polícia Rodoviária. Os funcionários do banco foram detidos para interrogatório. Como fazia, todos os dias, José Correia, procurador do Banco da Lavoura de Minas Gerais, foi recolher ontem à tarde o depósito do escritório local da companhia de cigarros Souza Cruz, acompanhado de Petrônio Alves da Silva e Manuel Felix da Costa, funcionários do banco. Após contar o dinheiro – 56 mil cruzeiros novos – saíram do escritório para apanhar o transporte quando foram abordados por quatro indivíduos armados. (A UNIÃO, 06/05/1969 apud SILVA, 2017, p, 8)

De acordo com a autora, o assalto tinha como objetivo angariar recursos para a manutenção da resistência armada. O acontecimento repercutiu na imprensa local que divulgou a apreensão de armas, munições e materiais considerados subversivos em um endereço da avenida Olinda em Tambaú, na cidade de João Pessoa¹⁹⁸. Esse acontecimento, na leitura da historiadora, confirma a tese de que houve subversão na Paraíba. Neste sentido, destacamos que a autora assume uma dada leitura das práticas de resistência a ditadura na Paraíba, conforme esse posicionamento, a oposição ao regime é entendida como as experiências armadas ou as práticas de pichações e convocações de militantes para a resistência. Notadamente, essas práticas são observadas pela autora no período do então presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974).

Contudo, como apontamos ao longo dessa pesquisa, as práticas de resistência aos militares podem ser identificadas desde o imediato pós-golpe. É pertinente destacar que ao passo que a repressão se acentua, os campos de resistência se tornam mais restritos e as ações mais concentradas. Como saída, essas práticas de resistência vão acontecer, por vezes, através da atuação de poderes estratégicos. Ou seja, no caso do arcebispo Dom José Maria Pires, as práticas de resistência foram gerenciadas por dentro ou junto da atuação da Igreja Católica na Paraíba através de

¹⁹⁸ Ver também: NUNES, Paulo Giovanni Antonino. “Militância estudantil e opção pela ‘Luta Armada’ – trajetórias, história e memória”. NUNES, Paulo Giovanni Antonino.; PETIT, Perit.; LOHN, Reinaldo Lindolfo. (Orgs.). **Utopia e repressão: 1968 no Brasil**. Salvador: Sagga Editora, 2018, pp. 133/159.

religiosos engajados nessa atuação. Assim, a criação de organizações foram fundamentais para tanto.

4.3 A vigilância e repressão e os lugares de poder

Como vimos, a produção de informação do SNI no dossiê que ora analisamos expõe que as anotações sobre o perfil subversivo do arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, começaram a se construir a partir de 1966, ou seja, logo após a sua posse como arcebispo. Isto pode nos levar a crer que a atuação social do arcebispo se acentuou com após tomar posse do cargo. Ressaltando, assim, sua vinculação aos movimentos sociais locais e a consequente vigilância dos setores de informação e repressão do regime militar. Dessa feita, podemos destacar dois aspectos, por um lado, a movimentação possível que o arcebispo conseguiu empreender em virtude do lugar de poder que ocupava. Por outro, a atuação prática o colocou de encontro com o contexto de repressão, do qual, tornou-se alvo de vigilância. No entanto, mais uma vez, o lugar de poder ocupado pelo religioso impõe a repressão outras práticas.

Nas primeiras páginas do dossiê elaborado pelo SNI sobre Dom José Maria Pires na Agência Central do SNI destaca que é possível “caracterizar com clareza, a atuação subversiva de D. José Maria Pires, um dos mais atuantes integrantes da esquerda clerical”¹⁹⁹. Este documento descreve os motivos, tomando por base a Lei de Segurança Nacional (LSN), pelos quais o arcebispo se enquadraria na LSN. Contudo, alguns aspectos dessas considerações se destacam. Ao afirmar que a atuação de Dom José Maria Pires era subversiva, o mesmo documento elenca alguns fatores que impossibilitam a punição dele. De acordo com a assessoria jurídica do Ministério da Justiça:

A aplicação da LSN para coibir as atividades subversivas de clérigos se, por um lado, contribui para dificultar ou interromper essas atividades, acarreta repercussões políticas internas e externas que, presentemente, parece recomendável evitar. (...) qualquer dessas medidas, caso adotadas, seriam objeto de intensa campanha contra o Governo, interna e externamente.²⁰⁰

¹⁹⁹ Dossiê D. José Maria Pires – Arcebispo da Paraíba. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação (páginas 1-135), p, 3.

²⁰⁰ Dossiê D. José Maria Pires – Arcebispo da Paraíba. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação (páginas 1-135), p, 4-5

De acordo com o exposto, as punições advindas da Lei de Segurança Nacional repercutiriam negativamente para o governo, notadamente, em se tratando de sua aplicação para o caso de Dom José Maria Pires. O documento destaca que a adoção de punições baseadas na LSN poderia causar repercussões negativas e, por isso, a assessoria jurídica desaconselha tal posição. De acordo com Paulo César Gomes (2014)²⁰¹ a estrutura do Ministério da Justiça contava com uma assessoria jurídica que era constantemente consultada pelos agentes do SNI, especialmente, quanto tratava-se de casos específicos como autuar na Lei de Segurança Nacional um indivíduo que ocupava um cargo de poder, como no caso do arcebispo Dom José Maria Pires. Segundo Paulo César Gomes (2014) “os pareceres dos consultores, que eram advogados, divergiam das opiniões da comunidade de informação”²⁰². No caso do dossiê sobre Dom José Maria Pires as conclusões do assessor do Ministro da Justiça, Jesuan de Paula Xavier, destaca que as atividades do arcebispo eram consideradas subversivas e passíveis de enquadro na Lei de Segurança Nacional²⁰³, contudo, ressalta que a aplicação da LSN podia acarretar prejuízos e repercussões políticas negativas, sendo assim, recomendável evitar²⁰⁴.

Em *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem*, o historiador Paulo César Gomes (2014) analisou a comunidade de informação por meio da produção de documentos sobre os bispos católicos brasileiros considerados subversivos. Ao estudar sobre a visão da espionagem em relação aos clérigos, Paulo César Gomes destacou que:

A comunidade de informações recorria a diversos artifícios para desqualificar os que se interpunham e seu caminho. Nesse sentido, era muito semelhante a maneira como tratavam os bispos e os outros grupos opositores, como intelectuais e estudantes. A principal diferença estava nos efeitos extratextuais das recomendações transmitidas aos outros órgãos da repressão, pois a polícia política, por exemplo, não tinha a mesma liberdade para perseguir os bispos de que dispunha no caso dos jovens que entravam para a luta armada. (GOMES, 2014, p, 192.)

²⁰¹ GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem** – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2014.

²⁰² GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem** – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2014, 131.

²⁰³ O assessor jurídico considerou nas conclusões que as infrações diziam respeito aos Artigos 39 e 45 do Decreto-Lei nº 898, de 29 setembro de 1969.

²⁰⁴ Dossiê D. José Maria Pires – Arcebispo da Paraíba. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação (páginas 1-135), p, 3.

Assim, Paulo César Gomes (2014) destaca que a principal diferença que marcava a produção dessas informações não era o conteúdo dos documentos, que, de acordo com o autor, eram semelhantes na tentativa de desqualificar os indivíduos considerados ameaças a LSN. Mas, o principal desvio dessa norma eram os seus efeitos extratextuais. No dossiê produzido pela AC/SNI as recomendações são para evitar o conflito direto com o arcebispo. No entanto, a indicação é de que “seria imprescindível uma campanha nacional de esclarecimento a opinião pública capaz de criar a consciência da ação nefasta que vem sendo desenvolvida por parte, já ponderável, do clero católico”²⁰⁵. Assim, a produção de informações ao longo do dossiê eram parte desse direcionamento.

O lugar estratégico de poder ocupado por Dom José Maria Pires, arcebispo da Paraíba, o possibilitou empreender práticas de resistência. Mesmo não escapando as teias da rede de informação e repressão, as consequências práticas da repressão recuaram em relação ao arcebispo para evitar conflitos diretos e repercussões políticas significativas para o regime militar. Com a criação da Equipe de Promoção Humana (1971) e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos (1976) a produção de informação sobre o arcebispo da Paraíba voltaram a se ampliar e a perseguição aos membros dessas instituições marcaram a atuação da repressão. Essas instituições tiveram atuações consideráveis durante a década de 1970, assim como veremos no próximo capítulo.

Assim, Paulo César Gomes (2014) destaca que a principal diferença que marcava a produção dessas informações não era o conteúdo dos documentos, que, de acordo com o autor, eram semelhantes na tentativa de desqualificar os indivíduos considerados ameaças a LSN. Mas, o principal desvio dessa norma eram os seus efeitos extratextuais. No dossiê produzido pela AC/SNI as recomendações são para evitar o conflito direto com o arcebispo. No entanto, a indicação é de que “seria imprescindível uma campanha nacional de esclarecimento a opinião pública capaz de criar a consciência da ação nefasta que vem sendo desenvolvida por parte, já ponderável, do clero católico”²⁰⁶. Assim, a produção de informações ao longo do dossiê eram parte desse direcionamento.

²⁰⁵ Dossiê D. José Maria Pires – Arcebispo da Paraíba. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação (páginas 1-135), p. 5.

²⁰⁶ Dossiê D. José Maria Pires – Arcebispo da Paraíba. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação (páginas 1-135), p. 5.

5 OS MEMBROS DO CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS (CDDH) NA MIRA DO SNI

Em fevereiro de 1978, a partir das informações enviadas pelo IV Exército à Agência do Recife, o SNI organizou o Relatório Especial de Informação n. 161/119/Are/1978²⁰⁷. As informações reunidas em relatório faziam referência à atuação do CDDH do ano de 1977. Tratava-se dos dados colhidos sobre a realização de um evento realizado pelo CDDH, em alusão ao 29º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O Relatório Especial de Informação destacava que os encontros realizados pelo CDDH, segundo os agentes do SNI, estavam “tomando corpo”²⁰⁸ e, por isso, mereciam a atenção da Agência. O documento afirmava: “a cada movimento realizado, verifica-se que seus organizadores vêm se apresentando mais audazes, fato demonstrado pelos seus pronunciamentos e pelo caráter de ostensividade gradativa dessas ações”²⁰⁹. Os agentes passaram a acompanhar e produzir informações sobre as atividades do CDDH.

Em 1971, Dom José Maria Pires criou na Arquidiocese da Paraíba a Equipe de Promoção Humana, um grupo de leigos e sacerdotes que visavam discutir e pensar estratégias de atuação no campo social. Contudo, essa configuração, em 1976, passou a ser denominada CDDH. Em alguns relatórios do SNI, é possível perceber que o ano de criação do CDDH é indicado como 1971; os agentes informavam a semelhança para eles sobre estas instituições. Assim, a Equipe de Promoção Humana pode ser considerada uma primeira experiência do que viria a se tornar o CDDH. Um dos aspectos fundamentais da distinção de atuação desses grupos foi que, a Equipe de Promoção Humana atuou no meio urbano da cidade de João Pessoa - PB, enquanto o CDDH privilegiou o meio rural.

Os membros do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) passaram a ser identificados pelos serviços de informação e repressão da ditadura militar como

²⁰⁷ Relatório Especial de Informação Nº 161/119/Are/1978 de 21 de fevereiro de 1978. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

²⁰⁸ Relatório Especial de Informação Nº 161/119/Are/1978 de 21 de fevereiro de 1978. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

²⁰⁹ Relatório Especial de Informação Nº 161/119/Are/1978 de 21 de fevereiro de 1978. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

subversivos e uma ameaça ao regime. Dessa forma, os participantes do CDDH passaram a ter suas atividades vigiadas e documentadas pelos agentes da repressão.

Um dos participantes do CDDH foi o frei franciscano alemão Herman Josef, que passou a ser chamado de frei Hermano José, em razão da dificuldade da pronúncia do seu nome. Quando entrevistei o professor Eronildo Barbosa da Silva, em 2016, para minha dissertação sobre a Igreja Católica em Campina Grande, foi sugerido conversar com o frei Hermano José, que havia trabalhado com Dom José Maria Pires, em João Pessoa. Surpreendi-me quando o encontrei, no convento franciscano de Campina Grande, falando um português com um sotaque marcante de estrangeiro. Iniciada a entrevista, o sacerdote se apresentou como frei alemão Herman Josef, nome que já havia lido em vários documentos do SNI à época.

Embora para a escrita da dissertação o recorte fosse a cidade de Campina Grande, a entrevista com frei Herman chamou minha atenção pelas perseguições que contou ter sofrido por parte dos agentes policiais. Agora, ao pesquisar o CDDH, resgato esta entrevista. O frei Herman Josef, o arcebispo Dom José Maria Pires e o advogado Vandeley Caixe foram alvos de extensos registros do SNI. Localizei dossiês específicos que descrevem o que estes dois religiosos e o advogado disseram nas reuniões e encontros, assim como as ações sociais que planejavam. Os agentes do SNI sempre denominavam o que diziam e planejavam como subversão.

Sobre a criação da Equipe de Promoção Humana, o frei Herman Josef destacou:

A gente morava junto como frade e trabalhamos juntos. Depois tinha a equipe que, como a gente chama, dom José chama essa equipe, com o compromisso pastoral. Era Genario e Glaucia era Salete, as irmãs holandesas, Marlene e Toni. Essa equipe era a equipe central onde Anastácio fazia parte e depois os outros, (...) a gente formava a equipe central de apoio naquilo que Dom José de fato desejava de presença junto com as comunidades. Depois sempre refletindo, nos encontrando regularmente ao menos uma vez por semana para refletir juntos o que estava acontecendo para caminhar. E junto à federação dos agricultores, sindicatos, federações centrais que os agricultores dos sindicatos também para trabalhar juntos. E depois a comunicação, sempre mandava artigos nos jornais. O *Norte*, naquele tempo, sempre a gente mandava, “aconteceu isso e tal”. E mandando cartas, formulando cartas: “nós, agricultores, colocamos, denunciemos os proprietários”. Quer dizer, havia toda uma comunicação, tanto com os meios de comunicação como os órgãos de classe, os sindicatos,

depois o partido, uma coisa e outra, quer dizer, havia toda uma mobilização. (JOSEF, 2016) ²¹⁰

A Equipe de Promoção Humana, posteriormente Centro de Defesa dos Direitos Humanos, agrupou leigos e sacerdotes. Sobre a articulação entre sacerdotes e leigos em torno do CDDH, frei Herman Josef salientou:

É interessante uma experiência, porque o Júlio César Ramalho que era comunista, declaradamente, foi denunciado que ele vivia na clandestinidade, porque havia uma repressão por parte do governo. Quando ele foi reconhecido como líder do PCB, PC do B lá da Paraíba. E ele se engajou nessa luta, a gente se encontrava. Inclusive fui uma vez com ele quando recebemos a denúncia de que a usina Tabu estava através de muitos trabalhadores entrando nos coqueiros e cortando as flores, quer dizer, no sentido de que os coqueiros não pudessem mais produzir coco. Então eles iam lá e sete mil pés de cocos daquela região foram cortando, e a gente foi falar para denunciar, e eu sei que voltei para casa todo com uma tristeza, “como é que pode”, eles querem ir contra a vida, contra o povo, contra a condição, é horrível! A ganância, opressão. E aí que a gente convivia, era comunista e a gente era amigo! Quer dizer, (risos) a gente se sentia muito mais perto, que lutava com o mesmo engajamento, com o mesmo risco. Inclusive uma vez eu tive um acidente, quer dizer, assumiu as consequências da luta como a gente assumiu. E erámos amigos, Vanderley Caixe a mesma coisa, também era da aliança e tal. Quer dizer, todas pessoas que estavam sendo reprimidas pela ditadura, que pertenciam a grupos, seja quem for, mas que tinha o mesmo amor, a mesma doação pelo povo! E aí os conceitos começam a... (risos) afinal, o que é que é? O que está mais perto do evangelho? Alguém que se declara junto com os militares, contra o povo e chama de comunista? Ou alguém que, como comunista, ajuda e luta assumindo riscos? (JOSEF, 2016) ²¹¹

Vanderley Caixe foi o primeiro advogado do CDDH. Na entrevista de Dom José Maria Pires, com o pesquisador Vanderlan Paulo de Oliveira Pereira²¹², o encontro do arcebispo da Paraíba com Vanderley Caixe ocorreu durante uma visita de Dom José Maria Pires no Presídio Tiradentes. O arcebispo realizaria uma visita aos dominicanos frei Betto, frei Fernando e frei Ivo, que haviam sido presos em 1969, acusados de atuarem com o militante Carlos Marighella. Lá também estava preso Vanderley Caixe,

²¹⁰ Entrevista do frei franciscano Herman Josef concedida à pesquisadora em 24 setembro de 2016.

²¹¹ Entrevista do frei franciscano Herman Josef concedida à pesquisadora em 24 setembro de 2016.

²¹² PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **Em nome de Deus, dos pobres e da libertação: ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPB, João Pessoa, 2012, p. 95.

preso em 1969 acusado de subversão e terrorismo por ter fundado em 1966, junto com outros estudantes, o grupo denominado Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN).

O então militante político e estudante de Direito, Vanderley Caixe, ficou preso de 1969 a 1974. Após ser solto, concluiu o curso de Direito em 1976. Nesse mesmo ano foi convidado por Dom José Maria Pires para fazer parte do CDDH da Arquidiocese da Paraíba que estava sendo criado. Além de Vanderley Caixe, faziam parte do CDDH a estudante de medicina Gláucia Maria de Luna Ieno, Genaro Ieno Neto, as freiras holandesas Helena Wilhermina Maria Silvestre Burgers (Irmã Marlene) e Antônia Maria Van Ham (irmã Tony), o frei Herman Josef. Outros nomes também contribuíram com o CDDH, como o padre João Maria Cauchi, de Malta, o frei Anastácio, o bispo auxiliar Dom Marcelo Pinto Carvalheira e o advogado Júlio César Ramalho. É significativo ressaltar que, entre os sacerdotes atuantes no CDDH, os sacerdotes europeus tinham uma presença marcante. Faziam parte da Equipe os religiosos: as freiras holandesas, irmã Marlene e Tony, o frei alemão Herman Josef e o padre de Malta João Maria Cauchi.

A presença missionária de sacerdotes de outros países no Brasil, como bem apontou Antônio Torres Montenegro (2010), foi resultado de uma ação para combater o comunismo e outras religiões. A encíclica *Fidei Donum*, do papa Pio XII, foi reafirmada pelo papa João XXIII, em 1955, na qual foi reforçado o convite para ações missionárias na América Latina, numa cruzada contra o comunismo, o protestantismo e o espiritismo. É importante registrar que uma parcela desse clero, conhecendo a realidade da classe trabalhadora do Brasil, passou a ter uma atuação social e foi acusada de subversão.²¹³ Através do projeto *Guerreiros do além-mar*, o pesquisador Antônio Torres Montenegro realizou entrevistas de História Oral, pesquisando a atuação de padres que emigraram de outros países para o Nordeste, no período de 1960 a 1970. Um aspecto a destacar é a proporção entre o total de padres brasileiros e aqueles que emigraram de outros países. De 1964 até o final da década de 1970, o clero brasileiro contava com 42,3 % de sacerdotes imigrantes; porém, a partir de 1980 houve uma diminuição significativa e o número passou a ser de 39,7%. Esses

²¹³ MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, metodologia, memória**. 1ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010, p. 139.

números revelam como a *Fidei Donum* promoveu uma significativa presença de sacerdotes missionários ao longo das décadas de 1960-1970 no Brasil.

Durante os primeiros anos da década de 1970, na Paraíba, os registros documentais produzidos pelo SNI se voltavam de forma mais sistemática para a atuação do arcebispo da Paraíba, sem fazer significativa referência à Equipe de Promoção Humana, criada em 1971. Destacavam-se nas informações²¹⁴ que o arcebispo Dom José Maria Pires, “vulgo dom Pelé, tem ultimamente desenvolvido um trabalho de intensa pregação em sua área de jurisdição, promovendo reuniões, nas quais vem explorando as diferenças sociais, problemas de salário, fome e aspectos políticos”²¹⁵. Este tipo de registro esteve presente até meados da década de 1970.²¹⁶

A partir do ano de 1977, o conteúdo e as referências em relação à Igreja Católica da Paraíba, nos documentos do SNI, passaram a citar o CDDH e seus membros, sobretudo, os sacerdotes e os grupos de leigos²¹⁷. O CDDH foi, portanto, um órgão da Arquidiocese da Paraíba que articulava sacerdotes e grupos de leigos num trabalho social que denunciava violações aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras; promovia cursos de educação de direitos com distribuição de cartilhas e panfletos; colaborava na organização de manifestações em defesa dos direitos sociais e trabalhistas de trabalhadores do campo e da cidade, bem como prestava assistência jurídica.

5.1 A atuação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba na mira do SNI

No dia 21 de abril de 1976, como parte da comemoração pela criação do CDDH da Arquidiocese da Paraíba, foi produzida uma cartilha intitulada “Você conhece os seus direitos?”. O texto foi escrito com linguagem coloquial e didática, com citações de alguns direitos fundamentais garantidos pela Constituição. A cartilha foi dividida

²¹⁴ Informação Nº 1437 B-E/2; INFORMAÇÃO N2 8 8 6 / 1 9 / A C / 7 5. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

²¹⁵ Dom José Maria Pires — INFORMAÇÃO N2 8 8 6 / 1 9 / A C / 7 5. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

²¹⁶ BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

²¹⁷ Destaca-se a referência ao arcebispo Dom José Maria Pires, ao bispo auxiliar Dom Marcelo Carvalheira, ao padre João Maria Cauchi, entre outros. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

em três partes: na primeira parte, alguns exemplos de violações de direitos foram descritos; na segunda parte, foram apresentadas as leis que asseguravam os direitos desrespeitados e citados como exemplo; e, na terceira parte, um breve questionário citava alguns aspectos significativos das exposições anteriores. Assim, a cartilha aborda a questão da terra, por exemplo, a partir da seguinte estrutura:

O QUE ACONTECE NA VIDA DOS HOMENS

“A gente tem muitos problemas prá viver. Uma hora é o trator da fazenda destruindo o roçado, outra hora é o gado que botam lá prá comer as plantações da gente. Num respeita a terra do trabalhador não.”

“Olha aí esses meninos. Tivemos vinte e oito crianças mas só ficaram essas treis. Aqui tem muita doença e a alimentação é pouca. Dá uma dor vendo esses meninos nascendo e morrendo. É tudo assim por aqui”.

“Os policiais daqui não querem ver a gente andando pela cidade, fazendo compras ou passeando. Ameaçou de prender a gente. Disse que lugar de puta é na zona. Isso não está certo, não. Mas o que vamos fazer?”

O QUE DIZ A LEI

AS LEIS DO PAÍS GARANTEM A TODAS AS PESSOAS DIREITO À VIDA, À SEGURANÇA, À LIBERDADE E À PROPRIEDADE. (Lei da Constituição Federal — Artigo 153)

PARA VOCÊ REFLETIR

- O que dá mais insegurança à vida das pessoas?
- As pessoas têm condições mínimas para viver?
- A propriedade deve ser colocada a serviço do bem comum?²¹⁸

A cartilha continha mais 14 cenários de abuso de poder e de autoridade vivenciados pelos trabalhadores e trabalhadoras no mesmo formato, com questões distintas. Elas narram o desrespeito de patrões e autoridades aos direitos fundamentais dos trabalhadores, notadamente, destacando como isso ocorria no cotidiano dos trabalhadores rurais. É importante salientar que os exemplos descritos retratam as falas reais de trabalhadores e trabalhadoras, sejam por seus conteúdos de fatos recorrentemente denunciados, ou pela linguagem reproduzida.

Além disso, os questionamentos formulados no terceiro tópico da cartilha lançam questões para serem lidas e refletidas entre os trabalhadores sobre a necessidade de se pensar, por exemplo, a propriedade como bem comum. Na

²¹⁸ **Você conhece os seus direitos?** Centro de Defesa dos Direitos Humanos — Arquidiocese da Paraíba. Informação Nº 1437 B-E/2; INFORMAÇÃO N2 8 8 6 / 1 9 / A C / 7 5. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

introdução da cartilha é recomendado que a leitura se faça em grupo pelos agricultores e que reflitam e respondam as questões apresentadas.

Um exemplar da cartilha, embora não se tenha esta informação, foi entregue à polícia federal. O diretor-geral deste órgão policial, Moacyr Coelho, por meio do ofício nº 284/76-CCP, encaminhou a referida cartilha ao assessor jurídico do Ministério da Justiça, Jesuan de Paulo Xavier. O texto foi considerado “altamente subversivo” e destacava que a prática do arcebispo e do CDDH através da distribuição desse tipo de material era um indício da “clara e manifesta intenção de levantar os trabalhadores contra as autoridades governamentais”²¹⁹.

O texto da cartilha tinha como referência a Constituição de 1967, promulgada ainda no governo do general Castelo Branco, para apontar a violação dos direitos sociais e trabalhistas. Já os comentários e as acusações registrados pelos agentes policiais para os mesmos fatos narrados tinham como base legal a Lei de Segurança Nacional, promulgada em setembro de 1969. Dessa forma, os sacerdotes e leigos que atuavam no CDDH tornaram-se alvo do SNI.

A atuação do CDDH da Arquidiocese da Paraíba teve uma prática de apoio jurídico significativo, seja na assessoria jurídica a trabalhadores, ou através da promoção de educação e informação, como visto na publicação da cartilha *Você conhece os seus direitos?* Sobre essa atuação, o frei Herman Josef destacou:

(...) Dom José fundou, ele trouxe um Centro de Defesa dos Direitos Humanos, foi uma coisa única, com o advogado Vanderley Caixe que tinha toda uma história de luta com muita sensibilidade. E outros depois, tinham advogados que ajudaram juridicamente. Então o povo andava também nessa consciência que estão dentro da lei, não estão fazendo à toa, eles tão caminhando, procurando realmente a justiça. Dom José mandando cartas, cartas do bispo explicando os diversos momentos, através de uma carta pastoral. (JOSEF, 2016)²²⁰

O apoio jurídico dos advogados do CDDH teve papel fundamental na luta dos trabalhadores rurais. O advogado Wanderley Caixe teve uma atuação relevante neste sentido. De acordo com o historiador Vanderlan Paulo de Oliveira Pereira²²¹, o *Jornal Correio de Paraíba*, do dia 13 de novembro de 1976, noticiou que o referido advogado já havia analisado e encaminhado juridicamente mais de mil denúncias de violação

²¹⁹ Ofício nº 284/76-CCP. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

²²⁰ Entrevista do frei franciscano Herman Josef concedida à pesquisadora em 24 setembro de 2016.

²²¹ PEREIRA, 2012, p. 126.

dos Direitos Humanos na circunscrição da Arquidiocese da Paraíba. Isto significa que com apenas sete meses após a criação oficial do CDDH o serviço de assessoria e apoio jurídico estavam em pleno funcionamento. Essa atuação fez com que os serviços de vigilância e repressão da Ditadura Militar se voltassem para a atuação do CDDH.

No dia 10 de dezembro de 1977, o CDDH realizou um evento para comemorar a passagem do 29º aniversário da Carta dos Direitos Humanos. A solenidade foi realizada no Colégio das Lourdinas, em João Pessoa-PB, e contou com a presença do arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires; Dom Antônio Fragoso, representando o Secretariado de Justiça e Não Violência-SP; Dom Marcelo Pinto Carvalheira, bispo auxiliar da Paraíba; o Monsenhor Fernando Montenegro Abath; os padres Cristiano Muffer, Luiz Albuquerque Couto, Cleto Lederer e Hildon Bandeira, e o advogado Antônio de Paula Montenegro, representante da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz — Seção de Pernambuco. Foram registrados sem descrição nominal representantes da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz, Seção do Rio de Janeiro, representante do CDDH da regional nordeste II, representante da Frente Nacional de Trabalhadores e representantes do Movimento Feminino pela Anistia, Núcleo do Ceará e Pernambuco.

Embora o evento pela passagem do 28º aniversário da Declaração dos Direitos Humanos no ano anterior tenha sido registrado pelos agentes do SNI, o do ano de 1977 foi mais volumoso em número de páginas. O evento foi vigiado e registrado em detalhes. Foram realizadas consultas nas listas de hospedagens dos hotéis de João Pessoa-PB e agentes infiltrados nas cerimônias realizaram gravações de todas as sessões.

A produção de informação sobre o 29º aniversário da Carta dos Direitos Humanos é descrita com uma linguagem que utiliza expressões próprias dos meios policiais no período. Ao mencionar como foi feita a divulgação do evento os agentes relatam: “A divulgação, este ano, teve um caráter totalmente ostensivo com data e local da realização do conclave logo, de início, definidos, ao contrário do ano anterior, quando o local só foi dado a conhecer próximo ao dia da realização da promoção”²²². Os agentes se utilizam de uma particularidade banal, como a divulgação da data e

²²² Informação Nº 1437 B-E/2; INFORMAÇÃO N2 8 8 6 / 1 9 / A C / 7 5. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação, p. 4.

local da realização do evento, para fabricar uma informação de periculosidade sobre o acontecimento.

Os agentes consideraram ainda elemento de subversão do evento do CDDH as faixas com os seguintes dizeres: “A organização é a força dos trabalhadores”; “As verbas para a educação em 1964 – 9.47. Em 1978 – 4,17”.

A preparação do SNI para o evento ocorreu de forma prévia e planejada, como registra a Informação n. 2 8 8 6 / 1 9 / A C / 7 5. Os agentes registraram que alguns participantes do evento não preencheram fichas de hospedagem, o que impossibilitou o levantamento nominal prévio. O fato de alguns dos participantes do evento, hospedados em hotéis, não terem preenchido as fichas de hospedagem pode demonstrar uma possibilidade de os participantes do evento driblarem a repressão. Os pronunciamentos realizados pelos participantes foram gravados e transcritos e circulavam nos órgãos de repressão como prova do perigo que compunha o CDDH da Arquidiocese da Paraíba.

O dossiê produzido pelo SNI sobre o referido evento, além dos documentos já citados, era também constituído pela mensagem escrita pelo Monsenhor Fernando Abath e pelas transcrições das gravações realizados pelos agentes infiltrados. Foram transcritos os pronunciamentos de Dom José Maria Pires, de Dom Antônio Fragoso, do advogado Antônio de Paula Montenegro e da representante do Movimento Feminino pela Anistia/ Núcleo Pernambuco (o nome da mesma não é mencionado em nenhum momento no documento, apesar de sua representação ser citada em pelo menos três momentos ao longo do dossiê).

Na abertura do evento, Dom José Maria Pires se pronuncia destacando a opção de Jesus pelos “marginalizados, as mulheres, os publicanos, os samaritanos e os leprosos”. Esta opção “aprofundou terrivelmente o abismo que se criou entre ele e as autoridades de seu tempo”²²³. O arcebispo destacou a posição de Cristo em seu tempo e a necessidade de a Igreja atual se posicionar em favor dos marginalizados. Dom José ressaltou:

O homem enfrenta dessa maneira os preconceitos da sua época e não se deixa prender pelas normas sociais vigentes. É o fundador e o permanente animador da igreja que hoje se propõe com clareza e decisão crescente, a lutar por uma sociedade que supere todo tipo de dominação. E já que não podemos ainda sonhar com uma sociedade

²²³ Informação N° 2 8 8 6 / 1 9 / A C / 7 5. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

sem classes, em que o lobo se hospede como o cordeiro e o leão e o boi comam palha juntos, pelo menos, temos que aceitar e animar a luta de classes com o objetivo de que uma classe mais forte não domine e não oprima outra mais fraca. Que bandeira desfraldamos? Que arma empunhamos? Nesta luta em que as classes oprimidas devem se unir para irem sacudindo o julgo da dominação? Nossa bandeira pelos Direitos Humanos, nossa arma e a Não-Violência ativa e evangélica.²²⁴

A transcrição da fala de Dom José Maria Pires durante a realização do evento anexado ao documento²²⁵ do SNI destaca alguns aspectos significativos que fizeram parte do *modus operandi* dos agentes de vigilância e repressão da ditadura. As partes selecionadas pelos agentes eram indícios do que era lido como sujeito subversivo, inspirado na Lei de Segurança Nacional. Além de sublinhar alguns trechos do discurso, os agentes desenhavam setas para enfatizar algumas palavras como “luta de classes”. Em outro documento de n. 0221/19/AC/78, os agentes retornam ao discurso do arcebispo enfatizando que este seria prova de que Dom José Maria Pires “pregou a luta de classes”²²⁶.

A mudança nos conteúdos dessas informações produzidas pelo SNI é que, a partir da segunda metade da década de 1970, a difusão das informações constava das “Atividades do CDDH”²²⁷ e, portanto, relacionavam os membros do CDDH como agentes das atividades subversivas. Não apenas o arcebispo era nomeado como subversivo, mas a rede de leigos e sacerdotes que compuseram o CDDH passaram a ter lugar na produção dos agentes como sujeitos subversivos.

5.2 A atuação jurídica e social do advogado do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Vanderley Caixe

Vanderley Caixe, natural de Ribeirão Preto-SP, foi, um importante militante do PCB. Após o golpe de 1964, sua atuação foi marcada pela participação na criação da Frente de Libertação Nacional, posteriormente denominada Frente Armada de

²²⁴ Informação N° 2 8 8 6 / 1 9 / A C / 7 5. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação, p. 15.

²²⁵ Informação N° 2 8 8 6 / 1 9 / A C / 7 5. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

²²⁶ Informação de nº 0221/19/AC/78. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação, p. 25.

²²⁷ BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

Libertação Nacional (FALN). De acordo com o historiador Marcelo Botosso²²⁸, a partir de 1967, as articulações para a construção de uma frente de combate à ditadura militar começaram a ser definidas com a presença atuante de Vanderley Caixe. Segundo Marcelo Botosso:

Leopoldo Paulino, partícipe dos acontecimentos da época, que mais tarde engajou-se na ALN, registrou que em 1967, em um antigo casarão localizado na rua Duque de Caxias, centro de Ribeirão Preto, ocorreu uma reunião coordenada pelo jovem universitário e militante comunista Vanderley Caixe. Contando com a presença de cerca de 40 pessoas, entre elas membros do partido e simpatizantes, Vanderley discursava informando e comentando a respeito das expulsões de militantes ocorridas no PCB, das pretensões de Mário Alves, veterano dirigente pecebista, em estruturar uma nova organização partidária comunista, porém utilizando-se da luta armada no processo revolucionário. Caixe relatou também que havia tido um encontro "secreto" com Carlos Marighella para discutir o futuro da esquerda e que este último se dispunha a formar uma organização armada de combate ao regime autoritário. Ambos concordavam em que essa organização não deveria ter a formação da estrutura burocrática de um partido político. Porém, Marighella reconhecia que a maioria de seus seguidores ainda encontravam-se integrados ao PCB e espalhados por todo o país, motivo pelo qual acreditava que o processo de organização ainda levaria algum tempo. (BOTOSSO, 2001, p. 43.)

Vanderley Caixe propôs a organização do grupo armado, posteriormente denominado de Frente Armada de Libertação Nacional (FALN). Sua atuação foi marcada também pela publicação do jornal estudantil *O Berro*²²⁹. O impresso era organizado pelos estudantes de Direito de Ribeirão Preto e tinha Vanderley Caixe como um dos principais articuladores. A existência do jornal foi mencionada nos documentos do SNI como prova do perfil subversivo do referido militante. De acordo com Marcelo Botosso²³⁰, Vanderley Caixe e a FALN foram responsáveis pelo planejamento e execução da ação de expropriação na pedreira da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. Os agentes da ditadura responsabilizaram Vanderley pelas ações da FALN. Esse foi preso em Ribeirão Preto, em 1969, aos 25 anos de idade. Primeiro, ficou detido no Quartel da Polícia Militar de Ribeirão Preto; posteriormente, foi enviado

²²⁸ BOTOSSO, Marcelo. **A guerrilha ribeirão-pretana: história de uma organização armada revolucionária**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação da UNESP, Franca-SP, 2001.

²²⁹ Segundo Marcelo Botosso (2001) faziam parte também da publicação do impresso *O Berro* Nanci Marieto, Áurea Moretti, além de estudantes da base do Partido Comunista Brasileiro, então, na clandestinidade.

²³⁰ BOTOSSO, 2001, p. 86.

para o Presídio de Tiradentes onde teve o primeiro contato com o arcebispo da Paraíba Dom José Maria Pires.

Após dois anos da sua prisão, Vanderley Caixe foi julgado pela 2ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM)²³¹ e condenado a 10 (dez) anos de prisão liderar a organização da FALN. Em julho de 1972, após apelação da defesa, o Superior Tribunal Militar manteve a sentença. Só em maio de 1974, após nova apelação da defesa, a 2ª CJM concedeu liberdade condicional.²³² As visitas ao presídio Tiradentes realizadas pelo arcebispo de São Paulo, Dom Evaristo Arns, possibilitaram o contato com o arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires. A partir desse contato inicial resultou o convite do arcebispo para Vanderley Caixe se tornar membro e advogado do CDDH.

Vanderley Caixe, mesmo passando a morar e trabalhar na Paraíba, continuou vigiado pelos agentes da ditadura. Neste sentido, conforme informações constantes do Dossiê e dos documentos provenientes do Centro de Informação da Marinha (Cenimar)²³³, Vanderley Caixe tinha sua atuação junto ao CDDH inteiramente rastreada. Os agentes do SNI destacavam que o advogado mantinha uma relação muito próxima com o arcebispo e que este dava inteiro apoio as suas ações. Nas palavras dos agentes Vanderley Caixe contava “com o beneplácido de DOM JOSÉ MARIA PIRES, para dirigir suas ações contra o Governo e o Regime, baseado no tripé “Direitos Humanos”, “Problema Fundiário” e “Presos Políticos”. Problemas importantes da realidade brasileira eram lidos como temáticas subversivas pelos agentes de informação amparados na Lei de Segurança Nacional.

O campo de atuação social criado pelo CDDH possibilitou a constituição de um espaço de resistência mais amplo, visto que a Igreja Católica do Brasil construiu nos anos da ditadura diversas estratégias para denunciar os crimes e o desrespeito aos direitos humanos. Com importantes ações empreendidas no campo social, não escaparam, contudo, da vigilância e da repressão da ditadura militar.

²³¹ A 2ª Circunscrição Judiciária Militar funcionava no casarão da Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, 1249, Bela Vista. Essas circunscrições militares foram criadas para julgar crimes praticados pelas forças armadas, mas com o golpe militar de 1964 esses dispositivos foram direcionados para o julgamento do que chamavam de crimes políticos pela Lei de Segurança Nacional. Hoje o Casarão abriga o Memorial da Luta pela Justiça. Ver mais em: <http://memorialdaresistencia.org.br/lugares/auditoria-da-justica-militar/> Acesso: 06/12/2022.

²³² Informação Nº 122/16/AC/78 de 24 de fevereiro de 1978. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

²³³ Protocolo do documento 00173620.1.78 ACE 109637. Origem: CENIMAR. Informação Nº 127 de 23/01/78. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

Ainda no que tange à atuação do advogado Wanderley Caixe, os agentes realizaram, em 24 de fevereiro de 1978, a seguinte anotação no documento n. 122/16/AC/78:

Acobertado pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos, o Sr. WANDERLEY CAIXE²³⁴ [grifo meu] frequentemente aproveita os meios de comunicação social, reuniões e panfletos para apresentar os temas acima citados, de maneira distorcida, com a finalidade de transmitir suas mensagens com ideias “marxistas leninistas”. Como exemplo típico de sua ação deletéria, anexamos os documentos que constituem os anexos A e B, onde fica patente que a reunião programada e realizada no dia 10 dez 77, pelo Sr. Wanderley Caixe, com a finalidade de comemorar a passagem do 29º aniversário da edição da Carta Universal dos Direitos do Homem, não passou de um simples pretexto para ele agir de modo claramente contestatório ao Governo e Regime.²³⁵

É pertinente observar a linguagem utilizada pelos agentes do SNI como parte significativa da produção do perfil subversivo do referido advogado. Assim como destacaram os historiadores Carlos Fico (2001), ao ressaltar o uso de termos de forma tecnicista e por vezes incompatível com a real dimensão da experiência narrada,²³⁶ e Antônio Torres Montenegro (2021),²³⁷ ao afirmar o uso de tropos linguísticos para compor a construção de informações sobre os sujeitos considerados subversivos.

Os agentes destacavam nas falas do advogado Vanderley Caixe os termos “direitos humanos, problema fundiário e presos políticos”, relacionando-os a mensagens que continham “ideias marxistas leninistas”. Para aqueles, essas falas eram parte de um grande plano comunista, e essa visão era reproduzida na criação dos documentos dos sujeitos vigiados.

Os membros do CDDH continuavam vigiados e perseguidos pelos agentes da repressão. Possuíam, contudo, uma margem de possibilidade de atuação marcante como observamos através dos documentos do próprio SNI²³⁸ que informavam a atuação dessa instituição. Por vezes, contando com a atuação de Dom José Maria

²³⁴ Em alguns documentos do SNI os agentes trocavam a forma escrita de Vanderley por Wanderley.

²³⁵ Informação Nº 122/16/AC/78 de 24 de fevereiro de 1978. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação, p. 2.

²³⁶ FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política – Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 74-75.

²³⁷ MONTENEGRO, Antônio Torres. **Comblin: historiografia, história oral e memória** - Estudos Históricos Rio de Janeiro, v. 34, n. 74, p. 492-511, set./dez 2021, p. 497.

²³⁸ BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

Pires, denunciando publicamente a perseguição e ameaças a Vanderley Caixe²³⁹ e aos demais membros do CDDH. Em 26 de julho de 1978, Dom José Maria Pires publicou denúncia nos principais jornais da Paraíba, que recebeu o seguinte título: “Plano para sequestrar padre e líder católico da Paraíba”²⁴⁰. A reportagem menciona o advogado Vanderley Caixe como um dos alvos do plano para “eliminar membros do CDDH” e um sacerdote católico que não tem o nome divulgado pelo arcebispo, apenas mencionando tratar-se de “um sacerdote comprometido com a causa dos agricultores paraibanos”.²⁴¹

Os registros do SNI apontam que o evento realizado pelo CDDH para comemorar o 29º aniversário da carta universal dos direitos do homem, foi monitorado pelos agentes em seus mínimos detalhes. No entanto, mesmo sob intensa pressão e ameaça dos agentes dos órgãos de repressão, o CDDH e seu advogado não retrocederam. Vanderley Caixe, nos primeiros meses de atuação do CDDH, encaminhou mais de mil denúncias de violações e violências contra os agricultores rurais. As reuniões com os agricultores ameaçados de expulsão continuaram ocorrendo com o acompanhamento dos membros do CDDH nas regiões de Alhandra e Pitimbu, em área abrangida pelas fazendas Mucutu, Shangri-lá, Maravilha, Timbaúba e Gabu e Alagamar ao longo dos anos de 1970-1980.

5.3 As ameaças aos membros do CDDH: o caso de frei Herman Josef

No ano de 1976, os membros do CDDH passaram a ser alvos dos agentes de informação do SNI na Paraíba. Foi enviado à Secretaria Geral do Ministério da Justiça o memorando de n. 336, de 20 de abril de 1976, solicitando a produção de processo de natureza confidencial sobre o frei Herman Josef Curten. O registro com informação do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça referente ao frei foi encaminhado nos primeiros meses de 1976. Constam informações sobre a filiação; é

²³⁹ **Dossiê: Atividades do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba.** BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação, p. 5; 6.

²⁴⁰ Jornal do Brasil, 26 de julho de 1978. Anexos de Recorte de jornal do **Dossiê: Atividades do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba.** BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação, p. 5; 6.

²⁴¹ ²⁴¹ Jornal do Brasil, 26 de julho de 1978. Anexos de Recorte de jornal do **Dossiê: Atividades do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba.** BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação, p. 5; 6.

nascido em 28 de setembro de 1940, em Remscheid, na Alemanha. O frei desembarcou no Brasil em 04 de agosto de 1961, na cidade do Recife, com visto do consulado alemão de Porto Alegre, válido até 15 de janeiro de 1978. No ano de 1976, residia na cidade de João Pessoa-PB e exercia sua atividade religiosa na Igreja do Rosário, localizada no bairro do Jaguaribe.

Eu cheguei ao Brasil com 21 anos, sou alemão, nasci na Alemanha, depois do meu vestibular decidi ser frade franciscano. Então fiz o tempo de probação noviciado na Alemanha 1 ano e em 1961 vim ao Brasil. Cheguei no Recife, de Recife fui para Olinda, não sabia a língua quando começou meu estudo de filosofia, sem saber a língua, pela manhã até meio dia, os professores apresentando as matérias e a gente ouvindo e a tarde procurar traduzir as apostilas para entender, ao menos, o mínimo aquilo que o professor ensinou. Foram dois anos de filosofia. De Olinda fui para Salvador, quatro anos de Teologia e depois do final de 1966 fui ordenado padre. De lá fui para Aracaju, ajudando jovens da Alemanha para um curso de aculturação, vinham ao Brasil para ter aculturação, de se aculturar conhecendo a realidade brasileira. Aí eu fui para me qualificar melhor mandado pela província para o sul, para Porto Alegre, aí fiz o curso (...) um curso de atualização teológica e com ingredientes de outras matérias, tipo, psicologia. Passei, inclusive, 4 anos fazendo terapias e estudando psicologia, sociologia. Depois fui preso. Eu trabalhei lá em Porto Alegre. Depois do curso numa paróquia. De lá os militares prenderam, na divisa com a Argentina, pessoas que passaram pela nossa paróquia onde a gente deu acolhimento, eram presos, quer dizer, foram jovens perseguidos pelo sistema e nos acolhemos e os militares prenderam, torturaram eles em São Paulo e na tortura confessaram que tinham passado pela nossa paróquia. Eles chegaram prenderam o pároco, padre Edgar e prenderam a mim, ficamos um mês presos. Eu fiquei um mês e ele foi solto depois de três dias.” (JOSEF, 2016)

242

O frei Herman Josef, quando de sua passagem pela paróquia de Santa Cecília, em Porto Alegre, auxiliou jovens perseguidos pelos militares. Alguns desses jovens, posteriormente presos, mencionaram que ficaram por alguns dias sob a proteção da paróquia de Santa Cecília. O frei e o pároco padre Edgard foram levados presos. O frei Josef Herman ficou preso por cerca de um mês, depois, foi transferido para prisão domiciliar, tendo que se apresentar regularmente à justiça²⁴³. O frei Herman Josef narrou que desde sua prisão no DOPS de Porto Alegre era vigiado de perto por agentes e não foi autorizado a voltar para o

²⁴² Entrevista do frei franciscano Herman Josef concedida à pesquisadora em 24 setembro de 2016.

²⁴³ Entrevista do frei franciscano Herman Josef concedida à pesquisadora em 24 setembro de 2016.

Nordeste. O frei diz que foi “obrigado, não podia voltar para o Nordeste, tinha um ano de prisão domiciliar me apresentando regularmente ao delegado para marcar minha presença. E sempre seguido, porque eu percebia, por agentes”²⁴⁴

Sobre essa experiência, Frei Betto, no livro *Batismo de Sangue* (1982), narrou seu contato com frei Hermano. Assim descreve o ambiente da prisão:

Separava-nos uma parede de madeira. Em outra cela, mais distante, estavam os seminaristas Camilo e Francisco, o irmão Cechin, os padres Chen, Hermano e Edgard, vigário da Paróquia de Santa Cecília. Por terem auxiliado os refugiados políticos, julgava-se que integravam uma célula revolucionária responsável pelo esquema de fronteira. (BETTO, 1982, 143)²⁴⁵

Do contato com frei Betto e a experiência da prisão, frei Herman narrou:

A gente fez junto um curso chamado *Christus Sacerdos*. *Sacerdos* é uma palavra latina. *Sacerdos* é sacerdotes. E ele... e foi no tempo de frei Betto e os dominicanos que deram apoio ao Marighella, uma luta de resistência. E foi nessa ocasião que Marcelo trabalhava numa paróquia da Piedade com Padre Manuel, que também foi preso, e aí ligaram e prenderam o Manuel e o padre Marcelo. E logo depois, na outra segunda feira eu também fui preso sendo da diocese de Recife, na ligação, especulando com dom Helder Câmara, e depois descobrindo a relação, uma vez que me encontrei com Betto, pediu acolhimento de pessoas perseguidas lá na paróquia Santa Cecília, então a gente foi preso junto. Marcelo ficou com padre Manuel numa cela, eu fiquei na outra cela com uns provincianos dominicanos, e na terceira frei Betto. E às vezes a gente se encontrava nas celebrações, pulava assim o muro e celebrava junto. (JOSEF, 2016)²⁴⁶

Após voltar para o Nordeste, o frei Herman Josef realizou trabalhos de catequização nas usinas da Paraíba e de Pernambuco. O trabalho com os agricultores fez com que Dom José Maria Pires o convidasse para assessorar os agricultores do litoral sul de João Pessoa, onde ocorriam conflitos entre agricultores e latifundiários. Sobre esta experiência relatou o frei:

Me lembro assim de uma visita de dom José Maria Pires, quando ele fez uma visita pastoral na Paróquia do Rosário lá em João Pessoa onde eu morava, então escreveu mais ou menos assim no livro do tombo “a nossa condição franciscana, que é a nossa condição franciscana de um convento e do espaço e de uma condição de um carro à disposição, que a gente colocasse a nossa condição a serviço

²⁴⁴ Entrevista do frei franciscano Herman Josef concedida à pesquisadora em 24 setembro de 2016.

²⁴⁵ BETTO, Frei. **Batismo de Sangue**. Círculo do livro, São Paulo, 1982.

²⁴⁶ Entrevista concedida à pesquisadora em 01 de novembro de 2016.

dos pobres, a serviço daqueles que estavam sendo ameaçados de expulsão, que eram os agricultores do litoral no município do Conde, Alhandra, Pitimbu, principalmente, porque era a área que vai de João Pessoa até a divisa de Pernambuco, Goiana. E nós acompanhamos mais de 40 comunidades, áreas de conflito ao longo de quinze anos. A gente sofria bastante com perseguição pelos capangas, ameaças de morte pela polícia, interrogando, ameaçando de expulsão do país e outras coisas que de fato esses quinze anos tem muita perseguição. (JOSEF, 2016) ²⁴⁷

O projeto Proálcool do Governo Federal foi criado em 1975, no governo do presidente Ernesto Geisel, a partir do Decreto n. 76.593, e incentivava o uso progressivo do etanol como combustível mais rentável e de significativa capacidade de produção no Nordeste. Assim, a implementação de usinas e a utilização de terras que antes eram a base para a sobrevivência de muitos agricultores passaram a ser direcionadas ao plantio da cana-de-açúcar, acirrando os conflitos e ampliando a violência contra os agricultores²⁴⁸. A atuação do CDDH e de frei Herman foi significativa, como também o aumento da vigilância por parte dos agentes da repressão em relação a ele. Com relação a sua atuação junto aos trabalhadores rurais os agentes anotaram:

Na região de Alhandra e Pitimbu, em área abrangida pelas fazendas Mucutu, Shangri-lá, Maravilha, Timbaúba e Gabu, há denúncias da existência de agitação no meio rural, promovida por um religioso de origem alemã, de nome Frei Herman Josef Curten, conhecido, popularmente, por Frei HERMANO JOSÉ. O nominado tem distribuído, entre os agricultores, panfletos, todos enfocando o problema da exploração do meio rural pelos latifundiários e a luta de classes, em ações de propaganda similares às antigas ligas camponesas.²⁴⁹

Vale ressaltar alguns trechos anotados pelos agentes, como o fato de associarem a atuação das ligas camponesas. Estas, já produzidas por discursos que associavam sua atuação a uma prática subversiva e comunista, eram relacionadas à atuação de frei Herman, de forma a produzir a ideia de uma experiência perigosa e

²⁴⁷ Entrevista concedida à pesquisadora em 01 de novembro de 2016.

²⁴⁸ MOREIRA, Emília. **Por um Pedaço de Chão**. João Pessoa: UFPB/Universitária, Vol. I 1997.

²⁴⁹ INFE. Nº 02/75/DOPS/SR/DPF/PB. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

necessária de ser reprimida, como de fato foram violentamente condenados e perseguidos os membros das ligas camponesas e seus militantes.

A violência contra os membros do CDDH, como por exemplo do Frei Herman, era elaborada a partir de informações repassadas pelos informantes dos latifundiários. Chamou-nos a atenção o fato de nas fichas sobre o frei Herman Josef constavam detalhes pormenorizados, como o tipo de veículo que utilizava, placas, cor e característica do veículo, e os horários em que costumava estar presente em determinados lugares. No documento pode-se ler: “O religioso, segundo informes, utiliza-se do veículo VW placa BA-3814/PB, usando aparelhos de comunicação *walkie-talkie* para conversações com uma companheira, também de origem alemã”²⁵⁰. Em outros documentos há registro da cor do carro, “amarelo manga”, e a frequência de horário: “costuma fazer reuniões sempre à noite”.²⁵¹

Em carta enviada aos agentes proprietários de terras pedem providências e denunciam as atividades de Frei Herman Josef nos municípios de Alhandra e Pitimbu. Segundo a informação, o frei estava “realizando reuniões e cerimônias nas quais faz pronunciamentos francamente incitadores contra a paz social”²⁵². Segundo os proprietários, o objetivo dos encontros era “provocar a desapropriação das terras pelo Instituto Nacional de Colonização Agrária (Incra) e distribuí-las aos rurícolas”²⁵³. Na carta é informado que as atividades do frei já haviam sido denunciadas e que o Batalhão de Engenharia já o havia chamado e que o Tenente Arnaldo o tinha proibido de realizar novas atividades na região. Contudo, em virtude da desobediência do clérigo na região, os proprietários pediam novas providências por parte dos agentes. Assinaram a carta os proprietários José Bonifácio Pessoa de Melo Neto, Lucio Cláudio Pedrosa de Melo, Frederico Werne Lundgren e Edmundo Theodor Lundgren.

Em entrevista à autora, o frei Herman Josef narrou que foi alvo de violência e perseguições, enquanto era membro do CDDH e atuou naquela região. O frei destacou alguns momentos em que sofreu violências físicas, sequestro, violência psicológica e tentativas de assassinato. Estas perseguições ocorreram em momentos de retorno de reuniões com trabalhadores no Conde, em Gurugi, e em Caaporã. Assim narrou:

²⁵⁰ Informação N° 02/75/DOPS/SR/DPF/PB. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

²⁵¹ BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

²⁵² Carta de proprietários. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

²⁵³ Carta de proprietários. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação

Depois de discutir voltamos, a gente no nosso fusca, eu dirigindo e de repente nos cercaram três caminhoneiros, desceram, pularam, arrancaram a porta e nos colocaram para fora e jogaram em cima da caminhonete deles e nos sequestraram lá para dentro dos matos. Aí chegamos numa choupana e nos tiraram para fora e começaram a nos brigar, a nos ameaçar e aí disseram: — é, o advogado sim, o advogado tem razão porque advogado é profissional tem o direito de defender! Agora você, padre, padre é para batizar, para celebrar missa! Pronto, o advogado pode ir embora. Aí me pegaram e me levaram para outra casa. E aí fiquei de dez horas da manhã até a tardezinha e eles dizendo: — você vai morrer! Tudo preparado, tinha as máquinas, trator para me arrastar em cima da terra até morrer. Aí ficou nessa perspectiva, os caras lá me mangando, puxando cabelo, chuta pé e tal, só criando clima de... e cantando “se correr o bicho pega”, uma coisa assim, tudo no sentido de desestabilizar interiormente (...) E quando chegou cinco horas o proprietário chegou, um representante chegou: — seu padre, a gente falou com o secretário de segurança, com o coordenador, nesta vez o senhor pode ir embora, nesta vez! Nesta vez nós abrimos a porta o senhor vai para o seu convento, agora nunca mais, o senhor saiba! Nunca mais o senhor pisa aqui! Aí peguei o carro, eles tinham aberto o carro e botado açúcar no tanque aí quando liguei o carro o carro foi se arrastando (risos) cheguei no convento na primeira marcha. Aí o carro voltou completamente quebrado, porque quando botam açúcar o carro não tem condições mais, o motor se prende e acabou. Eles sabem esses truques. (...) Outras vezes que cheguei, depois de celebrar a missa à noite, assim, pelas nove, nove e meia na estrada de Caaporã para a divisa. Eu estava só, aí eu puxando uns oitenta na curva, de repente um caminhão no escuro, e no outro lado um caminhão grande com um farol aceso e eu lá no meio, aí virei sanduíche entre os dois carros. Meu carro completamente quebrado e eu ainda consegui me jogar pela janela da frente, quebrada lá na estrada. E quando eu estava lá na estrada, deitado, vi que saiu um Jeep e com o rádio ligado, quer dizer, eles estavam presenciando, articulando esse momento para através de um acidente me matar. Aí o Jeep com o rádio ligado e eu ouvi assim, deu tudo certo aí ele foi seguindo para Goiana onde fica a usina. Aí depois chega um outro caminhão com capangas para me levar para o hospital, aí eu fui para o hospital, estava bastante machucado, sangrando. (...) E lá em João Pessoa eu fiquei 30 dias em tratamento intensivo. Depois fui para o convento, depois... Aí pela manhã chegou uma pessoa, eu sabia que era um dos capangas, depois disse: — Olhe, só vou lhe dizer uma coisa, a gente não sabia que o senhor ia escapar, se tivesse escapado a gente ia deixar você lá na estrada. (JOSEF, 2016) ²⁵⁴

Destaca-se a relação das perseguições e violências sofridas pelo frei e os documentos encontrados nos arquivos do SNI, nos quais foi possível identificar a articulação dos proprietários latifundiários e os agentes da repressão. Tanto nos

²⁵⁴ Entrevista do frei franciscano Herman Josef concedida à pesquisadora em 24 setembro de 2016.

documentos do SNI produzidos pelos agentes como nos documentos enviados pelos latifundiários havia a menção ao veículo do frei e suas características, horários e rotina de reuniões com os trabalhadores. Os registros dos documentos oficiais, quando associados às narrativas do frei, possibilitam compreender como as violências praticadas foram planejadas numa articulação dos agentes da repressão com os latifundiários.

As ameaças eram também uma prática comum no *modus operandi* da violência dos agentes da repressão e dos capangas a serviço dos latifundiários. A narrativa do Frei Herman revela como o cenário era montado para causar medo e insegurança. E destaca que no local do cativeiro para onde foi levado havia tratores e os capangas falavam em “arrastar o corpo do frei até a morte”. Também cantarolavam frases afirmando: “vai morrer, vai morrer...”²⁵⁵, ao mesmo tempo em que davam chutes e puxões de cabelos.

É possível afirmar que o lugar de poder ocupado pelo frei tinha alguma influência nas formas de repressão e violência de que era alvo. Se, por um lado, o lugar institucional garantia certa proteção, por outro, são inúmeros os casos em que a proteção não ocorreu, ocasionando violência física, repressão, torturas como as sofridas pelo Frei, e até a morte como aconteceu com o padre Henrique, o padre salesiano Rodolfo Lunkenbein²⁵⁶ e o padre jesuíta João Bosco Penido Burnier²⁵⁷.

Outro elemento chama a atenção nos casos de violência contra clérigos: o frei Herman Josef, que sofreu tentativas de homicídio, e o padre Henrique²⁵⁸, assassinado pelos agentes da repressão em Recife, eram próximos, respectivamente, dos bispos Dom José Maria Pires e Dom Helder Câmara. É possível que tais práticas se tratasse

²⁵⁵ Entrevista do frei franciscano Herman Josef concedida à pesquisadora em 24 setembro de 2016.

²⁵⁶ Assassinado em 15 de julho de 1976 quando participava como missionário da Missão Salesiana em Meruri. Participou ativamente, ao lado dos indígenas Bororo, no Mato Grosso, dos movimentos em favor da demarcação das terras indígenas e passou a se tornar alvo dos fazendeiros locais e dos agentes da repressão. Sobre a atuação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e do padre Rodolfo Lunkenbein foi produzido um dossiê de 25 de abril de 1979. Fundo Assessoria de Segurança e Informações da Fundação Nacional do Índio – ASI/Funai (AA3). Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/60751/BR_AN_BSB_AA3_MRL_0005.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso: 05/01/2023.

²⁵⁷ O padre jesuíta foi assassinado dentro de uma delegacia, em Ribeirão Cascalheira, no Mato Grosso, em outubro de 1976. João Bosco Penido Burnier estava na companhia do bispo de São Félix do Araguaia (MT), Dom Pedro Casaldáliga, e foi atingido por um tiro disparado por um policial na delegacia ao tentar defender mulheres que estavam sendo torturadas no local. Sobre a atuação do padre assassinado, Dom Pedro Casaldáliga escreveu a obra: **Martírio do Padre João Bosco Penido Burnier** (2006).

²⁵⁸ Ver mais em: CUNHA, Diogo Arruda Carneiro da. **Estado de exceção, igreja católica e repressão — o assassinato do padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

de uma estratégia da ditadura para atingir os referidos bispos a partir da violência contra sacerdotes que faziam parte das suas equipes episcopais.

O frei alemão Herman Josef destacou que os membros do CDDH costumavam sofrer ameaças e perseguições dos agentes da ditadura. Para o religioso a intenção era a de atingir aqueles que estavam mais próximos do bispo Dom José Maria Pires. Segundo Herman: “sempre as pessoas que estão mais perto do bispo eles iam tentando ou matar, intimidar ou perseguir para o bispo também recuar-se.”²⁵⁹

Diogo Arruda Carneiro da Cunha, no livro *Estado de exceção, igreja católica e repressão — o assassinato do padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto* —, afirma que o padre Antônio Henrique fazia parte de grupos de apoio que auxiliavam jovens da periferia do Recife tratando de temas diversos, em encontros semanais organizados pela arquidiocese. Segundo o pesquisador, o padre Henrique não possuía uma vinculação com grupos militantes, partido políticos ou movimentos de contestação à ditadura militar. Dessa maneira, sua relação com o arcebispo Dom Helder Câmara pode ter sido um dos motivos para seu assassinato. Os agentes da repressão recebiam atingir diretamente o arcebispo de Olinda e Recife em face da reação no nível nacional e, sobretudo, internacional.

Apesar de o padre Henrique não atuar em organizações e em movimentos contestatórios da ditadura militar, vale salientar, conforme destaca o autor Diogo Arruda Carneiro da Cunha (2007), uma fala do arcebispo Dom Helder Câmara:

(...) dom Hélder afirma que a intenção do crime era amedrontar as pessoas que estariam de alguma forma contestando o regime vigente. Isso remete mais uma vez à “cultura do medo” como foi definido pela Maria Helena Moreira Alves e debatido na introdução da dissertação. Para o arcebispo de Olinda e Recife o crime, para ser político, não necessitava que a vítima fosse filiada a partido ou a grupos políticos. A simples intenção de amedrontar a participação política já o tornava político. (p. 141-142) (CUNHA, 2007, p. 44)²⁶⁰

No caso do frei Herman Josef, é possível que sua relação com o arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, tenha se somado a outros motivos. Diferente do padre Henrique, o frei Herman Josef atuava politicamente, tornando-se *persona non grata* dos proprietários de terra e latifundiários.

²⁵⁹ Entrevista do frei franciscano Herman Josef concedida à pesquisadora em 24 setembro de 2016

²⁶⁰ CUNHA, Diogo Arruda Carneiro da. **Estado de exceção, igreja católica e repressão — o assassinato do padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007, p. 44.

As tentativas de expulsão do Brasil foram outra forma de perseguição empreendida pelos agentes da repressão. No caso do frei Herman Josef, em 3 de dezembro de 1975, em documento n. 525-E/2, o 1º Grupamento de Engenharia do IV Exército de João Pessoa-PB enviou um pedido ao Superintendente da Polícia Federal para “afastar do Brasil o referido agitador pelos meios legais”²⁶¹. De acordo com frei Herman Josef, havia:

(...) campanha de expulsão, campanhas de ser transferido. Os usineiros mandaram fazer abaixo-assinado para que eu fosse retirado da região ou fizeram uma publicação e de repente mandaram ser distribuído por toda a região onde era apresentado como guerrilheiro, com espingarda, comparando com Pedro Casaldáliga.(JOSEF, 2016)
262

O Conselho Deliberativo da Província Franciscana enviou ao 1º Grupamento de Engenharia do Exército, em 3 de dezembro de 1975, um documento informando que a Província dos franciscanos reconhece e apoia o trabalho do frei Herman Josef no meio dos trabalhadores rurais. Ressaltam o problema da desigualdade e da violência sofridas pelos trabalhadores expulsos da região como uma questão a ser combatida e, neste sentido, destacam que o trabalho “sacerdotal com o povo consiste em visitas àquelas populações, seja em domicílio ou no trabalho em reuniões de reflexão sobre o evangelho a partir da vida concreta do povo de cada lugar”²⁶³. O documento informa ainda que o trabalho do frei Herman foi comissionado pelos seus superiores hierárquicos e destacaram a solidariedade ao sacerdote “em face das injustas acusações de que está sendo vítima”.²⁶⁴

Apesar do apoio da província, frei Herman relatou durante a entrevista que recebeu a informação de que seria, posteriormente, enviado ao sertão da Bahia. O frei não sabe precisar a data, mas ressalta que sua transferência ocorreu depois de algumas conquistas importantes de desapropriação para os trabalhadores de

²⁶¹ informação n° 525-E/2. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

²⁶² Entrevista concedida à pesquisadora em 01 de novembro de 2016.

²⁶³ Documento do Conselho Deliberativo da Província dos Franciscanos enviado ao 1º Grupamento de Engenharia do Exército em 3 de dezembro de 1975. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

²⁶⁴ Documento do Conselho Deliberativo da Província dos Franciscanos enviado ao 1º Grupamento de Engenharia do Exército em 3 de dezembro de 1975. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

Alhandra, Conde e Pitimbu. Pelo relato do frei e os documentos do SNI, Herman Josef foi transferido da Paraíba no final da década de 1970. O frei Herman Josef destacou:

Quando eu voltei do Rio Grande do Sul, depois de quatro anos para a minha província, então tinha um velho missionário alemão, “olhe, você não foi preso por nada não! Alguma coisa aconteceu, você e sua turma de comunista” e sempre quando voltei para casa, tinha frades, quer dizer, frades mais antigos que não compreendiam, porque nunca fizeram isso, né? Inclusive me lembro do meu superior, meu mestre que dizia que a gente vir da Alemanha pro Brasil nunca se metesse em política, “porque nos erámos missionários e um missionário anuncia a palavra de Deus, ele não tem nada a ver nesse de se meter de política”, e eu fazia isso piamente, todo esse tempo, piamente até que fui preso e eu percebi que não tinha jeito, não fui eu que escolhi, quer dizer, eu fui preso! Diante da situação de violência eu tenho que me decidir.(JOSEF, 2016) ²⁶⁵

O franciscano não sabia precisar o ano em que foi realizada sua transferência, mas destaca que a decisão pela sua transferência foi influenciada pela sua atuação social:

A gente sofria bastante com perseguição pelos capangas, ameaças de morte pela polícia, interrogando, ameaçando de expulsão do país e outras coisas que de fato esses quinze anos tem muita perseguição. Mas no final, inclusive a província também pedindo que eu fosse, mas eu pedi que eu ficasse ao menos para garantir as comunidades, aqueles que estavam se organizando e de fato conseguiram, naqueles que de fato se uniam conseguiram uma desapropriação da terra, então isso de fato foi garantido e eu fui transferido para uma outra região no sertão da Bahia.” (JOSEF, 2016) ²⁶⁶

Neste sentido, vale salientar que havia posicionamentos diversos dentro do clero brasileiro. Guardadas as devidas proporções, as perseguições e ameaças partiam dos agentes da ditadura, de forma violenta e institucionalizada, mas também da coação entre os próprios sacerdotes católicos que discordavam da atuação social de clérigos como o frei Herman Josef. O apoio da província franciscana e de Dom José Maria Pires na defesa dos membros do CDDH não impediram a continuidade das ameaças e perseguições. Assim como no caso do frei Heman Josef, foi possível encontrar muitos documentos e dossiês do SNI relacionados ao trabalho jurídico do advogado Vanderley Caixe.

²⁶⁵ Entrevista do frei franciscano Herman Josef concedida à pesquisadora em 24 setembro de 2016.

²⁶⁶ Entrevista do frei franciscano Herman Josef concedida à pesquisadora em 24 setembro de 2016.

Embora tenham enfrentado diversas violações e violências a atuação social de clérigos e leigos na Paraíba, durante o bispado de Dom José Maria Pires, foi marcante. Conforme identificado tanto nos documentos do SNI quanto nos registros de atividades e relatórios da Arquidiocese da Paraíba, as práticas sociais empreendidas a partir da criação do CDDH indicam que esta instituição tenha tido um papel estratégico de poder significativo durante os anos de ditadura militar na Paraíba.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1965 Dom José Maria Pires foi nomeado bispo da Arquidiocese da Paraíba e, no ano seguinte, tomou posse do cargo na cidade de João Pessoa-PB. A nomeação e posse do arcebispo ocorreram durante os primeiros anos do golpe militar de 1964. A atuação de Dom José Maria Pires, naqueles anos mostra as relações de poder que se estabeleceram entre a Igreja Católica e a Ditadura Militar. Observando a experiência do arcebispo da Paraíba, pode-se dizer que no momento anterior e imediatamente posterior ao golpe militar de 1964 Dom José Maria Pires foi um “entusiasta” do que chamava de Revolução. Contudo, a violência e a repressão dos militares, instaladas desde o momento imediato do golpe, começaram a se ampliar na sociedade passando a atingir, inclusive, sacerdotes católicos.

Logo em seu discurso de posse como arcebispo da Paraíba, no dia 27 de março de 1966, Dom José Maria Pires destacou seu compromisso de encaminhar a Igreja da Paraíba em consonância com o Vaticano II. Os conflitos e tensionamentos com os militares e agentes da repressão iniciaram, contudo, anteriormente, ainda quando Dom José era bispo de Araçuaí-MG. Ao chegar à Paraíba, esses tensionamentos se tornaram mais claros. As falas do arcebispo durante as homilias, inclusive, na celebração em comemoração ao chamado “aniversário da revolução”, causaram repercussões entre o arcebispo e os militares. Ao analisarmos os documentos do SNI, identificamos que as produções sobre o arcebispo começaram a ser realizadas no ano de 1965 e início de 1966, mas estas possuíam, ainda, um aspecto mais informativo e descreviam, por exemplo, a cerimônia de posse do arcebispo, destacando a presença de Dom Helder Câmara.

Os conflitos entre a Igreja e a Ditadura se ampliaram durante o ano de 1966, com a publicação do chamado *manifesto de Beberibe*. No dia 14 de julho de 1966, em reunião dos clérigos em Beberibe (município do Estado do Ceará), foi lido o manifesto dos bispos em apoio ao Documento da ACO, do qual Dom José Maria Pires foi signatário, e reverberou na Imprensa de vários estados do país. No final de julho

de 1966, o *Jornal do Brasil* publicou uma matéria com o seguinte título: *Bispos do Nordeste lançam Manifesto de solidariedade a trabalhadores da Região* (1966)²⁶⁷.

A produção de informações, conforme indicou Carlos Fico (2001), se estabelecia como uma estrutura que funcionava como um sistema de espionagem e também de inculpação; “partia-se da inferência de que todos poderiam ser potenciais suspeitos de subversão.”²⁶⁸ Assim, podemos destacar que o simples fato de uma ficha com informações aparentemente irrelevantes, como a descrição da cerimônia de posse de Dom José Maria Pires e o destaque para a presença do arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara, era parte da forma como agiam os agentes da informação e repressão na produção de um perfil subversivo. Esse perfil foi se avolumando com as informações que eram produzidas pelos agentes durante os anos seguintes da atuação de Dom José Maria Pires na Paraíba²⁶⁹, resultando na produção de um dossiê sobre as atividades do arcebispo, que foram analisadas nessa tese.

Identificamos os tensionamentos que se apresentaram na relação de sacerdotes católicos e dos agentes da ditadura militar e os documentos do SNI nos permitiram constatar as práticas sociais empreendidas por sacerdotes e leigos na Paraíba. Assim, quanto mais desenvolviam práticas sociais e de apoio aos trabalhadores rurais, mais informações eram produzidas na tentativa de criar um perfil subversivo para esses sacerdotes. Contudo, também é possível perceber que esses sacerdotes e leigos, ligados de alguma forma a uma estrutura de poder, como é o caso da Igreja Católica, conseguiram encontrar espaços estratégicos de resistência para o desenvolvimento de práticas sociais.

A partir da leitura de Michel de Certeau (1994), o lugar estratégico articula o cálculo de um lugar, isto é, um espaço planejado, estruturado. Esse lugar, ocupado por um sujeito de saber e poder, como é o caso do arcebispo Dom José Maria Pires, lhe permitiu construir possibilidades para o desenvolvimento de práticas sociais que eram, em grande medida, reprimidas pela estrutura de poder dos militares sob a acusação de serem práticas subversivas e contrárias à Lei de Segurança Nacional.

²⁶⁷BISPOS DO NORDESTE LANÇAM MANIFESTO DE SOLIDARIEDADE A TRABALHADORES DA REGIÃO. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, jul. 1966. Disponível em: <http://www.pe-az.com.br/dh/1966.htm> Acesso em 19 out. 2019.

²⁶⁸ FICO, Carlos. **Como eles agiam** — Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política — Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 100.

²⁶⁹ Dossiê D. José Maria Pires — Arcebispo da Paraíba. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação (p. 1-135).

Se em um primeiro momento, isto é, na segunda metade da década de 1960, os documentos do SNI produziam uma gama de informações sobre as atividades do arcebispo Dom José Maria Pires, a partir de 1976 essas produções passaram a contar com a menção recorrente do CDDH. Os agentes constataram, nesse órgão, uma série de práticas sociais que chamavam de “subversivas”, voltadas à assistência de garantia de direitos dos trabalhadores rurais do litoral sul, de João Pessoa, que se materializavam na assistência jurídica e no suporte de educação e divulgação sobre os direitos dos cidadãos naquela região.

Ao estudarmos a atuação de Dom José Maria Pires na Paraíba e as práticas desenvolvidas pelo CDDH, compreendemos que essas conseguiram possibilitar, em virtude do lugar de poder que ocupavam, práticas sociais e espaços de resistência no contexto entre os anos de 1966 e 1980. Neste sentido, os lugares estratégicos de poder favoreceram manobras na estrutura de vigilância da ditadura militar. No entanto, essas práticas também avolumaram a produção de informações sobre o arcebispo e as tentativas de impedir sua continuidade.

A partir de 1968, as anotações produzidas pelos agentes de informações sobre Dom José Maria Pires aumentaram exponencialmente. O processo nº 066332 consta no prontuário do arcebispo. Nele foi possível observar que entre os anos de 1966 e 1967 havia 21 registros sobre o arcebispo. Durante o ano de 1968, entretanto, houve um aumento significativo desses registros, destacando-se, assim, o aumento do aparato de vigilância sob sua atuação. Em 1968, foram elaboradas 27 anotações, desde 11 de março a 25 de dezembro de 1968, que permitiram entender a dinâmica das atividades da repressão. A vigilância e a repressão se abateram sobre todos aqueles que contestavam a ditadura militar logo no imediato pós-golpe, como vimos nos primeiros capítulos. As cassações e perseguições foram sumárias.

A forma de agir dos agentes do SNI também se dava pela suspeição e inculpação, conforme análise a partir dos estudos de Carlos Fico (2001), a saber, todo cidadão podia ser potencialmente um subversivo. Notamos, também que conforme as práticas de resistência iam se apresentando na sociedade civil, maiores eram os dispositivos de repressão e violência criados.

No ano de 1968, por exemplo, a vigilância e a repressão, na prática, já estavam sendo realizadas de forma mais ampla e violenta. A produção de informações sobre Dom José Maria Pires, como vimos, se ampliou significativamente desde o início do ano de 1968. Ou seja, podemos dizer que o AI-5, publicado no final do ano de 1968,

em 13 de dezembro, institucionalizou a repressão que já havia se ampliado na prática nos meses anteriores.

O impacto do AI-5 criou um hiato nas anotações sobre Dom José Maria Pires, ou seja, de dezembro a junho de 1969 não identificamos registros nas fichas de Dom José Maria Pires no SNI. Essa lacuna pode ser o resultado de um recuo das práticas sociais do arcebispo diante da institucionalização da violência e da repressão.

No entanto, esse possível intervalo não provocou o afastamento definitivo de Dom José Maria Pires no enfrentamento aos militares e, notadamente, na sua atuação social. Identificamos, posteriormente, falas e homilias do arcebispo condenando a falta de liberdade e a violência institucionalizada pelo AI-5. Em 1971, Dom José começou a organizar o que chamou de Equipe de Promoção Humana (1971), grupo que logo em seguida, no ano de 1976, passou a se chamar Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) e a contar com uma estrutura estratégica que desenvolveu importantes práticas sociais.

O reflexo das atuações do CDDH pode ser visto na organização de trabalhadores do campo, na publicação e distribuição de materiais educativos, como a cartilha: *Você conhece os seus direitos?*²⁷⁰ A publicação desse escrito, como vimos no transcorrer dessa pesquisa, teve ampla divulgação entre os trabalhadores rurais. Do mesmo modo, os eventos, como aqueles realizados em alusão ao aniversário da publicação da DUDH (1948), foram organizados pelo CDDH e reuniram organizações, sacerdotes e militantes leigos de vários lugares do país.

No dia 10 de dezembro de 1977, o CDDH realizou um evento para comemorar a passagem do 29º aniversário da Carta dos Direitos Humanos. A preparação dos agentes do SNI para o evento ocorreu de forma prévia e planejada, como registrou a Informação Nº 2 8 8 6 / 1 9 / A C / 7 5. A análise desses documentos evidencia que os membros do CDDH estavam na mira dos agentes do SNI e a vigilância sobre suas atividades ocorreram de forma ampla e minuciosa.

As atividades do CDDH, então, passaram a figurar nos documentos do SNI como uma instituição que precisava ser vigiada e reprimida. Verificamos a produção de um *Relatório Especial de Informação*²⁷¹, no qual os agentes informavam sobre as

²⁷⁰ **Você conhece os seus direitos?** Centro de Defesa dos Direitos Humanos – Arquidiocese da Paraíba. Informação Nº 1437 B-E/2; INFORMAÇÃO N2 8 8 6 / 1 9 / A C / 7 5. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

²⁷¹ Relatório Especial de Informação Nº 161/119/Are/1978 de 21 de fevereiro de 1978. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

atividades dos membros do centro destacando que a instituição vinha “tomando corpo” e, em virtude disso, os órgãos de vigilância e repressão deveriam se voltar para sua vigilância.

Observa-se, a partir da segunda metade da década de 1970, que alguns membros do CDDH foram minuciosamente vigiados pelos agentes do SNI. Um aumento significativo do ponto de vista quantitativo e qualitativo, isto é, tanto observamos um aumento no número de informações como encontramos documentos com detalhes acurados sobre as atividades e o cotidiano dos membros do CDDH, com a produção de dossiês sobre Dom José Maria Pires, o frei Herman Josef e o advogado Vanderley Caixe.

Além disso, constatamos como a dinâmica da repressão funcionou, também, para atender os latifundiários locais, que recorriam aos agentes do SNI solicitando providências para barrar as atividades dos membros do CDDH nas regiões dos municípios de Alhandra e Pitimbu. Assim como analisado nas correspondências enviada pelos latifundiários aos agentes da ditadura. Foi possível detectar que os agentes da ditadura respondiam a esses pedidos, como ficou evidenciado com a informação de que o Tenente Arnaldo do Batalhão de Engenharia havia chamado o frei Herman Josef para prestar depoimento e proibir o frei de retornar à região.²⁷²

Se, por um lado, podemos afirmar que os membros do CDDH passaram a ser alvos na teia da estrutura de repressão da ditadura militar, por outro, também observamos que as atividades do CDDH continuaram a ser desenvolvidas de forma significativa. Certamente, essas práticas foram possíveis em virtude do lugar de poder exercido pelo arcebispo Dom José Maria Pires e do próprio centro. Os próprios agentes destacam que as atividades desse centro continuavam se desenvolvendo por contarem com o que chamavam de “beneplácito do arcebispo da Paraíba”²⁷³.

Nesse sentido, destacamos que os tensionamentos entre sacerdotes católicos e os agentes da ditadura militar revelavam a dinâmica nas relações de poder em um contexto marcado pela vigência de uma ditadura militar violenta e repressora. Assim, a Igreja Católica foi um espaço estratégico de resistência nesse período, que foi identificado nos próprios limites encontrados pelos agentes da repressão, ao tentarem barrar as atividades do arcebispo Dom José Maria Pires e do CDDH.

²⁷² Carta de proprietários. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

²⁷³ Relatório Especial de Informação Nº 161/119/Are/1978 de 21 de fevereiro de 1978. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

No dossiê elaborado pelo SNI sobre a atuação de Dom José Maria Pires pode-se ler:

A aplicação da LSN para coibir as atividades subversivas de clérigos se, por um lado, contribui para dificultar ou interromper essas atividades, acarreta repercussões políticas internas e externas que, presentemente, parece recomendável evitar. (...) qualquer dessas medidas, caso adotadas, seriam objeto de intensa campanha contra o Governo, interna e externamente.²⁷⁴

De acordo com o exposto, as punições advindas da Lei Segurança Nacional repercutiriam negativamente para o governo, notadamente, em se tratando de sua aplicação para um arcebispo da Igreja Católica. O documento destaca que a adoção de punições baseadas na referida lei poderia causar repercussões negativas e, por isso, a assessoria jurídica desaconselhava tal aplicação.

Os lugares de poder ocupados por clérigos católicos revelaram, ainda, um outro aspecto do funcionamento da vigilância da ditadura militar. O alcance da repressão parece ser empreendido de forma distinta, principalmente nas suas consequências práticas conforme o grau de poder que o sujeito se encontrava na hierarquia católica. Conforme observado nas análises documentais e na entrevista oral do frei Herman Josef.

Analizamos ao longo dessa tese que no caso do frei Herman Josef sofreu duas tentativas de assassinato e foram encaminhados documentos solicitando sua expulsão do Brasil. No caso de Vanderley Caixe, segundo denúncia feita pelo arcebispo Dom José Maria Pires, havia um plano para matar o advogado do CDDH. A reportagem publicada no *Jornal do Brasil*, em 26 de julho de 1978, destacou que foi descoberto um plano para “eliminar membros do CDDH” no qual estavam incluídos o advogado Vanderley Caixe e um “sacerdote comprometido com a causa dos agricultores paraibanos”²⁷⁵. Essas práticas de repressão destacam que a violência da ditadura militar possuía uma dinâmica distinta a depender de quem eram os alvos dos órgãos de vigilância e repressão. Os agentes pareciam direcionar a violência contra aqueles próximos dos bispos e arcebispos para tentar atingi-los. Observamos tal

²⁷⁴ Dossiê D. José Maria Pires – Arcebispo da Paraíba. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação (p.1-135), p. 4-5

²⁷⁵ *Jornal do Brasil*, 26 de julho de 1978. Anexos de Recorte de jornal do **Dossiê: Atividades do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba**. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação, p. 5; 6.

dinâmica nos casos das ameaças sofridas pelo advogado Vanderley Caixe e das violências sofridas pelo frei Herman Josef.

Apesar disso, podemos dizer que a própria atuação do advogado Vanderley Caixe foi possível em virtude do lugar ocupado no CDDH. A informação foi, inclusive, respaldada pelos agentes do SNI, que afirmavam a dificuldade de impedir as práticas do advogado, pois aquele contava, segundo as palavras dos agentes, com o “beneplácito de Dom José Maria Pires”²⁷⁶

As intervenções do arcebispo Dom José Maria Pires, no pedido de intervenção junto ao conselho deliberativo franciscano solicitando apoio para barrar as tentativas de expulsão do padre Herman Josef, ou nas denúncias feitas aos jornais locais sobre as perseguições sofridas pelos membros do CDDH, permitiram a continuidade das atividades dos membros do referido centro.

Neste sentido, podemos dizer que o lugar estratégico de poder do arcebispo da Paraíba e a criação do CDDH garantiam o desenvolvimento de um espaço de resistência durante a ditadura militar. Os membros dos CDDH, embora continuassem vigiados e perseguidos pelos agentes da repressão, conseguiram, contudo, uma possibilidade de atuação, como observado pelas análises realizadas.

²⁷⁶ Informação Nº 122/16/AC/78 de 24 de fevereiro de 1978. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação, p. 2.

REFERÊNCIAS

FONTES:

FUNDOS DE PESQUISA DO ARQUIVO NACIONAL

- **BR DFANBSB V8** (FUNDO: SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO)
- **BR RJNRIO TT** (FUNDO: DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA)
- **BR DFANBSB VAZ** (FUNDO: CENTRO DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DA AERONÁUTICA)
- **BR DFANBSB Z4** (FUNDO: DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES)
- **BR DFANBSB ZD** (FUNDO: DIVISÃO DE INTELIGÊNCIA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL)

ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA PARAÍBA:

ALBUQUERQUE, O. L. **[Correspondência]**. [Sem título]. Remetente: Dom José Maria Pires. Carta. Jaguaribe – João Pessoa, 9 ago.1966. C: f/4 (001-080) A1 p. 4. Fundo Chancelaria, Doc dos Bispos. Correspondência Pessoal. *Arquivo Eclesiástico do Centro Cultural São Francisco.*

C: f/4 (001-080) A1 p. 4. Fundo Chancelaria, Doc dos Bispos. Correspondência Pessoal. **ARQUIVO ECLESIÁSTICO Centro Cultural São Francisco.**

DELGADO, J. M. **[Correspondência]**. Exmo. E Revmo. Irmão do Episcopado Paz no Senhor. Destinatário: Dom José Maria Pires. Roma, 20 nov. 1965. Carta ao arcebispo de Fortaleza. C: f/4 (001-080) A1 p4. *Arquivo eclesiástico do Centro Cultural São Francisco.*

JOÃO; EDMUNDO. **[Correspondência]**. Caríssimo Dom José, sua bênção. Destinatário: Dom José Maria Pires. Roma, 20 dez. 1965. Carta. C: f/4 (001-080) A1 p4. *Arquivo eclesiástico do Centro Cultural São Francisco.*

MAYER, A. C. **[Correspondência]**. [Sem título]. Destinatário: Carta circular ao episcopado. Campos, 8 set. 1966. C: f/4 (001-080) A1 p. 4. Fundo Chancelaria, Doc dos Bispos. Correspondência Pessoal. *Arquivo eclesiástico do Centro Cultural São Francisco.*

PAIVA, C. L. **[Correspondência]**. Destinatário: PIRES, D. J. M. João Pessoa, 14 ago. 1966. Carta. C: f/4 (001-080) A1 p. 4. Fundo Chancelaria, Doc dos Bispos. Correspondência Pessoal. *Arquivo eclesiástico do Centro Cultural São Francisco.*

PIRES, D. J. M. **[Correspondência]**. Meu caro amigo dr. Celso. Destinatário: Celso Paiva Leite. João Pessoa, 10 ago. 1966. Carta. C: f/4 (001-080) A1 p4. Fundo Chancelaria, Doc dos Bispos. Correspondência Pessoal. *Arquivo eclesiástico do Centro Cultural São Francisco.*

PIRES, D. J. M. TRAÇOS BIOGRÁFICOS. C: g/6 (042 a 061) A 02 pl58. Chancelaria, Documentos do Clero, Traços Biográficos. *Arquivo eclesiástico Centro Cultural São Francisco.*

Tomada de posse – Primeiro Pronunciamento ao chegar em João Pessoa, em frente ao Palácio do Carmo, na Praça, em 26 de março de 1966.

Entrevista Oral:

Entrevista do frei franciscano Herman Josef concedida à pesquisadora em 24 setembro de 2016.

Outros Documentos:

CONCLUSÕES DA II CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO - Medellín, Colômbia 1968

Periódicos:

BISPOS DO NORDESTE LANÇAM MANIFESTO DE SOLIDARIEDADE A TRABALHADORES DA REGIÃO. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, jul. 1966.

Disponível em: <http://www.pe-az.com.br/dh/1966.htm> Acesso em 19 out. 2019.

Jornal do Commercio, 20 de março de 1966.

Prelado faz reparos ao Manifesto. **Jornal O Estado de S. Paulo**, quarta-feira, 5 de outubro de 1966, página 6.

RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 30 jul. 1966.

Disponível em: <http://www.pe-az.com.br/dh/1966.htm> Acesso em 19 out. 2019.

SIAN – SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO ARQUIVO NACIONAL:

Carta de proprietários. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

Documento do Conselho Deliberativo da Província dos Franciscanos enviado ao 1º Grupamento de Engenharia do Exército em 3 de dezembro de 1975. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

Dom José Maria Pires - INFORMAÇÃO N2 8 8 6 / 1 9 / A C / 7 5. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

Dossiê D. José Maria Pires – Arcebispo da Paraíba. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação (páginas 1-135).

Dossiê: Atividades do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação

Informação de nº 0221/19/AC/78. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

Informação Nº 02/75/DOPS/SR/DPF/PB. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

Informação Nº 2 8 8 6 / 1 9 / A C / 7 5. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

informação nº 525-E/2. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

Informação Nº 122/16/AC/78 de 24 de fevereiro de 1978. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

Informação Nº 122/16/AC/78 de 24 de fevereiro de 1978. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

Informação Nº 1437 B-E/2; INFORMAÇÃO N2 8 8 6 / 1 9 / A C / 7 5. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

Informação Nº 1437 B-E/2; INFORMAÇÃO N2 8 8 6 / 1 9 / A C / 7 5. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

Informação Nº886/19/AC/75, sobre Dom José Maria Pires – BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação (páginas 1-7).

Informação, sobre Dom José Maria Pires – BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação (páginas 1-7).

Informe N° 184/QG-4 de 4 de junho de 1968. Movimento Subversivo. Fundo Centro de Informação de Segurança da Aeronáutica BR DFANBSB VAZ.

Jornal do Brasil, 26 de julho de 1978. Anexos de Recorte de jornal do **Dossiê: Atividades do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba**. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

Ofício nº 284/76-CCP. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

Protocolo do documento 00173620.1.78 ACE 109637. Origem: CENIMAR. Informação N° 127 de 23/01/78. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

Relatório Especial de Informação N° 161/119/Are/1978 de 21 de fevereiro de 1978. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

Você conhece os seus direitos? Centro de Defesa dos Direitos Humanos – Arquidiocese da Paraíba. Informação N° 1437 B-E/2; INFORMAÇÃO N2 8 8 6 / 1 9 / A C / 7 5. BR DFANBSB V8 Fundo: Serviço Nacional de Informação.

Vídeos do YouTube:

Discurso de Dom José Maria Pires lido pelo jornalista Silvio Osias na cerimônia de concessão do título de Cidadão Paraibano *post mortem* a Dom José Maria Pires. [transcrição do vídeo] **O discurso que Dom José Maria Pires se negou a submeter à censura, na Paraíba**. 19 de novembro de 2019 – 1 vídeo (14:28 minutos) Publicado pelo Canal Wellington Farias. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YpPU4Cn7_LI> Acesso: 19/08/2020.

BIBLIOGRAFIA:

AIRES, José Luciano Queiroz. SILVA, Vânia Cristina da. (Org.) **Poder, memória e resistência: 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios**. Editora do CCTA; Mídia Editora. João Pessoa, 2016.

BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. Ensaios de eclesiologia militante. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

BOTOSSO, Marcelo. **A guerrilha ribeirão-pretana: História de uma organização armada revolucionária**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da UNESP, Franca-SP, 2001.

BRITO, Lucelmo Lacerda. Medellín e Puebla: epicentros do confronto entre progressistas e conservadores na América Latina. *Revista Espaço Acadêmico*. n. 111 ago. 2010.

BRUNEAU, Thomas. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. **O medo em cena: a ameaça comunista na ditadura militar (Caruaru, PE – 1960 – 1968)**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em História, 2015.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CIRANO, Marcos. **Os caminhos de Dom Helder: perseguições e censura (1964-1980)**. Recife: Guararapes, 1983.

CITTADINO, Monique. **Poder local e ditadura militar: o governo de João Agripino Paraíba (1965-1971)** Bauru/SP: Edusc, 2006.

COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE. Cadernos da memória e verdade. v. 4. Recife: Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado de Pernambuco, 2015.

CONCLUSÕES DA II CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. Medellín, Colômbia 1968.

COSTA, Suzana Queiroga. **Jornal <<A Imprensa>> como fonte de informação e memória da produção editorial paraibana do século XX (1912-1942)** – Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, 2011.

CUNHA, Diogo Arruda Carneiro da. **Estado de exceção, igreja católica e repressão — o assassinato do padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

DIAS, Elissandra Maria da Costa. **Vigilância e controle:** atuação do SNI sobre a comunidade acadêmica da Universidade Federal da Paraíba (1964-1985). Dissertação de Mestrado. PPGH-UFPB, João Pessoa, 2021.

DIAS, Reginaldo Benedito. Da esquerda católica à esquerda revolucionária: a ação popular na história do catolicismo. **Revista Brasileira de História das Religiões.** Ano I, n. 1. Dossiê Identidades Religiosas e História, 2008.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe** – Traduzido pelo Laboratório de Tradução da Faculdade de Letras da UFMG por: Ayeska Branca de Oliveira Farias; Ceres Ribeiro Pires de Freitas; Else Ribeiro Pires Vieira; Glória Maria de Mello Carvalho. Revisão Técnica: René Armand Dreifuss. 3. ed. Petrópolis: Vozes. 1981.

DUARTE, Thamara Maria Maia. **A caminhada do primeiro Centro de Defesa dos Direitos Humanos no Brasil**: Terra, Justiça e Liberdade semearam a revolução da fé na Paraíba. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da UFPB, 2015.

FÁVERO, Osmar. **MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (MEB) primeiros tempos: 1961-1966**. Texto apresentado no V Encontro Luso-Brasileiro de História da Educação, realizado em Évora, Portugal, de 5 a 8 de abril de 2004.

FERREIRA, Jorge. GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Olga Larissa Veiga. **Onde termina a justiça social e começa a subversão? Igreja Católica progressista e movimentos sociais no campo sob a vigilância do SNI na Paraíba (1975-1985)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPB, João Pessoa, 2020.

FICO, Carlos. **Como eles agiam** — Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74. jan./abr. 2017.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GIACOMELLI, Gabriele. **'Igreja Viva' Uma Análise da Dimensão Educativa da Ação Pastoral Popular da Arquidiocese da Paraíba (1966-1973)**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2001.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980)**: a visão da espionagem. 1ª. edição. Rio de Janeiro: Record, 2014.

JÚNIOR, Marco Antonio Mitidiero. **Ação territorial de uma Igreja radical: Teologia da Libertação, Luta pela Terra, e Atuação da Comissão da Pastoral da Terra no Estado da Paraíba**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da USP, São Paulo, 2008.

KULESZA, Wojciech Andrzej *et al.* **O malogro da educação popular na Paraíba (1930-1945)**, V Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, 2001, Campinas. Anais, 2001. CD-ROM.

LÖWY, Michael, **Marxismo e cristianismo na América Latina**. In: Revista Lua Nova, CEDEC, nº 19, São Paulo, 1989, São Paulo.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**; Trad. Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

LÖWY, Michael. **A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano** (2014) tradução: Mariana Echalar. 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2014.

MACHADO, Bernardo Novais da Mata. EDGAR E JOSÉ CARLOS: PAI E FILHO NA RESISTÊNCIA À DITADURA. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, Belo Horizonte, n. 64, p. 613 - 622, jan./jun. 2014.

MARTIN, Cipriano Calvarro. **“Deus não nos fez bispos de almas desencarnadas”**: Campina Grande e a Nova Filosofia Social da Igreja Católica para o Nordeste. João Pessoa: Imprell, 2006.

MAINWARING, Scott. **Igreja católica e política no Brasil (1916-1985)** Trad. Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MAUPEOU, Samuel Carvalheira de. **Práticas e discursos na relação entre Igreja e Estado, no ano de 1968, em Pernambuco**. ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História. João Pessoa, 2003.

MELLO, José Octávio de Arruda. **Da resistência ao poder: O (P)MDB na Paraíba (1965/1999)**. Campina Grande: EDUEP, 2010.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Comblin: historiografia, história oral e memória ***Estudos Históricos Rio de Janeiro***, v. 34, n. 74, p. 492-511, set-dez/2021.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **Travessias: padres europeus no Nordeste do Brasil (1950-1990)** Recife: CEPE, 2019.

MOREIRA, Emília. **Por um Pedaco de Chão**. João Pessoa: UFPB/Universitária, Vol. I 1997.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da USP, São Paulo, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os espões dos Campi. In: **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 193/241.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do regime militar brasileiro**. 1ª edição, 7ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.

NETO, Faustino Teatino Cavalcante. GUEDES, Paulo Henrique M. de Queiroz. NETO, Martinho Guedes dos Santos (org.) “et. al”. **Cultura e poder político: historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana**. Editora Universitária da UFPB, João Pessoa, 2012.

NETO, Lira **Castello: A marcha para a ditadura**. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. As cassações de mandatos de prefeitos durante a ditadura militar no estado da Paraíba (1964-1969) **Saeculum** – Revista de História, Nº 31, João Pessoa: jul/dez, 2014: 285-304.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. **CASSAÇÕES DE MANDATOS PARLAMENTARES NO ESTADO DA PARAÍBA APÓS O ATO INSTITUCIONAL Nº 5 (AI-5)**. Anais Eletrônicos do XVI Encontro Estadual de História — Poder, memória e resistência: 50 anos do golpe de 1964. Campina Grande. 25 a 29 de agosto de 2014, p. 529-540.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. **Golpe civil-militar e repressão no imediato pós-golpe: os casos da Paraíba e de Minas Gerais**. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 15, n. 22, 1º sem. 2014.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. **O Partido dos Trabalhadores e a Política na Paraíba: construção e trajetória do partido no Estado (1980/2000)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Recife, 2003.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. “Militância estudantil e opção pela ‘Luta Armada’ – trajetórias, história e memória”. NUNES, Paulo Giovani Antonino.; PETIT, Perit.; LOHN, Reinaldo Lindolfo. (Orgs.). **Utopia e repressão: 1968 no Brasil**. Salvador: Sagga Editora, 2018, pp. 133/159.

OLIVEIRA, Augusto Marcos Fagundes. **ÊXODOS E ENCRUZILHADAS DA MISSA DOS QUILOMBOS** – Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

PASSOS, Mauro. **Um profeta em movimento**. Dom José Maria Pires. Desatando Nós. Mauro Passos (Org.) Belo Horizonte: O Lutador, 2011.

PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **Em nome de Deus, dos pobres e da libertação: Ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980**.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPB, João Pessoa, 2012.

PESSOA, Victor Gadelha. **As ligas camponesas da Paraíba**: história e memória. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura no Brasil: entre memória e história. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.) **Ditaduras militares**: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Belo Horizonte: UFMG, 2015.

RIDENTI, Marcelo S. Ação popular: cristianismo e marxismo. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Orgs.). **História do marxismo no Brasil, 5. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60**. Campinas: Unicamp, 2002.

RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho**: Imaginário anticomunista e igreja católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2003.

ROSA, Renato Torres Anacleto. **A igreja católica e o golpe civil-militar de 1964** — XVI Encontro Regional de História, Anpuh-Rio, 2014.

SÁ, Karolina Kneip de. **Ação popular do Brasil: da JUC ao Racha de 1968**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SANTOS, Marco Roberto Brito dos. **Os missionários do campo e a caminhada dos pobres no Nordeste**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFBA, Salvador, 2007.

SCOCUGLIA, Afonso Celso Caldeira. **Alfabetização, política e religião: o caso da Cruzada de Ação Básica Cristã (1965-70)**. CR Rom da 25ª Reunião Anual da ANPED (2002), Rio de Janeiro, v. 1, 2002.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **Golpe, IPM e destruição da educação popular pós-1964**. In: I Congresso Brasileiro de História da Educação, 2000, Rio de Janeiro. Educação no Brasil: história e historiografia. Rio de Janeiro: Publicado em CD-ROOM, 2000.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **A história das ideias de Paulo Freire e atual crise de paradigmas**. João Pessoa/PB: Universitária/UFPB, 2003.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra**. São Paulo: Cia das Letras. 2001. Stepan, 1987.

SILVA, Janaína Gomes da. **Os anos de chumbo da ditadura militar na Paraíba (1969-1974)** Anais do II Encontro Nacional de História política: História, rupturas institucionais e revoluções, João Pessoa, 2017.

SILVA, Jomar Ricardo da. **A igreja na pós-modernidade: CEBs, poder e cidadania** João Pessoa: Universitária da UFPB, 2010.

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. **Evolução política dos católicos e da igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SOUZA, Renato João de. **DA INFORMAÇÃO À REPRESENTAÇÃO: O PAPEL DO JORNAL ESCRITO MINEIRO NOS ANOS 1963 E 1964**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.

Souza, Fábio Silva. & Marques, Luiz Carlos Luz. **“Ai do país que deixa de ter poetas’: Dom Helder, os intelectuais e a política cultural na ditadura militar, no Recife dos anos 60”** IV Colóquio de História, UNICAP, 2010.

VALE, Eltern Campina. Camponeses e operários reagiram: resistência ao golpe civil-militar na cidade-fábrica de Rio Tinto (Paraíba, 1º de abril de 1964). In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon; AIRES, José Luciano Queiroz; SILVA, Vânia Cristina da. (Org)

Poder, memória e resistência: 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios. Editora do CCTA; Mídia Editora, João Pessoa, 2016.

VILLA, Marco Antônio. **Ditadura à brasileira — 1964-1985:** a democracia golpeada à esquerda e à direita. São Paulo: Leya, 2014.

ANEXO A - DISCURSO DE DOM JOSÉ MARIA PIRES

Em 1967, O deputado Estadual Francisco Souto apresentou um projeto de Lei, que foi aprovado pela Assembleia Legislativa da Paraíba, concedendo o título de CIDADÃO PARAIBANO ao arcebispo Dom José Maria Pires, contudo, para a cerimônia de recebimento do título, fora exigido a entrega prévia para análise do discurso de Dom José Maria Pires, este, recusou-se a passar pela censura e o título nunca foi entregue ao mesmo em vida. Após vários anos, isto é, em 19 de novembro de 2019, a Assembleia Legislativa da Paraíba realizou uma cerimônia para a entrega *post mortem* do título de cidadão a Dom José Maria Pires. Na oportunidade, o discurso censurado de Dom José Maria Pires foi lido pelo jornalista Silvio Osias. Abaixo, deixamos registrado a transcrição do discurso censurado²⁷⁷.

Discurso:

“Ilmos. Srs. Deputados,

A coincidência deste título de cidadão paraibano que me ofereceis nas proximidades das festas natalinas me lembra um fato que se torna a ideia mestra de toda esta minha palavra de agradecimento. Ela poderia chamar-se a dialética do universal e do particular, porque me lembro de Deus feito homem e no mesmo instante feito cidadão do Império Romano. Como homem, Deus assume a espécie humana, se faz parcela da humanidade, sem discriminação nem preconceitos. Assume uma tarefa histórica, destinada a qualquer ser onde se verifica a realidade humana. Dir-se-ia naqueles tempos: destinada a judeus e a gentios. Dir-se-ia, quatro séculos depois: destinados a romanos e bárbaros. Dir-se-ia hoje: destinada a negros e brancos, a

²⁷⁷ Discurso de Dom José Maria Pires lido pelo jornalista Silvio Osias na cerimônia de concessão do título de Cidadão Paraibano *post mortem* a Dom José Maria Pires. [transcrição do vídeo] **O discurso que Dom José Maria Pires se negou a submeter à censura, na Paraíba**. 19 de novembro de 2019 – 1 vídeo (14:28 minutos) Publicado pelo Canal Wellington Farias. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YpPU4Cn7_LI Acesso: 19/08/2020.

homens de direita e de esquerda, do Oriente e do Ocidente, do capitalismo e do comunismo. E este é o elemento universal.

Mas o próprio nascimento do Cristo é marcado por um elemento particular. Ele não é apenas cidadão do mundo. Ele pertence a uma raça, a de Davi. Pertence a um império e é cidadão romano. E, por isso, Maria tem de ir a Belém, onde as leis do Império ordenam que se apresentem seus cidadãos e descendentes da família de Davi. Aí está o particular. Esta reflexão não vem ao acaso, quando um bispo católico se faz cidadão da Paraíba. Porque como católico se afirma o elemento que a própria etimologia da palavra exprime: universal. Como cidadão deste Estado, deste povo, desta porção da realidade brasileira, se afirma o elemento particular. Esse título que ora recebo visa a prestigiar decerto mais a Igreja que represento do que o homem que sou. E se algum mérito recair sobre mim mesmo, será, apenas, pelo fato de eu ter tentado ser aquilo que Cristo é: cidadão de um povo sem deixar de ser cidadão do mundo. Também pelo fato de minha vivência no meio de vós ter sido aquilo que a Igreja é: inspiradora universal das realidades particulares, banhando cada momento histórico que surge, sem se comprometer com ele, para não morrer com ele, porque tudo o que nasce com o tempo, morre com o tempo. E nós cremos numa Igreja que só é contemporânea de todos os homens porque é eterna.

De outra parte, esta mesma Igreja não se aliena do mundo, com medo de se comprometer com ele. Sei que ela vive impregnada de reflexões de eternidade e de riscos eternos. E por isso mesmo ela pensa no tempo e se engaja nas realidades temporais: porque o que vem depois do tempo é decidido no tempo. A eternidade do homem é apenas o eco dos seus passos no mundo, por isso o particular lhe interessa. Isto é um elemento essencial da Igreja. Esta é a novidade do Novo sobre o Velho Testamento, porque antes de Cristo o pensamento de Deus teve preferência por um tipo de civilização judaica, o regime teocrático. Com o Novo testamento surge a novidade da Igreja: ela é equidistante de qualquer civilização, de qualquer regime político. Não existe a civilização cristã, nem mesmo a medieval merece esse nome com exclusividade. Não existe o partido político cristão: nenhum se atribua esse título com exclusividade. Existe uma igreja universal, banhando realidades particulares. Nascem Pedro, Maria, João. A Igreja os batiza. Nascem as civilizações grega, romana, bárbara, medieval, moderna. A Igreja as batiza. E essa vontade de batizá-las, é bom

que sempre se repita, é universal. Ensaia-se, por exemplo, hoje, uma civilização comunista. Ninguém pense que a Igreja se recuse a assumi-la. Antes espera que os extremistas do ateísmo oficial um dia tombem para a conversão e o batismo.

A Igreja crê que nenhuma realidade humana é tão satânica que nada de bom se possa salvar nela. E por não querer entender isto, é que muita gente se escandaliza ao ouvir de bispos elogios a aspectos positivos de realidades socialistas, seja em Cuba, China ou Moscou. A Igreja crê que nenhuma realidade humana é tão divina que nada de mau se possa apontar nela. E por não querer entender isto é que muita gente se escandaliza ao ouvir de bispos censura a aspectos negativos de regimes que se pretendem até cristãos ou defensores da cristandade, como os de Franco ou Salazar. Neste particular, ninguém entende a Igreja, como ela pensa, enquanto não entender o mundo, como ele é, porque ainda em nossos dias há quem imagine que o mundo está dividido entre bons, de um lado, e maus do outro, separados pelo muro de Berlim. A Igreja acredita que o mundo é o campo sobre o qual em cada palmo nasceram joio e trigo, o bem e o mal. Para assumir a imagem anterior, a Igreja pensa que o muro de Berlim passa por dentro de cada um de nós. E o bem e o mal se mesclam em nossos pensamentos, nossas palavras, gestos e passos. Só resta uma opção extra para a Igreja: ser universal e particular ao mesmo tempo. Assumir todos os homens, assumindo cada homem: o capitalista e o comunista, o patrão e o operário, o rico e o povo.

Nos últimos tempos, tem se dito que a Igreja vai passando para a esquerda. Diante dos princípios aqui enunciados, isto seria um contra-senso. Há joio e trigo de ambos os lados. Se, entretanto, nos afastássemos um instante das realidades concretas, dos homens que a dirigem, dos atos humanos, sempre falhos porque humanos, e nos ativéssemos a uma pouca conceituação do que seja direita e esquerda, talvez se ativéssemos pudesse dizer que a esquerda se aproxima mais do Evangelho. Repito – porque é melhor mil repetições do que uma ambiguidade – não falo de regimes vigentes, de realidades sociais ou políticas: falo de conceitos. A ideologia da direita se exprime como preocupação de promover alguns, privilegiar alguns, dar a alguns acessos às conquistas da humanidade. Em um segundo momento pensa no resto da humanidade para o qual procura dispensar gestos de

compaixão e desejos de promoção humana, contanto que não fira seus privilégios, suas situações criadas.

Em teoria, a esquerda se apresenta como aquela tendência de pensar não apenas em alguns, mas no Homem. Não deseja a promoção de alguns, mas de todos. Mas há preço a banir da terra os privilégios vigentes. Nestes termos, a ideologia de esquerda, que não é necessariamente comunista, é e corre paralela com as ânsias da Igreja que deixaria de ser Igreja se deixasse de ser universal, que trairia a mensagem do Cristo se pensasse de preferência em alguns para privilegiá-los. E quando sua preferência se afirma pelos pobres – é esta uma nota do Evangelho – não é por desejar aos ricos uma condição infra-humana, é por desejar a todos os bens que ainda faltam a tantos.

Representante desses ideais evangélicos, vim eu, mineiro, para a Paraíba, e me torno, oficialmente, paraibano – sinal de que o Bispo deveria mesmo pensar no particular, em nossa terra, em nossos problemas. Aqui enxerguei desde o início a luta contra dois determinismos: um geográfico, outro histórico. No determinismo geográfico, no sentido mais lato, incluo o fenômeno das secas, a precariedade da agricultura, a falta da indústria, tudo o que condiciona o subdesenvolvimento. E, para que o mal não esteja apenas na terra, para lembrar o joio dentro do homem, penso nos que, em tempos não muito remotos, fizeram a indústria da seca, deixando a Paraíba mais subdesenvolvida. Penso no latifúndio improdutivo ou mal explorado. Penso na condição de miséria a que se reduziu o camponês e no pouco de indústria que temos. Penso na insegurança do trabalhador na hora atual. Para superar os condicionamentos geográficos, era preciso a boa vontade. Aqui encontrou seu lugar a voz do Evangelho. E para anunciá-lo a respeito dessas realidades, fui me fazendo cada vez mais paraibano. Como sinal dos tempos e resposta a esses males, surge, no plano histórico, a Sudene. Surge, nos anseios coletivos, a sede do desenvolvimento.

O outro determinismo, esse histórico, vem sendo rompido gradativamente. É que o povo simples de nossa Paraíba pensa espontaneamente como todos os povos simples. Imagina a História como uma realidade cíclica, fatal, inexorável. E se o desenvolvimento veio como sinal dos tempos, e em resposta aos determinismos geográficos, a conscientização vem como sinal dos tempos e como resposta aos

determinismos históricos. Nosso povo vai se conscientizando. Vai sabendo que todo homem tem direito a uma condição humana e que os bens do mundo pertencem à humanidade (....) O mineiro que aqui veio ser paraibano quis, durante esta estadia, ajudar o povo nesse processo de conscientização. Desejou a alfabetização de todos os homens, para que todos pudessem exercer os direitos políticos e humanos que lhes assistem. Nunca me ocorreu o medo de que a conscientização das massas fosse uma tática comunista. Antes me parece ser a vocação histórica do homem, se conhecendo para se construir. E resistir à História é ser suicida. Os princípios universais do Evangelho encontram sua temática particular, nesse momento histórico e nesse recanto da terra, quando lembram aos homens de boa vontade o dever cristão de humanizar a Paraíba. Aí está, Srs. Deputados, como vejo e recebo esse título que ora me outorgais. O legislativo vem dizer de público que a Igreja tem razão, que o Evangelho e problemas humanos caminham pelos mesmos caminhos e que serei o mais paraibano dos cristãos quando for o mais cristão dos paraibanos. É isto o que me pareceis dizer neste momento. E vos respondo: muito obrigado”.